

DELIBERAÇÃO

___ 5.3 – DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA 2024 – Aprovação.

A Câmara Municipal **deliberou por unanimidade** aprovar o Diagnóstico Social do Concelho de Ponte de Lima 2024. **Mais deliberou por unanimidade**, ao abrigo Decreto Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, na sua versão atualizada, submeter á apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. O Senhor Vereador Dr. José Nuno Vieira Araújo, ditou para a ata, a seguinte declaração de voto: “Renovo as felicitações a todos os técnicos responsáveis pela elaboração deste documento “Diagnóstico Social do Concelho de Ponte de Lima” e renovo as preocupações manifestadas na reunião de Câmara de 14 de maio de 2024.” _____

Reunião de Câmara Municipal, de 9 de julho de 2024,

A Técnica Superior,



Filomena Mimoso/Dra.



Ponte de Lima

A Reunião de Câmara
Cópia nos Srs. Vereadores
03/07/2024

5.3

Informação Interna

Unidade Orgânica: Serviço de Saúde e Ação Social

Parecer:

Despacho:

A consideração do senhor
Presidente para eventual
reunião de Câmara.
03.07.2024

INFORMAÇÃO N.º 132/2024.ajsousa

DATA: 28/06/2024

DE: S.S.A.S - Paula Vitória

PARA: Sr. Vice-Presidente - Dr. Paulo Sousa

CC:

ASSUNTO: Aprovação em Reunião de Câmara Municipal de documentos
estratégicos da Rede Social

Informação:

Após aprovação pelos parceiros do CLAS-Conselho Local de Ação Social, submete-se para apreciação de V. Exa. o documento produzido, que se envia em anexo, para aprovação na próxima Reunião de Câmara Municipal:

- Diagnóstico Social (já foi aprovado em RC de 14 de maio, mas foi atualizado com novos contributos dos parceiros do CLAS);

À consideração superior

Técnica Superior,

Ana Paula Vitória

Diagnóstico Social

Ponte de Lima 2024



FICHA TÉCNICA

Título: Diagnóstico Social do Concelho de Ponte de Lima 2024

Entidade Promotora



Câmara Municipal de Ponte de Lima

Praça da República

4990-062 Ponte de Lima

<https://www.cm-pontedelima.pt/>

Colaboração

Rede Social de Ponte de Lima



Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

24 de abril 2024

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Ponte de Lima

Índice

Índice	3
Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras	4
Lista de Siglas	10
1. Apresentação	12
2. Nota Introdutória	13
3. O Programa Rede Social	15
4. Nota Metodológica	20
5. Síntese Diagnóstica	22
6. O Contexto Nacional	27
7. Retrato Municipal	29
8. O Concelho de Ponte de Lima: Contexto de Intervenção	33
8.1. O Território - Análise Demográfica	33
8.1.1. Famílias.....	40
8.1.2. Crianças e Jovens	46
8.1.3. Pessoas Idosas.....	49
8.1.4. Migrantes	54
8.1.5. Pessoas com dificuldades e/ou incapacidade	59
8.2. Economia, emprego e rendimento	63
8.3. Educação, Formação e Qualificações Profissionais	74
8.4. Habitação	81
8.5. Saúde	89
8.6. Ação Social, famílias e comunidade	101
8.7. Cidadania e Participação	115
8.8. Segurança	120
8.9. Ambiente e sustentabilidade	124
8.10. Mobilidade e Espaço Público	129
9. Áreas Prioritárias de Desenvolvimento Social	135
9.1. Saúde	135
9.2. Ação Social, Famílias e Comunidade	145
9.3. Transportes e Mobilidade	154
9.4. Isolamento geográfico e social	156
9.5. Reforço e Capacitação do 3º setor	162
10. Referências Bibliográficas e Sites Consultados	169
11. Anexos	173

Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2021 e sua variação	35
Tabela 2 - População residente no Concelho de Ponte de Lima por freguesia e sexo no ano 2021	35
Tabela 3 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, segundo o sexo, nos anos 2011 e 2021 (N.º)	36
Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários entre os períodos censitários 2001-2011 e 2011-2021 (%)	37
Tabela 5 – Indicadores de população (2022)	38
Tabela 6 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no Concelho de Ponte de Lima, no ano 2021 (N.º)	41
Tabela 7 – Núcleos familiares monoparentais, residentes no Concelho de Ponte de Lima, por nível de escolaridade, no ano 2021 (N.º)	42
Tabela 8 – Índice de Dependência de Jovens a nível Nacional, Regional e Concelhio (2001, 2011, 2022) (%)	47
Tabela 9 – Variação percentual da população residente no Concelho de Ponte de Lima, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário, entre 2001 e 2011 e entre 2011 e 2021	50
Tabela 10 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo (N.º e %) (2021)	51
Tabela 11 – Índice de Dependência de Idosas/os e Índice de Envelhecimento a nível nacional, regional e concelhio, nos anos 2001, 2011 e 2022 (%)	51
Tabela 12 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2015 – 2080)	55
Tabela 13 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência ou Vistos de Longa Duração (2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021) (N.º)	56
Tabela 14 – Proporção da população residente, com 5 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, (2021)	59
Tabela 15 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 15 ou mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo a fonte de rendimento (2021)	61
Tabela 16 – Indicadores de empresas e de estabelecimentos (2020)	64
Tabela 17 – Empresas e pessoal ao serviço, por atividade económica, no Concelho de Ponte de Lima, no ano 2020 (N.º)	64
Tabela 18 – Desemprego registado no Concelho de Ponte de Lima, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de outubro de 2023) (N.º)	68
Tabela 19 – População empregada, residente no Concelho de Ponte de Lima, segundo o sexo e o ramo de atividade (2021) (N.º)	70

Tabela 20 – População empregada, residente na Região Norte, por situação na profissão (2021) (N.º).....	70
Tabela 21 – População empregada residente no Concelho de Ponte de Lima, por nível de habilitações (2021) (N.º)	71
Tabela 22 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino por localidade do Concelho de Ponte de Lima e nível de ensino	74
Tabela 23 – Indicadores de Educação (2021/2022) (%)	77
Tabela 24 – Taxa de analfabetismo da população residente no Concelho de Ponte de Lima, por sexo (2001, 2011 e 2021) (%).....	79
Tabela 25 – N.º de edifícios em Portugal, na Região Norte, Alto Minho e seus, em 2011 e 2021	81
Tabela 26 – Tabela comparativa dos alojamentos familiares clássicos, por forma de ocupação, nos municípios da Região do Alto Minho, entre 2011 e 2021 (N.º).....	85
Tabela 27 – Indicadores de saúde nacional, regional e Concelho de Ponte de Lima, 2022 (N.º)	89
Tabela 28 – Profissionais nas Unidades de saúde de Ponte de Lima (dezembro 2023).....	90
Tabela 29 – N.º de utentes e % com médico de família nas unidades de cuidados de saúde primários de Ponte de Lima (dezembro 2023)	90
Tabela 30 – N.º Nados-Vivos, por município de residência da mãe (2011 a 2022) (N.º).....	91
Tabela 31 – Indicadores de saúde nacional, regional e Concelho de Ponte de Lima (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2017/2021) (‰).....	93
Tabela 32 – Indicadores de saúde nacional, regional e no Concelho de Ponte de Lima (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2020) (‰).....	94
Tabela 33 – Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)	95
Tabela 34 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)	96
Tabela 35 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)	97
Tabela 36 – Indicadores de saúde nacionais, regionais e do Concelho de Ponte de Lima (óbitos por transtornos mentais e comportamentais, por dependência de drogas e por suicídios e lesões auto provocadas voluntariamente) (2021) (N.º)	98
Tabela 37 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (€/N.º)	101
Tabela 38 – Pensionistas da Segurança Social na região do Alto Minho, segundo o tipo de pensão (2021) (N.º).....	103
Tabela 39 – Beneficiários/as da Prestação Social para a Inclusão na região do Alto Minho, por sexo e idade (2021) (N.º)	104
Tabela 40 – Principais prestações familiares da Segurança Social, Região do Alto Minho (2021)	106

Tabela 41 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2022) (N.º e dias)	107
Tabela 42 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo, em 2022	108
Tabela 43 – Subsídios por doença da Segurança Social, na região do Alto Minho, segundo o sexo em 2021 (N.º)	109
Tabela 44 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social dos concelhos do Alto Minho, segundo o sexo, 2021, (N.º)	110
Tabela 45 – Beneficiárias/os dos serviços da Ação Social do Concelho de Ponte de Lima, em 2022	111
Tabela 46 – Volume processual da CPCJ de Ponte de Lima nos anos 2018 a 2022 (N.º)	112
Tabela 47 – Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais e para as Assembleias Municipais, por local de residência (%)	116
Tabela 48 – Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República, por local de residência (%)	116
Tabela 49 – Índice de hierarquia de gestão dos resíduos urbanos, no país, na Região Norte, em Ponte de Lima e nos concelhos da Região do Alto Minho, em 2020 (-100% a 100%)	125
Tabela 50 – Destino dos resíduos urbanos, no país, na Região Norte, Região do Alto Minho e em Ponte de Lima, em 2020 (toneladas)	125
Tabela 51 – Despesa dos municípios em ambiente, na Região do Alto Minho e nos concelhos que a integram, em 2022 (euros/residente)	126
Tabela 52 – Qualidade da água para consumo humano, nos concelhos da Região do Alto Minho, em 2022 (%)	127
Tabela 53 – Rede de cobertura de água canalizada e por rede de esgotos, nos concelhos da Região do Alto Minho, em 2021 (%)	127
Tabela 54 – Proporção da população residente empregada ou estudante, segundo o modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares, por concelho da Região do Alto Minho (2021)	130
Tabela 55 – Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por concelho da Região do Alto Minho (2021) (minutos)	131
Tabela 56 – Meios de transporte utilizados pela população nas deslocações para o local de trabalho ou estudo, por concelho da Região Oeste (2021) (N.º)	131
Tabela 57 – Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por freguesia do Concelho de Ponte de Lima (2021) (em minutos)	132
Tabela 58 – Proporção da população residente que sai e entra no concelho (movimentos pendulares), por concelho da Região do Alto Minho (2021) (%)	133
Tabela 59 – Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre as/os utentes inscritos ativos em Cuidados de Saúde Primários (%), por região de saúde (2011-2018)	137
Tabela 60 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da “Saúde”	144

Tabela 61 – Coeficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente (%) por Local de residência (2021 e 2020).....	146
Tabela 62 – Indicadores de privação material e social - perceção das famílias (%).....	146
Tabela 63 – Necessidades e/ou problemas identificados na dimensão “Ação Social, Famílias e Comunidade”.....	153
Tabela 64 – Necessidades e/ou problemas identificados na dimensão “Transportes e Mobilidade”.....	155
Tabela 65 – Indicadores de população (Portugal)	157
Tabela 66 – Respostas sociais para pessoas idosas no Concelho de Ponte de Lima (N.º)....	158
Tabela 67 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no Concelho de Ponte de Lima (N.º e %)	158
Tabela 68 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito do “Isolamento geográfico e social”.....	160
Tabela 69 – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima na área de Crianças e Jovens (nº, capacidade, utentes e % de ocupação)	163
Tabela 70 – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima na área das Pessoas Idosas (nº, capacidade, utentes e % de ocupação).....	164
Tabela 71 – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima para pessoas adultas com deficiência (nº, capacidade, utentes e % de ocupação)	165
Tabela 72 – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima para pessoas em situação de dependência (nº, capacidade, utentes e % de ocupação)	165
Tabela 73 – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima na área da Família e Comunidade (nº, capacidade, utentes e % de ocupação)	166
Tabela 74 – Necessidades e/ou problemas identificados na problemática do Reforço e Capacitação do 3.º Setor	167
 Gráfico 1 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, segundo grupos etários, nos anos de 2011 e 2021 (N.º)	37
Gráfico 2 – Famílias clássicas segundo a dimensão (2001 - 2021) (N.º)	43
Gráfico 3 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, até aos 14 anos de idade, entre os anos 2001 e 2022 (N.º)	46
Gráfico 4 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, até aos 14 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2022 (N.º).....	46
Gráfico 5 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2022 (N.º)	49
Gráfico 6 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2022 (N.º)	50
Gráfico 7 – Saldo migratório no Concelho de Ponte de Lima entre 2001 e 2022 (N.º)	54
Gráfico 8 – N.º de estrangeiros, com estatuto legal de residente, a viver em Ponte de Lima, em 2022 (total e por algumas nacionalidades).....	57

Gráfico 9 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 5 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (N.º)	60
Gráfico 10 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 5 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (N.º)	60
Gráfico 11 – N.º de Empresas no Concelho de Ponte de Lima, entre 2010 e 2021	65
Gráfico 12 – Evolução do n.º de pessoas em situação de desemprego, no Concelho de Ponte de Lima, inscritas no Centro de Emprego, entre 2012 e 2022	66
Gráfico 13 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no Concelho de Ponte de Lima, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego, entre 2012 e 2022 (N.º)	67
Gráfico 14 – Evolução da percentagem de pessoas em situação de desemprego, inscritas no centro de emprego, face à população residente em idade ativa, por território, entre 2012 e 2022	68
Gráfico 15 – Desemprego registado no Concelho de Ponte de Lima, segundo o grupo etário (Nº)	69
Gráfico 16 – Desemprego registado no Concelho de Ponte de Lima, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês de outubro de 2023) (N.º)	69
Gráfico 17 – Ganho médio mensal no Concelho de Ponte de Lima, na Região do Alto Minho, Região Norte e Portugal (2021)	71
Gráfico 18 – Evolução dos/as alunas/os inscritos nas escolas do Concelho de Ponte de Lima entre 2001 e 2022	76
Gráfico 19 – Evolução dos/as alunas/os inscritos residentes em Ponte de Lima entre os anos de 2009 e 2022	76
Gráfico 20 – Evolução da taxa de retenção e desistência, por nível escolar, em Ponte de Lima (%)	77
Gráfico 21 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 15 ou mais anos, segundo os níveis de escolaridade completos (2001, 2011 e 2021) (%)	78
Gráfico 22 – Alojamentos por forma de ocupação (N.º) entre 1981 e 2021 no Concelho de Ponte de Lima	82
Gráfico 23 – Alojamentos ocupados por proprietários segundo o escalão de encargos com a compra (N.º)	83
Gráfico 24 – Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos, nas freguesias com maior e menor valor do território (€)	83
Gráfico 25 – Edifícios por estado de conservação (N.º)	84
Gráfico 26 – Densidade de alojamentos na Região do Alto Minho (N.º de Alojamentos/Km²) ..	86
Gráfico 27 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade em Ponte de Lima (análise comparativa entre 2001, 2011, 2021 e 2022) (‰)	91
Gráfico 28 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, no Concelho de Ponte de Lima (2001, 2011, 2021 e 2022) (‰)	92

Gráfico 29 – Mortalidade proporcional, por grandes grupos de causas de morte, no triénio 2012-2014, para todas as idades e ambos os sexos (%).....	93
Gráfico 30 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017) (%).....	98
Gráfico 31 – N.º médio de dias das prestações sociais temporárias da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2021 – desemprego e doença) (N.º)	102
Gráfico 32 – N.º de Beneficiários/as com processamento de CSI em 2022, residentes no Concelho de Ponte de Lima, por sexo.....	103
Gráfico 33 – Evolução do número de beneficiários/as da prestação social para a Inclusão, por sexo, no Concelho de Ponte de Lima, 2019 a 2021 (N.º)	105
Gráfico 34 – Evolução das/os Beneficiárias/os do RSI, por sexo, entre os anos de 2014 e 2022 no Concelho de Ponte de Lima (N.º)	107
Gráfico 35 – Percentagem de beneficiárias/os de subsídio de desemprego no total de beneficiários/as ativos, por concelho da região do Alto Minho (2021) (%).....	109
Gráfico 36 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do Concelho de Ponte de Lima, segundo a idade (2021) (N.º)	110
Gráfico 37 – N.º de crianças acompanhadas, por grupo etário, em 2022 (N.º)	112
Gráfico 38 – Distribuição das principais problemáticas nos processos da CPCJ de Ponte de Lima, entre 2020 e 2022 (N.º).....	113
Gráfico 39 – Taxa de abstenção nas eleições legislativas, por local de residência (%).....	116
Gráfico 40 – Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu, por local de residência (%).....	117
Gráfico 41 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades no Concelho de Ponte de Lima entre 2011 e 2022 (N.º).....	120
Gráfico 42 – Evolução da taxa de criminalidade no Concelho de Ponte de Lima, entre 2011 e 2022 (‰)	121
Gráfico 43 – Taxa de criminalidade no Concelho de Ponte de Lima, por categoria de crime entre 2018 e 2022 (‰)	121
Gráfico 44 – Evolução do crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogos, entre 2011 e 2022 (N.º)	122
Gráfico 45 – Consultas de psiquiatria na unidade de consulta externa (N.º) dos hospitais públicos de acesso universal e hospitais em parceria público-privada entre 2013 e 2022	138
Gráfico 46 – Mortes por suicídio entre 2012 e 2021 (%), comparação entre Região Norte, Região do Alto Minho e Ponte de Lima.....	139
 Figura 1 – NUTS III	 33
Figura 2 – Concelho de Ponte de Lima	33
Figura 3 – Freguesias do Município de Ponte de Lima, 2019	34

Lista de Siglas

ACeS – Agrupamento de Centros de Saúde
ARS – Administração Regional de Saúde
CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CD – Centro de Dia
CEB – Ciclo de Ensino Básico
CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI – Centro de Recursos para a Inclusão
CSF – Comissão Social de Freguesia
CSIF – Comissão Social Inter-Freguesias
CSP – Cuidados de Saúde Primários
DGS – Direção Geral da Saúde
EFA - Curso de Educação e Formação de Adultos
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
IAS – Indexante de Apoios Sociais
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISS, IP – Instituto da Segurança Social, I.P.
NEE – Necessidades Educativas Especiais
NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção dos Sem Abrigo
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ONG – Organização Não Governamental
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
PIB – Produto Interno Bruto
PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão
PNI – Plano Nacional para a Igualdade
RCM – Resolução de Conselho de Ministros
RNCCISM – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental
RSI – Rendimento Social de Inserção
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TMP – Taxa de Mortalidade Padronizada

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

ULS – Unidade Local de Saúde

1. APRESENTAÇÃO

Enquanto órgão da Administração Pública Local, o Município de Ponte de Lima assume o compromisso coletivo de atingir um futuro mais sustentável, em virtude dos múltiplos fatores desafiadores impostos pela delegação de competências em áreas como a Saúde, Proteção Civil, Habitação, Educação e Ação Social, entre outras, obrigando à criação de políticas que impõem novos modelos de governação.

A Rede Social, como plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social, assente numa metodologia participativa, é localmente reconhecida como modelo de cultura de trabalho em parceria, para a promoção do desenvolvimento local e a coesão social, no combate a fenómenos de pobreza e exclusão social, estimulando a dimensão colaborativa entre atores do sector público, privado e a sociedade civil.

O Diagnóstico Social configura-se como um documento estratégico que retrata a realidade social do território, construído com o comprometimento de todos os parceiros e que reflete os principais constrangimentos, problemas, necessidades e recursos, com vista ao estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção.

A todos os parceiros que contribuíram para a construção deste documento, o nosso agradecimento, e reiteramos o nosso compromisso de sustentabilidade para as gerações futuras, para um território mais justo, solidário e inclusivo.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima

Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz

2. NOTA INTRODUTÓRIA

O Diagnóstico Social do Concelho de Ponte de Lima, sendo parte integrante de um processo de planeamento de intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio, reveste-se como um instrumento de planeamento, cuja atualização sistemática é essencial para uma atuação eficaz face à realidade do território. Um diagnóstico social é assim, pela sua natureza dinâmica, um documento que não encerra um processo, mas antes é desencadeador de outros, devendo estar permanentemente aberto a novos contributos e atualizações. Não obstante, perante os principais constrangimentos e vulnerabilidades do território, e das suas comunidades em matéria de inclusão social, é relevante produzir, periodicamente “pontos de situação” que diagnostiquem e materializem os processos de levantamento de problemas e necessidades, bem como de identificação de recursos e potencialidades existentes no território. O presente documento constitui, precisamente, a concretização deste processo. Para tal, efetuou-se de uma forma muito sucinta o retrato do território, seja a nível nacional (ponto 6), seja a nível municipal (ponto 7), partindo-se no ponto 8 para uma análise dos dados quantitativos das áreas de intervenção social. No ponto 9 do documento, são apresentadas de uma forma mais pormenorizada e profunda, aquelas que foram identificadas pelos diversos atores sociais auscultados em todo este processo, como sendo as áreas prioritárias de intervenção social no território.

O conteúdo do Diagnóstico Social de Ponte de Lima resulta de um processo de maturação e reflexão no seio da Rede Social, o qual deu origem a um conjunto de processos de recolha de informação e de contributos recolhidos junto das diversas entidades locais interessadas que foram mobilizados para este processo, cruzados e complementados por um leque alargado de indicadores que foi possível recolher junto dos parceiros do Conselho Local de Ação Social de Ponte de Lima (CLAS), bem como de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE) ou outros órgãos da administração pública, como Ministérios e as suas Direções Gerais e documentos internos fornecidos pelos diferentes serviços do município e de organizações locais. A abordagem metodológica utilizada valorizou a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive, as instituições locais, os seus técnicos e dirigentes.

Com a implementação deste processo de planeamento pretende-se que o Município e as entidades parceiras que constituem a Rede Social de Ponte de Lima passem a ter: um Diagnóstico Social que seja resultado da reflexão e participação dos *stakeholders* locais e onde todos se revejam; um instrumento de suporte a candidaturas a programas

e medidas; clareza estratégica quanto ao percurso de desenvolvimento social do concelho; um instrumento de trabalho que potencie o aproveitamento cabal das oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

3. O PROGRAMA REDE SOCIAL

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português à data de 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de novembro. Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social, traduzido no conceito de 'sociedade em rede'.

Esta RCM designa por Rede Social "... o conjunto das diferentes formas de entreajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social", alicerçando o conceito na "... tradição secular de entreajuda familiar e de solidariedade mais alargada" do país.

Tendo por base a ideia descrita, o Programa procura estimular a criação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou interconcelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a: i) unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos de eficácia; ii) alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local; iii) rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam (ou trabalham); iv) promover inovações na concretização das políticas sociais; v) fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, e procuram evitar o desperdício de recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas.

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma

assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspetiva que foi proposto aos concelhos que implementam o Programa que desenvolvam os seguintes produtos:

Formalização das estruturas de parcerias: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais inter-Freguesias (CSIF) e outros grupos de trabalho ou temáticos, de acordo com a realidade de cada concelho.

Os CLAS e as CSF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local

A elaboração do diagnóstico concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios para o recenseamento dos problemas, o esclarecimento das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o diagnóstico social. Trata-se de construir um sistema de recolha de informação permanente que permita a atualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à atualização e aprofundamento do diagnóstico social.

Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local. A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projetos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de empoderamento (individual, coletivo e organizacional).

Modelo de articulação entre as parcerias existentes no território concelhio

Este modelo tem por objetivo equacionar propostas locais de articulação entre as parcerias que já existem no terreno, assumindo a Rede Social o papel de parceria enquadradora. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a multiplicação de reuniões e para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactos: 1) rentabilização da ação dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; 2) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações. Esta articulação deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (Plano Diretor Municipal, Planos Estratégicos, etc.) e nacional (PNAI, PNI, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

Rede Social de Ponte de Lima

A Rede Social de Ponte de Lima, existe desde julho de 2003, aquando da aprovação da sua candidatura de apoio à implementação da Rede Social no município.

A Rede Social do Concelho de Ponte de Lima é composta por um Núcleo Executivo e pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) tendo em 2023, a seguinte composição:

1. Agrupamento de Escolas de António Feijó
2. Agrupamento de Escolas de Arcozelo
3. Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima
4. Agrupamento de Escolas de Freixo
5. Associação Empresarial de Ponte de Lima
6. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponte de Lima
7. APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
8. Câmara Municipal de Ponte de Lima
9. Casa de Caridade de N.ª Sr.ª da Conceição
10. Casa do Povo de Freixo
11. Casa do Povo de Vitorino de Piães
12. ULSAM – Unidade Local de Saúde do Alto Minho
13. Centro Social e Paroquial de Beiral do Lima
14. Centro Paroquial e Social de Calheiros
15. Centro Social Paroquial da Correlhã
16. Centro Paroquial e Social da Facha
17. Centro Paroquial e Social de Fornelos
18. Centro Paroquial e Social de Sta. Cruz do Lima
19. Centro Paroquial e Social de Rebordões Sta. Maria
20. Conferência de S. Vicente de Paulo
21. Delegação Local de Viana do Castelo da ACAPO
22. GNR – Posto Territorial de Ponte de Lima
23. CRI – Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo
24. IEFP – Centro de Emprego de Viana do Castelo
25. Centro Distrital de Viana do Castelo
26. Junta de Freguesia de S. Pedro D'Arcos
27. Junta de Freguesia de Arcozelo
28. Junta de Freguesia de Bertandos
29. Junta de Freguesia da Boalhosa
30. Junta de Freguesia de Cabração e Moreira do Lima
31. Junta de Freguesia de Calheiros
32. Junta de Freguesia de Calvelo
33. Junta de Freguesia de Bárrio e Cepões
34. Junta de Freguesia da Correlhã
35. Junta de Freguesia de Estorãos
36. Junta de Freguesia da Facha
37. Junta de Freguesia da Feitosa
38. Junta de Freguesia de Fornelos e Queijada
39. Junta de Freguesia de Ardegão, Freixo e Mato
40. Junta de Freguesia da Gandra
41. Associação das Freguesias do Vale do Neiva
42. Junta de Freguesia da Gemieira
43. Junta de Freguesia da Labruja
44. Junta de Freguesia de Poiães

45. Junta de Freguesia de Arca e Ponte de Lima
46. Junta de Freguesia de Rebordões Sta. Maria
47. Junta de Freguesia de Rebordões Souto
48. Junta de Freguesia de Refoios do Lima
49. Junta de Freguesia de Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte
50. Junta de Freguesia de Sá
51. Junta de Freguesia de Santa Comba
52. Junta de Freguesia da Seara
53. Junta de Freguesia de Serdedelo
54. Junta de Freguesia de Vitorino das Donas
55. PSP – Esquadra de Ponte de Lima
56. Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima
57. IRIS Inclusiva
58. EPRALIMA
59. Centro Paroquial e Social de S Martinho Gandra
60. Alti Cepões
61. AAPEL
62. Centro Paroquial e Social de Fontão
63. Centro paroquial e social de Stª Maria Anjos
64. Novamente - Psicologia e Desenvolvimento Educacional Lda.
65. Associação Paralisia Cerebral de Viana do Castelo
66. Associação Cais do Lethes
67. GTI- Gestão Tecnologia e Inovação
68. Associação Recreativa e Cultural "Os Cartolas"
69. Associação Social Saúde + Perto
70. Comunidade Artística Limiana - CAL
71. ALASTI - Associação de Lazer e Apoio Social à 3ª idade do Bário
72. Gabinete de Apoio à Família - GAF
73. Centro Social de Moreira do Lima
74. Comissão de Proteção de crianças e Jovens de Ponte de Lima
75. Dar-se - Associação de Apoio à Ribeira - Ser Especial

O CLAS é atualmente presidido pelo Vereador Paulo Jorge da Cunha Barreiro de Sousa, responsável pelos pelouros: Economia e Desenvolvimento Empresarial; Desenvolvimento Social, Família, Inclusão e Saúde; Turismo; Educação, Formação e Qualificação; Modernização Administrativa e Transição Digital; Processos Eleitorais e Recenseamento Eleitoral; Cidadania e Participação; Cooperação e Relações Internacionais; Mobilidade e Transportes; Cultura e Património Material e Imaterial.

4. NOTA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada na elaboração do Diagnóstico Social de Ponte de Lima foi concebida e executada em torno de dois tipos de informação distinta e complementares entre si. A saber, as perceções dos profissionais e intervenientes políticos que trabalham e intervêm nas diversas áreas de âmbito social, no concelho e os dados estatísticos oficiais e fornecidos pelas entidades parceiras, relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento.

As perceções das/os profissionais dos diversos parceiros da Rede Social, relativamente aos seus territórios e áreas de atuação, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico. Esta informação foi produzida e recolhida em duas etapas distintas do trabalho realizado. Por um lado, foi realizado um inquérito *online* (ver anexo I), aplicado a todos os parceiros da Rede Social. Através deste instrumento, as entidades tiveram a possibilidade de identificar as áreas prioritárias para o concelho, de acordo com as suas perceções e conhecimento do território (foram obtidas 65 respostas ao questionário). Num segundo momento, e simultaneamente com a aplicação desta ferramenta *online*, foram realizados *workshops* presenciais com atores locais, os quais identificaram e priorizaram os principais problemas do território, as suas causas, os recursos que podem potenciar a solução dos mesmos e ainda as propostas de intervenção mais adequadas. Posteriormente foram ainda realizados dois momentos *online*, com os mesmos objetivos e tentando abranger o maior número possível de atores chave, um deles junto de atores políticos (presidentes ou representantes das juntas de freguesia) e outro junto de representantes diretivos ou técnicos de Instituições sociais do concelho.

Complementarmente à recolha de perceções referidas nas duas etapas anteriores, foi recolhido um conjunto de informações específicas junto dos diversos setores de intervenção presentes no CLAS, o que permitiu obter informação detalhada e produzida localmente, que não se encontra disponível nos dados oficiais já publicados.

Para além do levantamento de todas estas perceções e dados setoriais, foi realizada a análise documental de um conjunto alargado de estatísticas oficiais de referência, instrumentos de planeamento, planos e relatórios referentes às várias áreas que integram o presente Diagnóstico Social, para além das referências bibliográficas identificadas, fundamentais para a produção deste documento.

Após a recolha dos dados foi feita a sua interpretação e análise, resultando de uma abordagem de complementaridade e triangulação de perspetivas entre informações de naturezas distintas, o que possibilitou, para além da caracterização do território de Ponte de Lima, a identificação dos principais constrangimentos para os quais será prioritário encontrar estratégias de atuação adequadas, as quais poderão constituir a componente fundamental do que será posteriormente o Plano de Desenvolvimento Social.

5. SÍNTESE DIAGNÓSTICA

Um diagnóstico social pretende fornecer um conjunto de informações importantes que permita a eficiência, eficácia e impacto da intervenção e nesse sentido quer contribuir com conteúdos que facilitem a clareza estratégica para o percurso de desenvolvimento social do concelho.

Começando por uma apresentação sumária das áreas trabalhadas e refletidas no processo de elaboração do diagnóstico, apresenta-se alguns dados chave de cada uma das áreas e as problemáticas e/ou necessidades mais identificadas pelos participantes neste processo.

Posteriormente, são apresentadas as áreas prioritárias de desenvolvimento para o concelho, as quais resultam da análise técnica efetuada à informação recolhida nas diferentes fontes.

Os dados, que poderão ser consultados com maior detalhe nos capítulos que se seguem, apresentam informações, que ainda que não sejam absolutamente novas, são significativas para compreender a realidade social do concelho. De forma a sintetizar graficamente alguns destes dados apresenta-se também um infograma – o “Retrato Municipal”.

Dados	Área de Intervenção	Necessidades / Problemas identificados
– 1802 núcleos familiares monoparentais (12%) – 1270 famílias com 5 ou mais pessoas	Famílias 	- Vulnerabilidade social - Baixa capacidade financeira - Competências parentais - Dificuldade de conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (ex. horários das respostas sociais)
– 4798 residentes até aos 14 anos, em 2022 – Índice de dependência de jovens 18,8% em 2022	Crianças e Jovens 	- Ocupação de tempos livres - Insuficiente capacidade de resposta das respostas sociais existentes, nomeadamente creche

- 10.200 residentes com 65 ou mais anos (24,5% da pop.)
- Índice de dependência de idosos 39,1% em 2022
- 1.672 pessoas a viverem sós com +65 anos

Pessoas Idosas



- Isolamento social e geográfico
- Apoio a cuidadores informais
- Dificuldade de acesso a respostas sociais adequadas às suas necessidades (ex. ERPI)

- Saldo migratório de 117, em 2022
- Aumento da população estrangeira a residir no território
- 1,5% da população residente era estrangeira
- População estrangeira proveniente maioritariamente do Brasil

Migrantes



- Integração
- Desconhecimento dos direitos e deveres
- Desconhecimento dos serviços existentes
- Criação de CLAIM

- 18.466 pessoas com + 15 anos com pelo menos 1 dificuldade
- Reforma / pensão principal fonte de rendimento (48%)
- 52% são mulheres
- Ações relativas a autocuidado e mobilidade são as mais identificadas como não conseguindo realizar

Pessoas com dificuldades e/ou incapacidade



- Acessibilidades
- Integração no mercado de trabalho
- Acompanhamento adequado
- Respostas sociais insuficientes (ex. residencial, ocupacional e em períodos de férias, apoio aos cuidadores)

- 30% da atividade económica é no setor da construção civil
- Ponte de Lima tem 16% do volume de negócios da região do Alto Minho
- 20% das empresas eram do setor 'Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca'
- Ganho médio mensal (994,70€ em 2021) mais baixo do que o nacional e regional
- Taxa de desemprego de 3,45% em fevereiro 2024, abaixo do registado a nível da região Minho-Lima

Economia e Rendimento



- Baixos rendimentos
- Aumento do custo de vida
- Falta de literacia financeira

- Oferta educativa do pré-escolar ao ensino secundário
- Nível escolar da população tem aumentado, registando-se ainda uma elevada percentagem da população apenas com o 1ºCEB (26,2%)
- Taxa de analfabetismo de 4,5% em 2021
- Em 2022, estavam 5.766 alunos inscritos nas escolas do concelho

Educação, Formação e Qualificação



- Dificuldade de integração de alunos estrangeiros
- Insuficientes respostas para alunos NEE
- Presença insuficiente de equipas multidisciplinares nas escolas (saúde, psicologia, serviço social)
- Desvalorização do ensino profissional

- Ponte de Lima tem 16% dos edifícios da região do Alto Minho (20.140)
- Maioria dos alojamentos é de residência habitual (65%)
- Valor médio das rendas em 2021 era de 274,64€
- 4% dos edifícios apresentava necessidade de grandes reparações, em 2021
- 125 agregados familiares a residirem em habitação com condições indignas, de acordo com a ELH

Habitação



- Dificuldade de acesso a habitação
- Habitações com condições precárias

- Com uma média de 3,1 médicos por 1000 habitantes e 5,2 enfermeiros Ponte de Lima tem rácios mais baixos dos registados a nível regional e nacional
- Taxa de mortalidade de 13,4%
- Principais causas de morte: Aparelho circulatório, Tumores malignos e Aparelho respiratório

Saúde



- Insuficientes respostas para as necessidades (ex. consultas de especialidade; respostas de saúde mental e dependências)
- Tempo de resposta muito demorado
- Necessidade de respostas descentralizadas

- O valor médio anual das pensões é de 4.563€
- 67% dos pensionistas com pensão de velhice
- 1046 beneficiários com Complemento Solidário para Idosos (2022)
- 573 beneficiários de prestação social para a inclusão (18,5% do total da região do Alto Minho)
- Em 2022 beneficiavam do RSI 631 pessoas
- 1188 pessoas beneficiavam de subsídio de desemprego em 2021
- Em 2022, existiam 210 processos na CPCJ, maioritariamente de crianças com mais de 11 anos de idade (53,8%)

Ação Social, Famílias e comunidade



- Partilha e rentabilização dos conhecimentos e serviços da rede social
- Criação de grupos de trabalho temáticos em áreas específicas
- Dificuldade de recrutamento de RH especializados / qualificados para trabalhar na área social com públicos específicos

- Taxa de abstenção nas eleições realizadas para as instituições nacionais e europeias, foi superior a 40%
- Mecanismos de participação existentes: Conselho Local de Ação Social; Comissão Municipal de Proteção Civil; Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Comissão Proteção de Crianças e Jovens; Conselho Municipal de Educação; Orçamento Participativo
- Existência de 140 Associações no território

Cidadania e Participação



- Baixos níveis de participação social
- Desconhecimento dos direitos e deveres
- Desconhecimento dos serviços existentes

- Taxa de criminalidade diminuiu entre 2013 e 2021
- Em 2022 registaram-se 923 crimes, correspondendo a uma taxa de criminalidade de 22,5‰
- Maioria dos crimes contra o património
- Aumento da violência doméstica contra cônjuge ou análogo, em 2022 representavam 10% dos crimes registados.

Segurança



- Aumento da violência doméstica
- Falta de efetivo policial no meio circundante às escolas

- Maioria dos resíduos urbanos tinha como destino o aterro (87%)
- 6,9% do território estava afeto a habitats naturais protegidos
- 69% do orçamento destinado ao ambiente era destinado à gestão de resíduos
- 99,6% da água canalizada considerada segura e de boa qualidade
- 97% dos alojamentos abrangidos com água canalizada
- 51% dos alojamentos ligados à rede de esgotos

Ambiente e sustentabilidade



- Maior sensibilização da população
- Maior frequência na recolha de lixo
- Incentivo à sustentabilidade e adoção de medidas pró-ambiente no setor industrial e empresarial
- Aumento de pontos de recolha e equipamentos

- 72,1% da população utiliza o transporte individual como principal meio de deslocação, sendo o automóvel o mais utilizado
- Em média são gastos 18,58 minutos diários em movimentos pendulares
- 16,86% da população residente tem movimentos pendulares diários para fora do concelho

Mobilidade e espaço público



- Insuficiente resposta ao nível dos transportes públicos (horários e trajetos)
- Falta de acessos e acessibilidades adequadas (ex. barreiras físicas, passeios, estacionamento para mobilidade reduzida)

No âmbito dos momentos de auscultação realizados com os parceiros do CLAS de Ponte de Lima e com os atores sociais que intervêm no concelho foi efetuado um exercício de priorização das necessidades e problemas identificados pelos mesmos.

Através da análise da informação recolhida e da priorização realizada foi possível identificar as áreas de intervenção social prioritárias e os problemas mais emergentes, segundo estes atores, os quais se apresentam pela seguinte ordem:



6. O CONTEXTO NACIONAL

No início da década, Portugal encontrava-se num período marcado por uma tendência de retoma e crescimento da economia, após um período de austeridade (com a intervenção do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia) que afetou o contexto económico e social do país.

Em março de 2020, com o início da pandemia por Covid-19 e mais recentemente com o início do conflito na Ucrânia em fevereiro de 2022, existem outras preocupações com as repercussões sociais e económicas, as quais se começam desde já a evidenciar, bem como se irão repercutir no futuro. Assim, é importante ter em consideração as vulnerabilidades e constrangimentos, de diversa ordem, que persistem ao nível do desenvolvimento do país, destacando-se, pela relevância que assumem em matéria de coesão social (domínio que enquadra o presente documento de diagnóstico),

De entre esses domínios destacamos os indicadores socioeconómicos que se seguem:

Contexto Nacional



População residente

5,000,000 —

0,000,000 —

5,000,000 —

0 —



1991



2001



2011



2021

2011



-2,1%

Famílias

- Em 2021 são **4.149.096** famílias em Portugal (+2,6% em relação a 2011)
- 9,9%** da população residente vive só (+1,7 p.p. face a 2011)
- 11,8%** dos agregados familiares eram de pessoas de mais de 65 anos a viverem sós
- 41%** da população é casada (-5,7 p.p. face a 2011)

Educação

- Taxa de analfabetismo é de **3,1%** em 2021 (-2,1 p.p. face a 2011)
- 23,5%** da pop. com 15 ou mais anos tem o 12º ano (+7,8 p.p. face a 2011) e **19,8%** tem o ensino superior (+5,9 p.p.)
- Em 2021 a taxa de abandono escolar foi de **6%**

Proteção Social

Em 2021 existia 1,6 contribuinte da seg. social por cada pensão de velhice, invalidez ou sobrevivência. Em 2021 foram **793.172** famílias beneficiárias de abono de família. 60,4% dos inscritos no Centro de emprego foram beneficiários de subsídio de desemprego em 2021. Em 2021 foram **262.210** os beneficiários de RSI, destes 41% tinham menos de 25 anos.

Habitação

- Existem em 2021 **3.573.416** Edifícios (+0,8% que em 2011)
- Contabilizam-se **5.970.677** apartamentos e moradias em 2021 (+1,9% que em 2011)
- 69,4%** das habitações são de residência habitual (+1,3 p.p. face a 2011)
- 30% são habitações próprias com encargos de compra
- 12,7%** das habitações estão sobrelotadas

Condições de Vida

- Em 2021 o Índice global de bem-estar era de **45,7** (+11,8 em relação a 2011)
- Em 2021, **6%** da população estava em privação material e social severa

Trabalho

- Taxa de desemprego em 2021 foi de **8,1%**, sendo maior no sexo feminino
- Em 2021 a taxa de atividade foi de **53,5%** (-2,4 p.p. face a 2011)
- A taxa de atividade apresenta valores mais elevados entre os 25 e 54 anos (superiores a 83%)
- A remuneração base média em 2021 foi de **1.082,8€**
- A diferença no salário médio entre mulheres e homens em % foi de **-16%** em 2021



7. RETRATO MUNICIPAL

A partir dos dados do INE, nomeadamente do anuário estatístico e dos dados dos Censos 2021, bem como de outros dados estatísticos fornecidos pelo CLAS, apresenta-se um conjunto de indicadores relevantes para a caracterização socioeconómica do Concelho de Ponte de Lima. Da síntese dos indicadores resulta o que se designa como “Retrato Municipal”, pela leitura rápida que fornece.

Neste “retrato municipal” os dados estão atualizados, sempre que existam disponíveis a 2021 e 2022 e incluem uma visão sobre alguns dos principais dados que integram as dimensões: território e população, atividade económica e indicadores demográficos e sociais.

No capítulo seguinte serão abordadas, de forma mais detalhada, as dimensões referenciadas neste retrato.

Concelho de Ponte de Lima



Área 320,25 km²

População residente 41.164

Densidade populacional 128,5

Saldo populacional total -145

Taxa Bruta de Natalidade 7,0

Taxa Bruta de Mortalidade 13,4

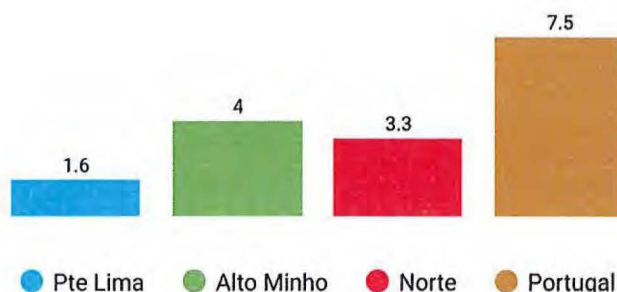


% de população por grandes grupos etários (2022)



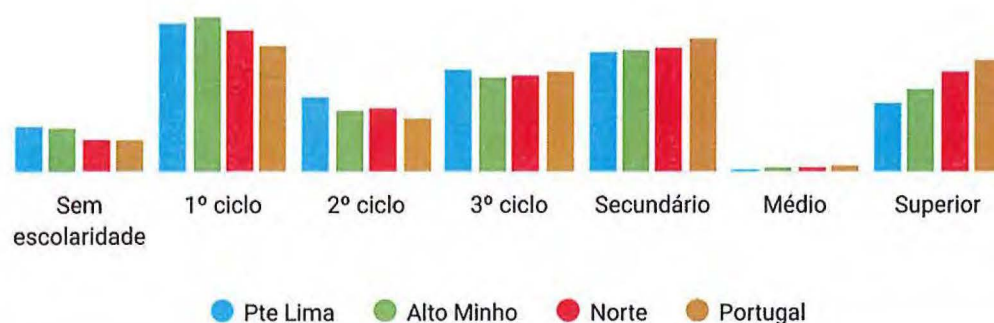
Ponte de Lima destaca-se pela população que tem no seu território em idade ativa, tendo uma percentagem superior à registada a nível nacional e no Alto Minho.

% de cidadãos estrangeiros no total da população(2022)



Ponte de Lima é um concelho com uma pequena % de cidadãos estrangeiros

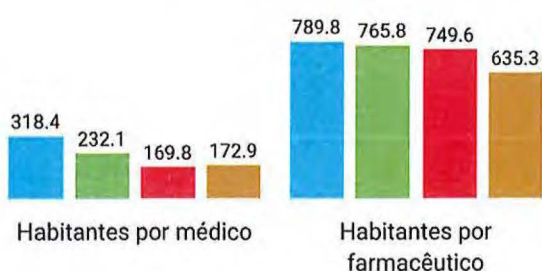
% de população, com mais de 15 anos, por nível escolar completo mais elevado(2021)



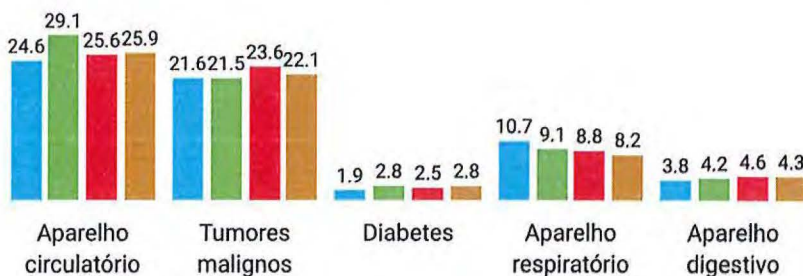
Ponte de Lima tem ainda uma % elevada de população apenas com o 1ºCEB (26,2%), quando em Portugal a percentagem é de 22,3%.

Baixa % de residentes com ensino superior completo (12,4%)

Nº de habitantes por médico e farmacêutico



% óbitos por algumas causas de morte

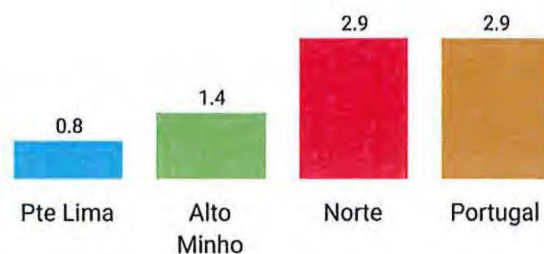


Pte Lima Alto Minho Norte Portugal

Pte Lima Alto Minho Norte Portugal

% de beneficiários do RSI da Segurança Social no total da população residente com 15 ou mais anos (2022)

Os beneficiários de RSI em Ponte de Lima, são menos percentualmente do que a nível nacional e regional



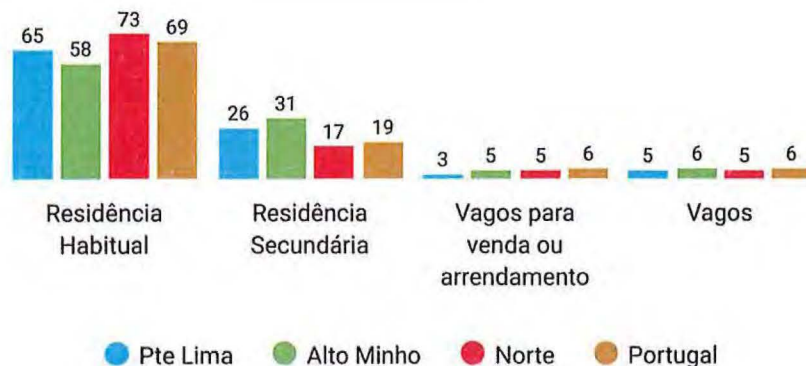
% de pensões pagas, por residentes com 15 anos ou mais (2022)

Comparando com os dados nacionais e regionais Pte Lima é um território onde a % de pensões pagas por população ativa é menor - 37%.



Evolução da % de beneficiários de subsídio de desemprego, por residentes com 15 ou mais anos

Pte Lima apresenta ao longo dos anos percentagens inferiores às registadas a nível nacional e regional.

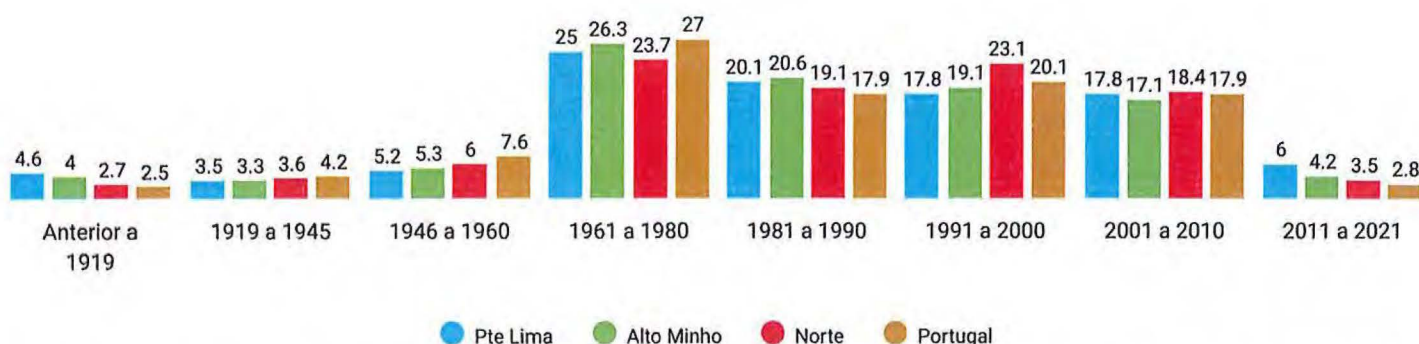


% de alojamentos por forma de ocupação (2021)

Pte Lima apresenta uma % de alojamentos vagos para venda ou arrendamento inferior ao registado a nível nacional e regional



% de alojamentos por época de construção (2021)



A maioria dos alojamentos em Ponte de Lima foram construídos entre 1961 e 1980, à semelhança do que acontece em Portugal e nas regiões do Norte e Alto Minho.

Ganho médio (2021)

Em 2021, os residentes de Ponte de Lima ganhavam uma média mensal de 994,66€. Este valor é inferior ao registado a nível nacional e regional.



Poder de compra per capita (2011 e 2021)

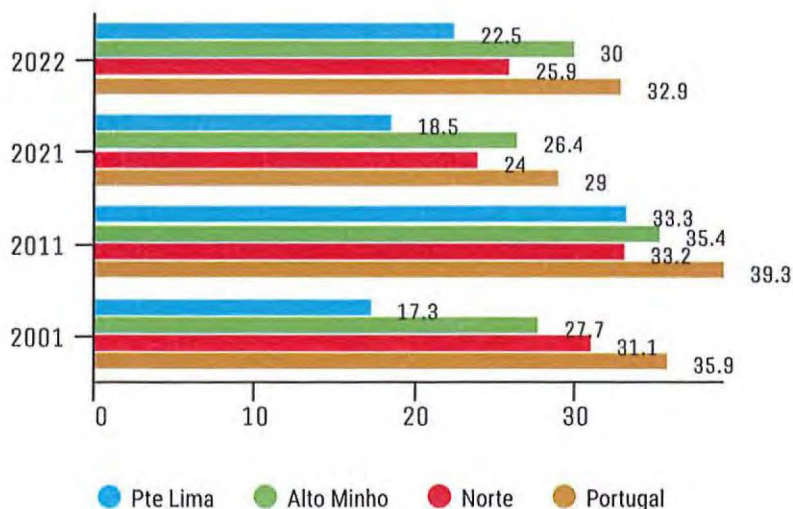
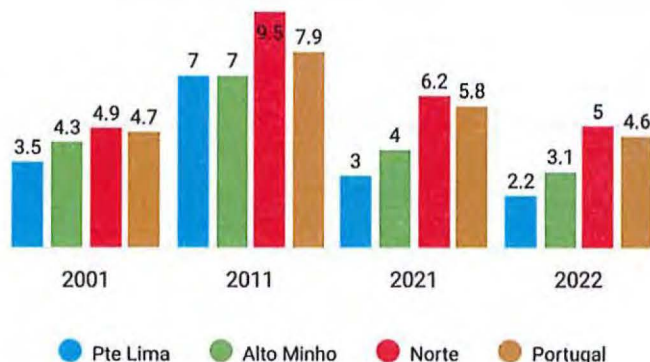
As pessoas residentes no concelho de Ponte de Lima aumentaram, entre 2011 e 2021 o seu poder de compra. Ainda assim o poder de compra dos residentes do território é ainda inferior ao que se regista a nível regional e nacional.



● 2011 ● 2021

Desempregados inscritos no IEFP no total da pop. residente entre os 15 e 64 anos (%)

Ponte de Lima, apresentou nas 3 últimas décadas, uma percentagem inferior de população em idade ativa inscrita no Centro de Emprego, à registada a nível nacional e regional. Em 2022 a tendencia mantém-se existindo uma diferença de mais de 2 pontos percentuais ao que se regista a nível nacional.



Crimes registados, por 1000 habitantes

Os crimes registados no território de Ponte de Lima, por 1000 habitantes, tem sido, nas últimas décadas, inferior ao registado a nível nacional e regional.



8. O CONCELHO DE PONTE DE LIMA: CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

Este capítulo pretende caraterizar o Concelho de Ponte de Lima no que se considera serem as principais dimensões de análise ao nível da intervenção, nomeadamente nas seguintes áreas: demografia e grupos populacionais, economia e rendimento, educação, formação e qualificação profissional, habitação, saúde, segurança, ação social, mas também ao nível do ambiente, mobilidade e espaço público.

Para todas estas áreas e domínios de atuação social, apresenta-se neste capítulo os dados estatísticos disponíveis quer de fontes nacionais, quer de fontes locais, nomeadamente dos parceiros do CLAS que atuam nesses domínios e que, forneceram dados o mais atualizados possível, garantindo dessa forma uma maior aproximação e conhecimento da realidade existente no território.

8.1. O Território - Análise Demográfica

O Município de Ponte de Lima localiza-se na Região Norte (NUTS II) e na Região Alto Minho (NUTS III). Com uma área de 320,25 km², ocupa cerca de 14,4% do total da Região do Alto Minho, sendo o segundo concelho com maior área da região.

Figura 1 – NUTS III

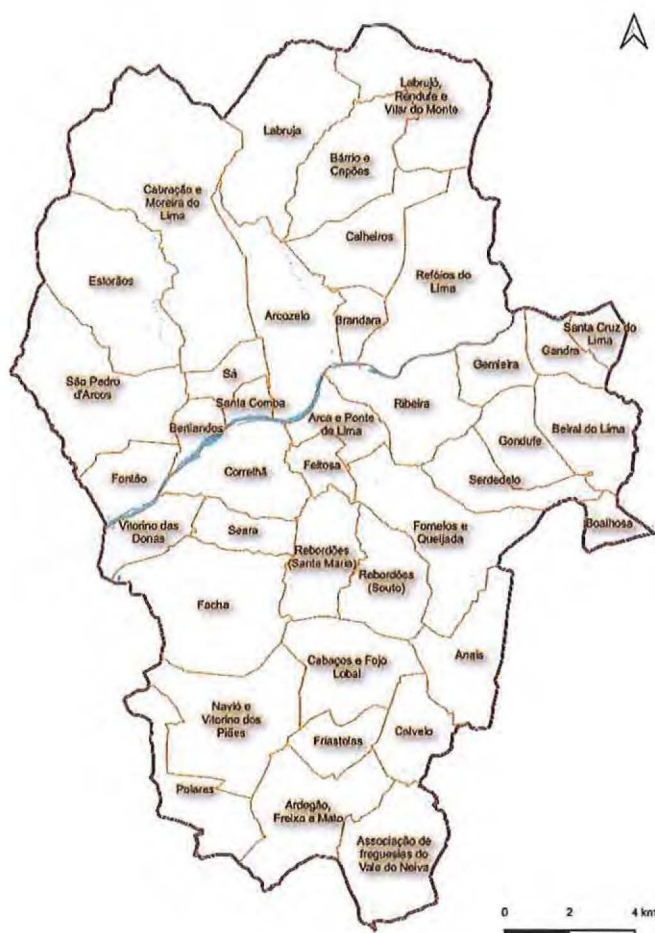


Figura 2 – Concelho de Ponte de Lima



Após a reorganização administrativa do território das freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), o concelho encontra-se subdividido em 39 Freguesias e Uniões de Freguesias, ocupando uma posição central no Vale do Lima

Figura 3 – Freguesias do Município de Ponte de Lima, 2019



O concelho é limitado a norte pelo concelho de Paredes de Coura, a oeste por Viana do Castelo e Caminha, a sul por Barcelos, a sueste por Vila Verde, a noroeste por Vila Nova de Cerveira e a leste por Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

De acordo com os Censos 2021, o número médio de habitantes por Km² no Concelho de Ponte de Lima era de, aproximadamente, 129 hab/Km², sendo o segundo concelho da região com maior densidade populacional, logo após Viana do Castelo.

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2021 e sua variação

Território	Densidade populacional (N.º de habitantes por Km ²)			Variação (%)	
	2001	2011	2021	2001 - 2011	2011 – 2021
Portugal	112,4	114,5	112,2	1,9	-2,1
Região Norte	173,2	173,3	168,5	0,1	-2,8
Região Alto Minho	121,8	110,3	104,2	-2,1	-5,5
Ponte de Lima	138,2	135,8	128,5	-1,7	-5,4

Fonte: Pordata

Nas últimas duas décadas verificou-se uma diminuição da densidade populacional na Região do Alto Minho e no Concelho de Ponte de Lima, principalmente entre 2011 e 2021. O número de residentes por Km² entre 2011 e 2021 diminuiu no Concelho de Ponte de Lima numa percentagem superior à registada a nível nacional.

Analisando a população residente no concelho, verifica-se que em 2021, era em Arca e Ponte de Lima que se registava um maior número de residentes, 3925, seguindo-se a freguesia de Arcozelo.

Tabela 2 - População residente no Concelho de Ponte de Lima por freguesia e sexo no ano 2021

Território	N.º de residentes (2021)		
	Total	Homem	Mulher
Ponte de Lima (concelho)	41164	19393	21771
Anais	1027	487	540
Arca e Ponte de Lima	3925	1789	2136
Arcozelo	3562	1678	1884
Ardegão, Freixo e Mato	1551	726	825
Associação de freguesias do Vale do Neiva	903	441	462
Bárrio e Cepões	786	372	414
Beiral do Lima	500	235	265
Bertiandos	360	167	193
Boalhosa	117	49	68
Brandara	420	196	224
Cabaços e Fojo Lobal	818	389	429
Cabração e Moreira do Lima	899	424	475
Calheiros	930	445	485
Calvelo	617	301	316
Correlhã	2787	1339	1448
Estorãos	408	201	207
Facha	1390	656	734

Feitosa	1865	883	982
Fontão	1090	519	571
Fornelos e Queijada	1869	884	985
Friastelas	430	200	230
Gandra	1065	504	561
Gemieira	602	284	318
Gondufe	421	204	217
Labruja	383	185	198
Labrujô, Rendufe e Vilar do Monte	315	157	158
Navió e Vitorino dos Piães	1544	716	828
Poiães	737	344	393
Rebordões (Santa Maria)	969	457	512
Rebordões (Souto)	1011	484	527
Refóios do Lima	1978	910	1068
Ribeira	1846	874	972
Sá	343	165	178
Santa Comba	591	286	305
Santa Cruz do Lima	401	194	207
São Pedro d'Arcos	602	261	341
Seara	694	340	354
Serdedelo	429	197	232
Vitorino das Donas	979	450	529

Fonte: INE – Recenseamento da população

De acordo com os resultados dos Censos 2021, residem no Concelho de Ponte de Lima 41.164 habitantes, 52,9% dos quais mulheres (21.771 habitantes) e 47,1% homens (19.393 habitantes).

Entre os anos 2011 e 2021, ainda que pouco marcada, registou-se uma maior variação percentual negativa na população do sexo feminino, comparativamente com a população do sexo masculino.

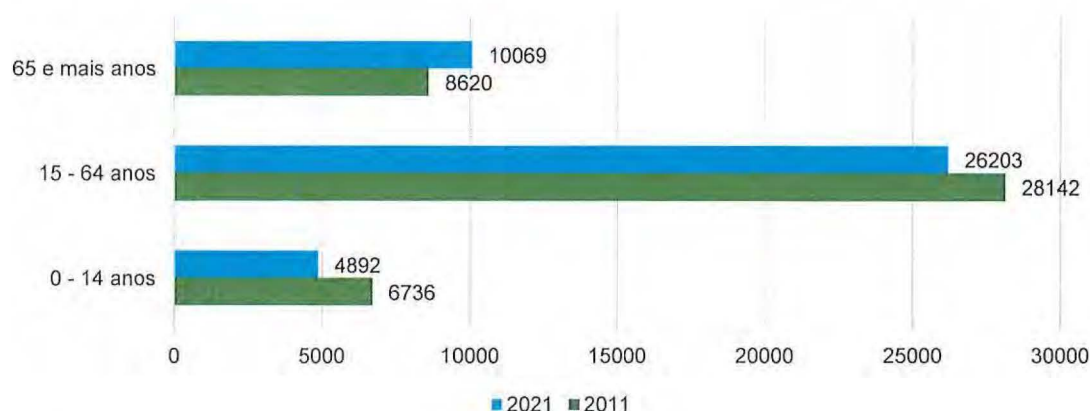
Tabela 3 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, segundo o sexo, nos anos 2011 e 2021 (N.º)

Território	2011		2021		Variação 2011-2021 (%)	
	H	M	H	M	H	M
Ponte de Lima	20503	22995	19393	21771	-5,4%	-5,3%

Fonte: Pordata

À data dos Censos 2021 e no que respeita à distribuição etária da população, verifica-se que é no grupo entre os 15 e os 64 anos que se encontra a maior parte da população (26.203 residentes, 63,7%), seguido do grupo dos 65 e mais anos (10.069 residentes, 24,5%) sendo a população mais jovem a menos representativa no território: 11,9% residentes até aos 14 anos de idade. Comparativamente com os Censos de 2011 regista-se um aumento da população na população com 65 e mais anos de idade.

Gráfico 1 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, segundo grupos etários, nos anos de 2011 e 2021 (N.º)



Fonte: Pordata

Relativamente à variação do número de residentes no território por grupo etário, observa-se uma diminuição transversal em quase todos os grupos etários desde o ano 2001, com exceção do grupo com 65 ou mais anos que aumentou entre os vários períodos censitários, dando conta de um crescente envelhecimento populacional.

Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários entre os períodos censitários 2001-2011 e 2011-2021 (%)

Grupos etários	Variação percentual do número de residentes	
	2001 – 2011	2011 - 2021
0 – 14 anos	-16	-27,4
15 – 64 anos	-2,3	-6,9
65 e mais anos	14,8	16,8

Fonte: Pordata

Ponte de Lima apresenta uma taxa de crescimento efetivo negativa (- 0,35%), sendo o segundo concelho da Região do Alto Minho com maior valor, apenas com Melgaço com um valor ainda mais negativo -1,18%.

Ao nível da taxa bruta de natalidade, Ponte de Lima registou, em 2022, o valor de 7‰ o qual é superior ao registado a nível da região do Alto Minho, mas inferior ao registado a nível nacional e da região norte.

Dos dez concelhos que integram a Região do Alto Minho, Ponte de Lima é o quarto concelho com maior taxa bruta de natalidade e, o terceiro com menor taxa de mortalidade da região.

Tabela 5 – Indicadores de população (2022)

Território	Taxa de crescimento efetivo ¹	Taxa bruta de natalidade ²	Taxa bruta de mortalidade ³
	%	‰	‰
Portugal	0,44	8,0	11,9
Região Norte	0,59	7,3	10,7
Região Alto Minho	0,15	6,7	14,2
Ponte de Lima	-0,35	7,0	13,4

Fonte: INE

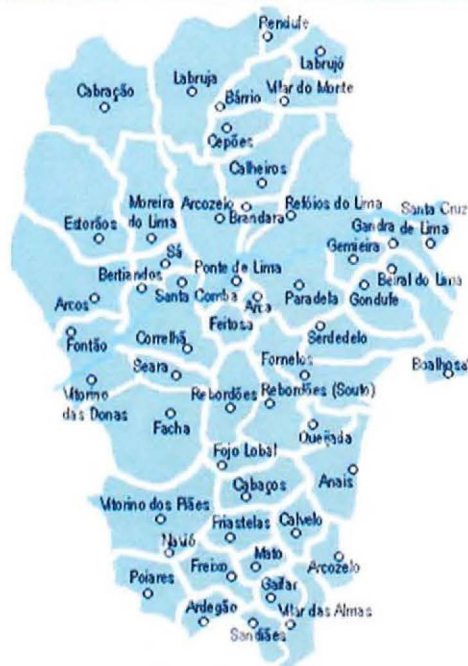
¹ **Taxa de crescimento efetivo:** Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

² **Taxa bruta de natalidade:** Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

³ **Taxa bruta de mortalidade:** Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)



Território e demografia - em síntese:



Área: 320 Km²

14,4 % do território da Região do Alto Minho

39 Freguesias

Densidade populacional: 128,5hab/Km²

41.164 Residentes

O número de residentes no concelho de Ponte de Lima tem vindo a diminuir desde 2001

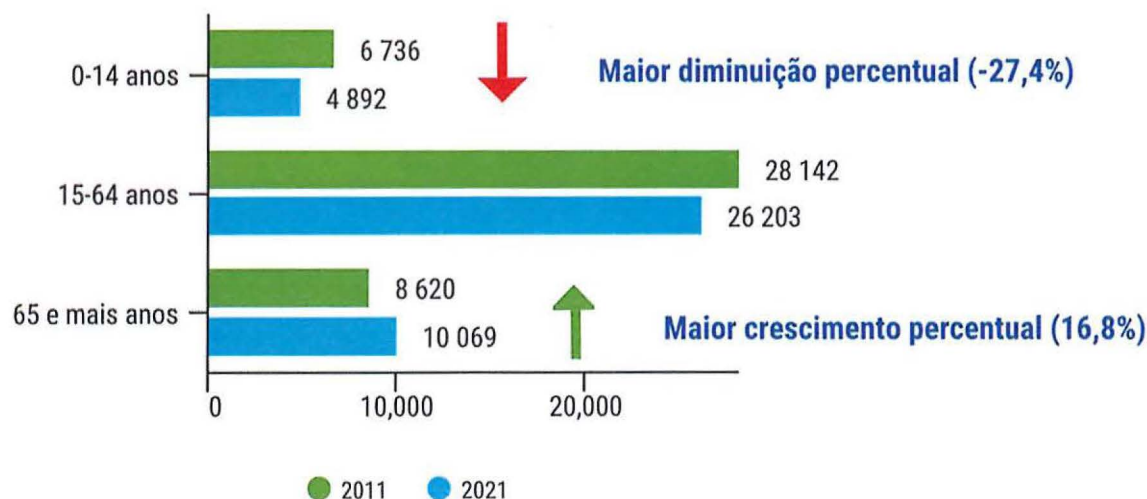


21.771

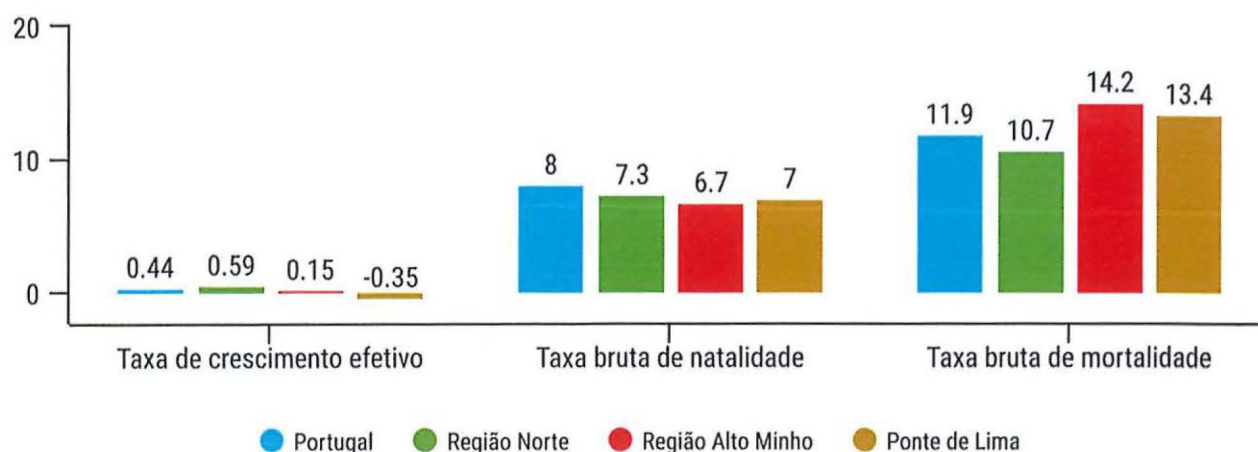


19.393

N.º de residentes no concelho de Ponte de Lima segundo o grupo etário



Indicadores de população (2022)



8.1.1. Famílias

Com o intuito de melhor se caracterizar as famílias em situação de risco residentes no Concelho de Ponte de Lima, apresenta-se uma sistematização da informação fornecida pelas entidades e organizações que intervêm com as mesmas. Primeiro identificam-se alguns dos principais indicadores de vulnerabilidade presentes nas famílias apoiadas, seguidamente identificam-se os apoios prestados pelas entidades e, por último, apresentam-se dados estatísticos referentes aos serviços disponibilizados e ao funcionamento das entidades.

Indicadores de vulnerabilidade

A situação pandémica veio agravar as situações de vulnerabilidade já existentes, bem como, despoletar novas situações de fragilidade económica e social. As entidades que intervêm com famílias que se encontram em situação de risco (ou em situação de maior vulnerabilidade económica e social) identificam, de forma transversal, indicadores / determinantes comuns às mesmas:

- **Baixos rendimentos**, devido a condições de trabalho precárias, baixos salários, pensões ou subsídios de valores reduzidos;
- **Desemprego**, resultando frequentemente em situações de fragilidade e carência económica, bem como, possível impacto na saúde física e mental;
- **Deficiência e/ou Doença**, que quer seja física ou mental, e de acordo com o grau de dependência / incapacidade, contribui para maior fragilidade social e económica do agregado familiar;
- **Isolamento social**, nomeadamente pessoas idosas, que devido às limitações de contacto social, se encontram em situação de maior fragilidade, também pela dificuldade em aceder a serviços;
- **Dimensão do agregado familiar**, que sendo famílias numerosas ou monoparentais, poder-se-ão encontrar em situação de maior fragilidade económica;
- **Rede de apoio familiar inexistente ou insuficiente**, são exemplo pessoas que vivem sós, com baixos rendimentos, algumas das quais com psicopatologia e/ou com comportamentos de dependência / consumos. Podem também incluir-se os cuidadores

informais, que devido a falta de apoio na tarefa de cuidar se encontram mais vulneráveis quer economicamente, quer física, psicológica e socialmente.

Monoparentalidade e famílias numerosas

A monoparentalidade, apesar de não poder ser considerada um problema, pode ser um indicador relevante, e poderá ser potenciadora de situações de risco quando em correlação com outros fatores. Assim, de acordo com os dados dos Censos 2021, existem no Concelho de Ponte de Lima 1802 núcleos familiares monoparentais (cerca de 12% do número total de famílias residentes no concelho), sendo que destes, 1570 são constituídos por mães e os seus filhos (87,1%).

Tabela 6 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no Concelho de Ponte de Lima, no ano 2021 (N.º)

Grupo etário (pai ou mãe)	Total de núcleos familiares monoparentais	Núcleos familiares monoparentais masculinos	Núcleos familiares monoparentais femininos
Total	1802	232	1570
Menos de 20 anos	0	0	0
20 - 24 anos	11	0	11
25 - 29 anos	34	0	34
30 - 34 anos	78	5	73
35 - 39 anos	124	11	113
40 - 44 anos	170	16	154
45 - 49 anos	237	24	213
50 - 54 anos	224	37	187
55 - 59 anos	146	18	128
60 - 64 anos	113	13	100
65 ou mais anos	665	108	557

Fonte: INE, Censos 2021

Analisando os núcleos monoparentais do Concelho de Ponte de Lima por grupo etário, verifica-se que 36,9% destes o progenitor tem mais de 65 anos e que em 25,6% das famílias o(a) progenitor(a) tem entre 45 e 54 anos.

No que respeita à escolaridade, verifica-se que na maioria das famílias monoparentais, o(a) progenitor(a) tem o 1º Ciclo do Ensino Básico (29,8%), registando-se ainda que

13,8% dos progenitores não têm qualquer nível de escolaridade completo. Este facto prende-se com o dado apresentado anteriormente em que verificamos que a maioria dos progenitores tem mais de 65 anos, pertencendo por isso a uma geração onde a escolaridade não tinha o peso, nem a obrigatoriedade, que se verifica atualmente.

Tabela 7 – Núcleos familiares monoparentais, residentes no Concelho de Ponte de Lima, por nível de escolaridade, no ano 2021 (N.º)

Freguesia	Total	Nível de escolaridade (pai ou mãe)						
		Sem nível	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ens. Sec.	Ens. Pós sec.	Ens. Superior
Ponte de Lima (concelho)	1802	249	537	262	297	284	13	160

Fonte: INE, Censos 2021

Perante a monoparentalidade, os progenitores com crianças e/ou jovens a cargo, encontram desafios e constrangimentos que acentuam a sua eventual dependência de apoios e respostas sociais, sobretudo se não tiverem uma rede de suporte próxima, designadamente a inexistência de respostas sociais à infância com horários alargados que permitam às famílias trabalhar por turnos e aos fins-de-semana, possibilitando dessa forma a sua integração no mercado de trabalho, bem como respostas em períodos não letivos que proporcionem uma saudável ocupação dos tempos livres e o desenvolvimento da criança, e também as dificuldades na conciliação da vida familiar, pessoal e profissional. Na mesma linha, quando o progenitor tem já uma idade mais avançada e com algum grau de dependência, é também uma preocupação do descendente o seu conforto e bem-estar, sendo por isso também necessárias respostas de ocupação e/ou cuidado.

Se a existência de famílias monoparentais pode ser um indicador de risco não é menos verdade que as famílias numerosas, pelo esforço financeiro adicional a que são sujeitas, se constituem também como um grupo de risco. No Concelho de Ponte de Lima, residiam em 2021, 1270 famílias com cinco (5) ou mais pessoas (8,5% do número total de famílias residentes no concelho), número inferior ao registado aquando dos Censos 2001 e 2011 (2753 e 1822 respetivamente).

Gráfico 2 – Famílias clássicas segundo a dimensão (2001 - 2021) (N.º)


Fonte: INE, Censos 2001 e 2021

O apoio a famílias em situação de maior vulnerabilidade no Concelho de Ponte de Lima

Com a descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais em matéria da Ação Social (Lei 55/2020 de 12 de agosto), o Município de Ponte de Lima, através da assinatura de um Protocolo de Cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, passou a assumir competências em matéria do Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS) ficando desta forma com a responsabilidade de assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e o acompanhamento da componente de inserção aos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI).

Desde o dia 1 de janeiro de 2023, o SAAS passou a ser responsabilidade do Município de Ponte de Lima, tendo prestado apoio pecuniário a 62 pessoas, num total de 7.976,46€, referente ao ano 2023.

Existem outros apoios prestados pelo município a pessoas em situação de carência e vulnerabilidade, que se enquadram nos vários projetos do Serviço de Saúde e Ação Social, apoios esses direcionados para o projeto da área em que se enquadram, designadamente apoio para obras na habitação, apoio para a saúde, entre outros.

Para além do município, são as famílias em situação de maior vulnerabilidade, apoiadas por diversas instituições do concelho, através de respostas como o apoio pecuniário

e/ou em géneros para a satisfação de necessidades básicas como a alimentação, o vestuário ou medicamentos.



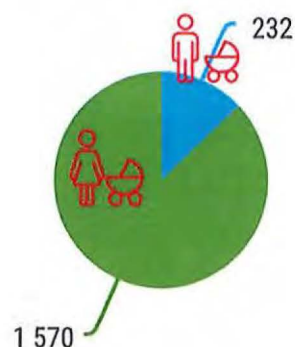
Famílias - em síntese:

1.802 núcleos familiares monoparentais (2021) → **12% do total de famílias do concelho**

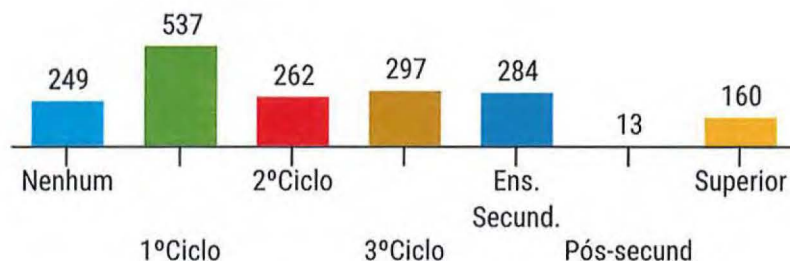
Nº de famílias monoparentais, por sexo do progenitor (2021)



Em **36,9%** das famílias monoparentais o progenitor tem 65 ou mais anos (2021)

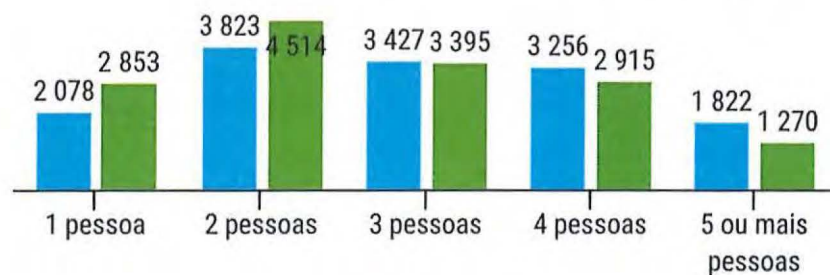


Nível escolaridade das Famílias monoparentais (2021)



● Pais com filhos ● Mães com filhos

Famílias clássicas segundo a dimensão (2011-2021)



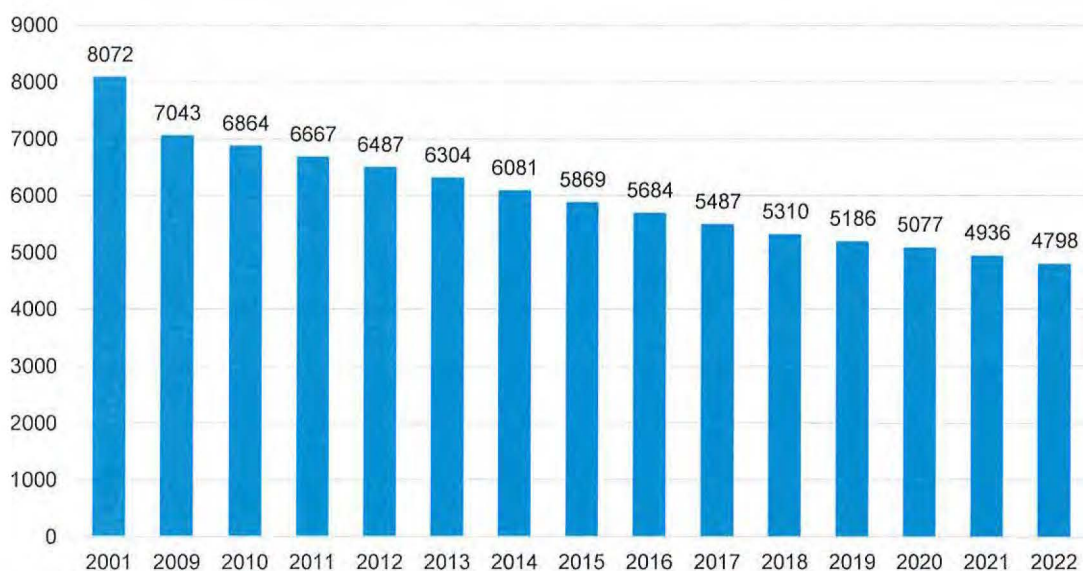
● 2011 ● 2021



8.1.2. Crianças e Jovens

O número de crianças e jovens, até aos 14 anos de idade, residentes no Concelho de Ponte de Lima, diminuiu gradualmente desde 2001. De acordo com os dados disponíveis, residiam em 2022 no Concelho de Ponte de Lima 4.798 crianças e jovens até aos 14 anos de idade, que representavam 11,7% do total da população residente no concelho, sendo nas freguesias de Arca e Ponte de Lima e de Arcozelo, que registam maior número de jovens residentes até aos 14 anos.

Gráfico 3 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, até aos 14 anos de idade, entre os anos 2001 e 2022 (N.º)



Fonte: Pordata

Gráfico 4 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, até aos 14 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2022 (N.º)



Fonte: INE – Censos 2021

Analisando a evolução da população residente até aos 14 anos de idade, nas últimas duas décadas, é possível verificar uma tendência de decréscimo do número de crianças em todos os grupos etários, tendo-se verificado um ligeiro crescimento apenas entre os anos 2018 e 2020, na faixa etária entre os 0-4 anos.

De acordo com os dados dos Censos 2021, as freguesias do Concelho de Ponte de Lima, com uma maior percentagem de população com idade até aos 14 anos, face ao total de população residente da freguesia, são Feitosa (17,9%), Boalhosa (15,4%), Anais (14,7%), Seara (14,6%) e Brandara (14,3%). Em sentido oposto, as freguesias do concelho com uma menor percentagem de residentes com idade inferior a 15 anos, face ao total de pessoas residentes nas mesmas, são Labrujó, Redufe e Vilar Monte (5,4%) e Estorãos (6,9%).

O Concelho de Ponte de Lima registou, desde 2001, uma diminuição do Índice de Dependência de Jovens⁴. Os valores do Índice de Dependência de Jovens no Concelho de Ponte de Lima, foram em 2 dos anos analisados, superiores aos registados a nível nacional e na Região (2001 e 2011) e inferior em 2022.

No ano de 2022, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam quase dezanove com idade inferior a 15 anos, enquanto no ano 2011 existiam quase vinte e quatro residentes do referido grupo etário.

Tabela 8 – Índice de Dependência de Jovens a nível Nacional, Regional e Concelhio (2001, 2011, 2022) (%)

Território	2001	2011	2022
Portugal	24,1	22,8	20,7
Região Norte	25,9	22,2	19,3
Alto Minho	23,5	20,8	18,8
Ponte de Lima	28,1	23,6	18,8

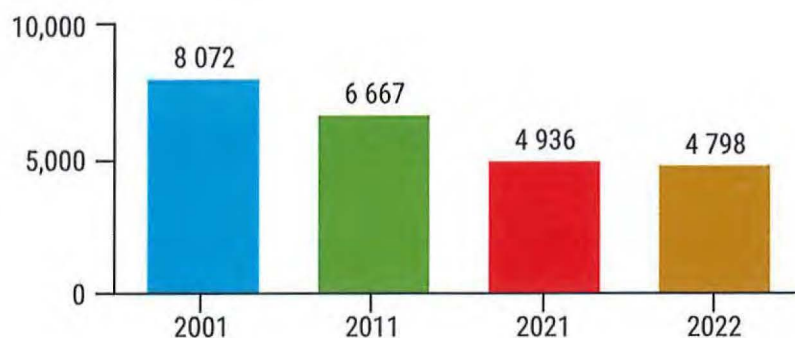
Fonte: INE - Censos 2001, 2011 e 2021

⁴ **Índice de Dependência de Jovens:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).



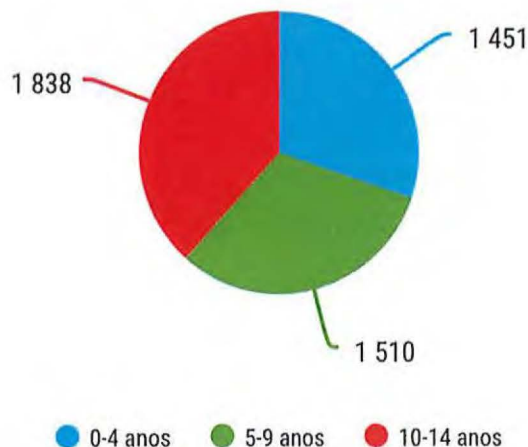
Crianças e jovens - em síntese:

Evolução do n.º de crianças e jovens no concelho (até aos 14 anos de idade)



Em 2022, a população com idade igual ou inferior a 14 anos representava **11,7%** da população do concelho

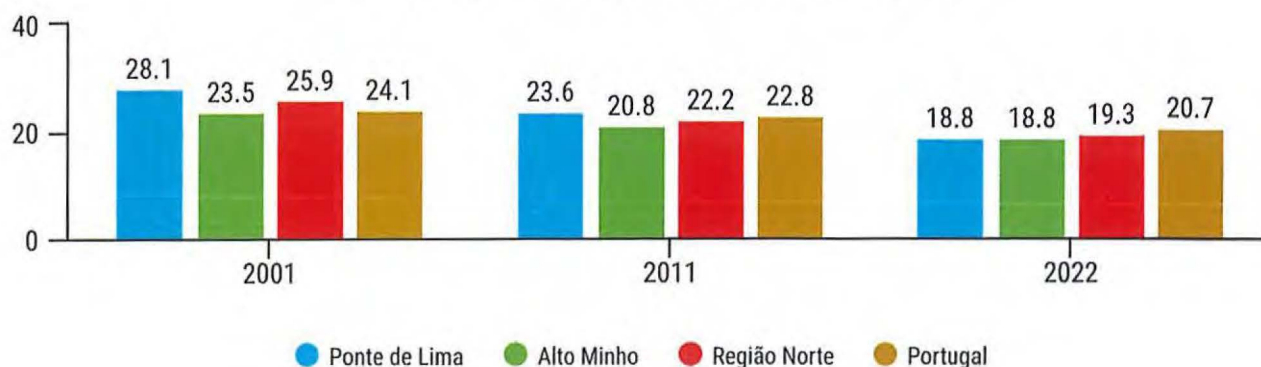
Distribuição da população por grupo etário (2022)



As freguesias com maior percentagem de população jovem (até aos 14 anos de idade) são: Feitosa (17,9%), Boalhosa (15,4%), Anais (14,7%), Seara (14,6%) e Brandara (14,3%)

Labrujó, Redufe e Vilar Monte (com 5,4%) e Estorãos (com 6,9%) são as freguesias com menor percentagem de população jovem (até aos 14 anos de idade)

Índice de dependência de jovens (2001, 2011 e 2022)

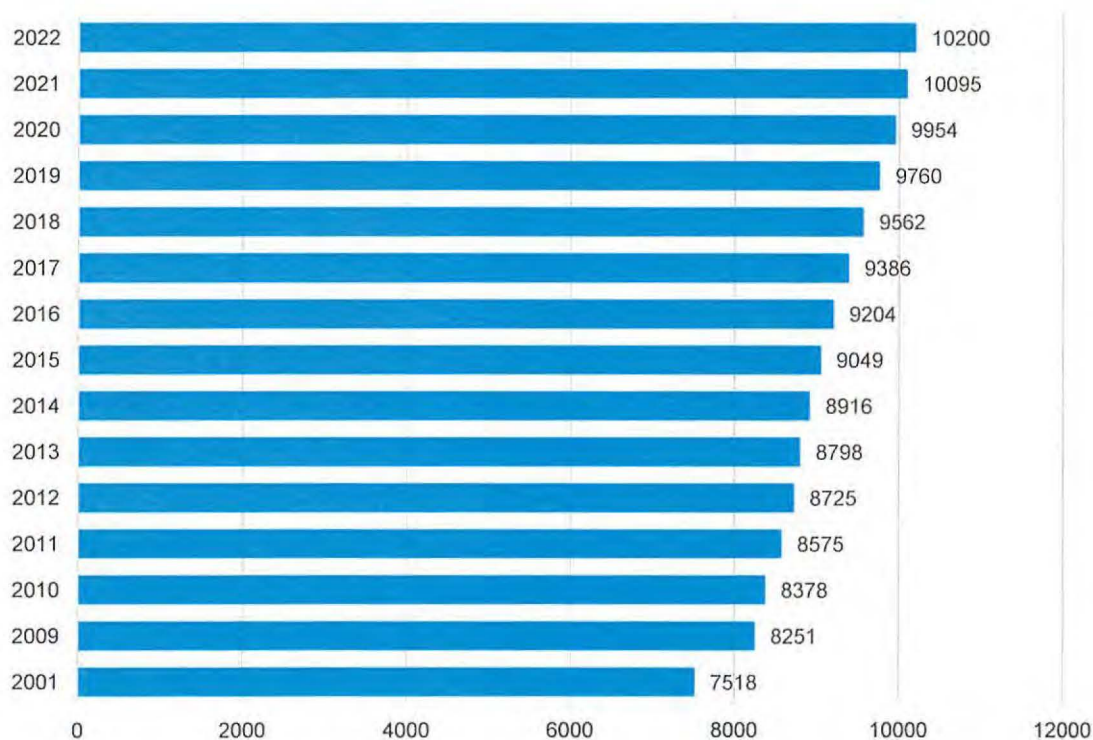


8.1.3. Pessoas Idosas

Nas últimas duas décadas, o número de pessoas com 65 ou mais anos residentes no Concelho de Ponte de Lima, tal como no território nacional, tem vindo a aumentar.

Estima-se que atualmente (2022), residam no concelho, aproximadamente 10.200 pessoas com 65 e mais anos de idade. À data dos Censos 2021, a população deste grupo etário representava 24,5% da população residente no concelho.

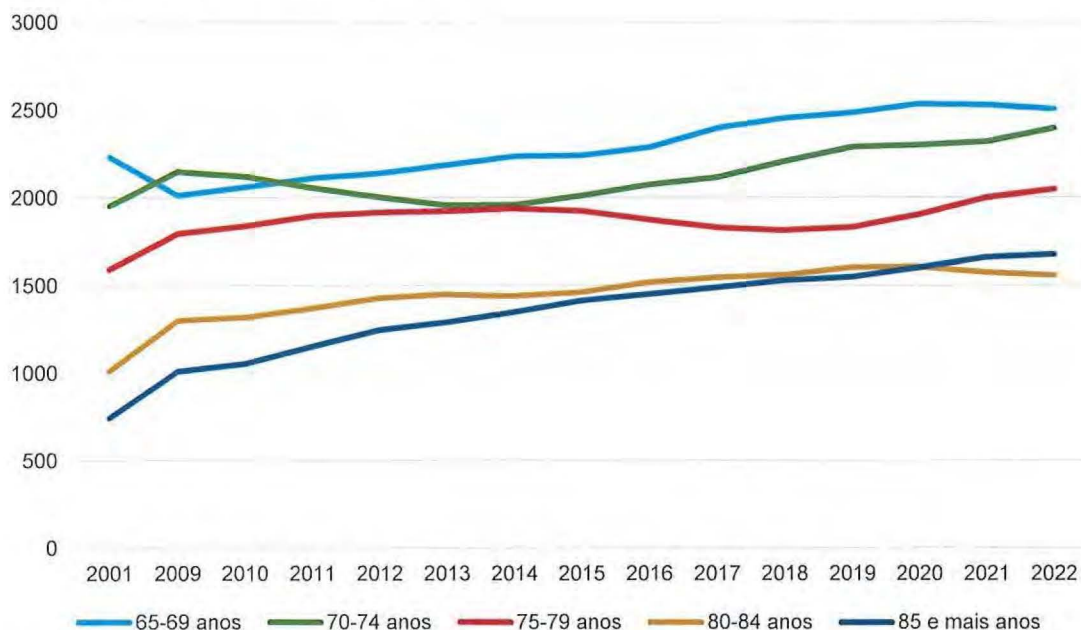
Gráfico 5 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2022 (N.º)



Fonte: Pordata

Através de uma análise mais detalhada, por subgrupo etário, observa-se que, desde 2001, com exceção do número de pessoas com idade compreendida entre os 80 e os 84 anos que a partir de 2020 tem diminuído, todos os subgrupos têm tendencialmente aumentado.

Gráfico 6 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2022 (N.º)



Fonte: Pordata

Analisando as duas últimas décadas, a maior variação percentual positiva foi na faixa etária dos 85 e mais anos, entre 2001 e 2011 e entre 2011 e 2021. Verifica-se que o subgrupo etário 65 a 69 anos foi o único onde se verificou diminuição, no período compreendido entre 2001 e 2011

Tabela 9 – Variação percentual da população residente no Concelho de Ponte de Lima, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário, entre 2001 e 2011 e entre 2011 e 2021

	65–69 anos	70–74 anos	75–79 anos	80– 84 anos	85 e mais anos
2001 - 2011	-5,4	5,4	19,2	35,7	55,1
2011 - 2021	20,1	13	5,8	15,4	44,3

Fonte: Pordata

De acordo com os dados dos Censos 2021, o número de pessoas com 65 e mais anos do sexo feminino, residentes no concelho, é superior ao número de pessoas do sexo masculino (58,6% e 41,4%, respetivamente).

Tabela 10 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo (N.º e %) (2021)

	Total (+65)		Total			
	N.º	% da pop. residente	Homens		Mulheres	
			N.º	%	N.º	%
Ponte de Lima	10069	24,5%	4169	41,4	5900	58,6

Fonte: INE – Censos 2021

Dados dos Censos 2021 indicam que é na Freguesia de Estorãos que se regista maior percentagem de população residente com 65 ou mais anos (41,9%). Por oposição, é na freguesia de Feitosa que a percentagem de população com 65 e mais anos é menor face à população residente na mesma (12,2%).

Olhando para o concelho, é na freguesia de Arca e Ponte de Lima que se concentra o maior número de residentes com mais de 65 anos de idade (895 pessoas), seguida da freguesia de Arcozelo (829). Já as freguesias do concelho com menos residentes dessa faixa etária são Boalhosa (45 pessoas) e Brandara (86 pessoas).

Nas últimas duas décadas os valores dos Índices de Dependência de Idosos e de Envelhecimento têm aumentado a nível nacional, na Região Norte, no Alto Minho e também no Concelho de Ponte de Lima. Destaca-se que, se em 2001 o índice de envelhecimento registado no concelho era inferior ao nacional e da região do Alto Minho, em 2011 e 2022, tal já não se verifica.

Tabela 11 – Índice de Dependência de Idosas/os e Índice de Envelhecimento a nível nacional, regional e concelhio, nos anos 2001, 2011 e 2022 (%)

Território	Índice de Dependência de Idosos ⁵			Índice de Envelhecimento ⁶		
	2001	2011	2022	2001	2011	2022
Portugal	24,4	28,7	37,6	101,6	125,9	183,5
Região Norte	20,5	24,9	35,9	79,4	112,1	188,3
Alto Minho	30,9	35,4	47,4	131,7	170,2	255,6
Ponte de Lima	26,2	30,4	39,1	93,1	128,6	212,6

Fonte: Pordata

⁵ **Índice de Dependência de Idosos:** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

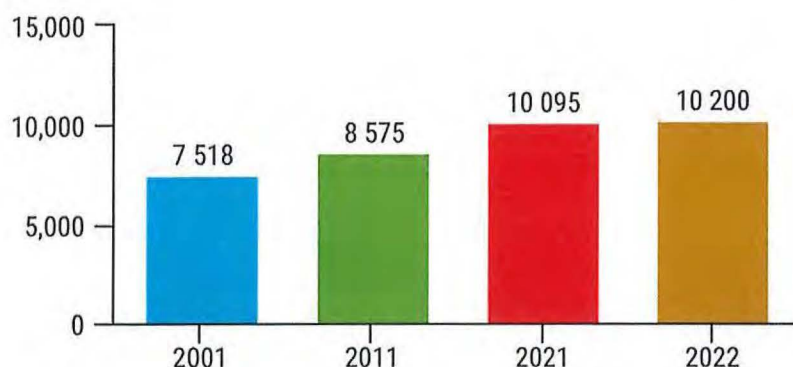
⁶ **Índice de Envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (INE).

No ano de 2021, encontravam-se a residir sozinhas, no Concelho de Ponte de Lima, 1.672 pessoas com 65 ou mais anos, estando referenciadas 19 pessoas em situação de isolamento social.



Pessoas Idosas - em síntese:

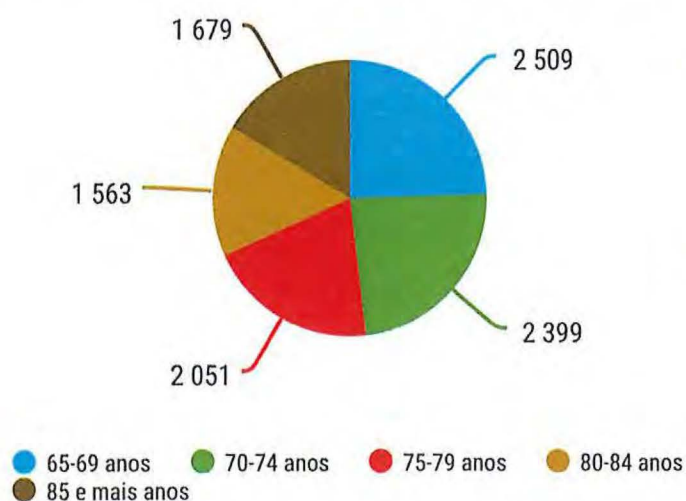
Evolução do n.º de pessoas idosas no concelho (com 65 ou mais anos de idade)



Em 2021, a população com 65 ou mais anos de idade representava **24,5%** da população do concelho

58,6% da população com 65 ou mais anos de idade é do sexo feminino

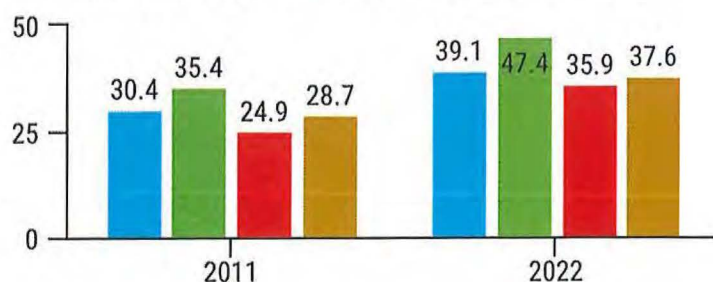
Distribuição da população por grupo etário (2022)



→ A freguesia de **Estorãos** é a que regista maior percentagem de população residente com 65 ou mais anos (41,9%)

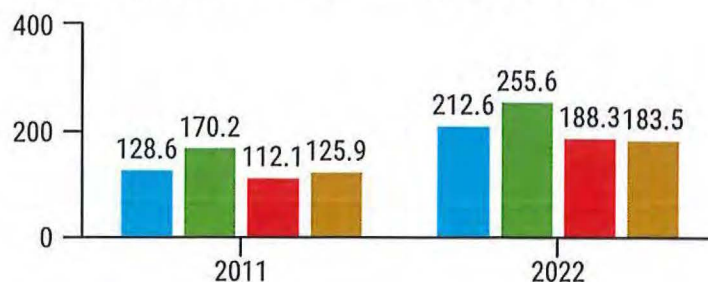
→ A freguesia de **Feitosa** é a que regista menor percentagem de população residente com 65 ou mais anos (12,2%)

Índice de dependência de idosos (2011 e 2022)



● Ponte de Lima ● Alto Minho ● Região Norte ● Portugal

Índice de envelhecimento (2011 e 2021)



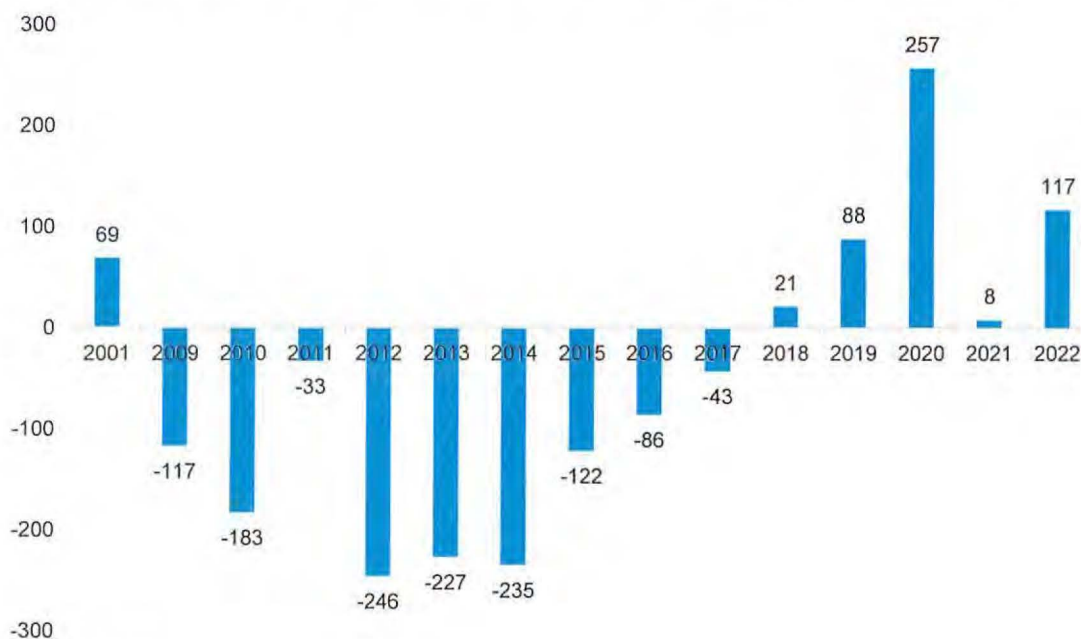
● Ponte de Lima ● Alto Minho ● Região Norte ● Portugal

8.1.4. Migrantes

As populações migrantes apresentam-se aqui como população potencialmente mais vulnerável, ou já em situação de vulnerabilidade, pela falta de rede de suporte a que normalmente está sujeita, bem como devido a outras dificuldades de integração sejam por fatores linguísticos, religiosos e/ou culturais.

O Concelho de Ponte de Lima registou entre 2009 e 2017 um saldo migratório negativo, resultante de um maior número de pessoas que saíram do concelho face às que entraram. A partir do ano 2018 a situação inverte-se, mantendo-se o saldo migratório positivo até ao momento presente, ainda que com variações assinaláveis.

Gráfico 7 – Saldo migratório⁷ no Concelho de Ponte de Lima entre 2001 e 2022 (N.º)



Fonte: Pordata

⁷Saldo migratório: Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período (INE).

"Como a maioria dos países não possui valores exatos sobre imigração e emigração, o saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural entre dois períodos (saldo migratório ajustado). Por conseguinte, as estatísticas sobre saldos migratórios são afetadas por todas as imprecisões estatísticas nas duas componentes desta equação, especialmente a variação populacional (meta informação – Eurostat)."

Tabela 12 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2015 – 2080)

Território	Saldo migratório (projeções)								
	2025			2030			2035		
	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto
Portugal	-3577	11339	29415	-3143	12266	30813	-2951	12622	31193
Norte	-5477	-1832	2568	-5279	-1467	2801	-5059	-1176	2865
Centro	992	4817	9448	1061	4846	9528	1026	4693	9307
AML	2069	7028	13028	2096	7087	13257	2008	6886	13092
Alentejo	-58	609	1463	-39	725	1710	-31	814	1916
Algarve	440	1523	2840	444	1589	3039	417	1612	3151

Fonte: INE, Projeções da população residente

De acordo com o INE (projeções da população residente: 2015-2080) o saldo migratório tenderá a ter uma evolução positiva com o decorrer do tempo. A Região Norte acompanha a previsão a nível nacional, ainda que só se perspetive um saldo migratório positivo no cenário alto, até 2035.

Importa destacar que, antes de se apresentarem os dados referentes à imigração no Concelho de Ponte de Lima é importante referir que existem algumas condicionantes à análise deste fenómeno, nomeadamente, a alteração à Lei da Nacionalidade (2007) (que contribuiu para o aumento do número de naturalizações e, simultaneamente, para o decréscimo do número de imigrantes), o desconhecimento do número de descendentes de imigrantes residentes e de imigrantes naturalizados e o número de cidadãos estrangeiros que têm sido acolhidos ao abrigo dos acordos de cooperação no domínio da saúde⁸.

De acordo com a informação do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a população estrangeira residente no Concelho de Ponte de Lima tem vindo a aumentar gradualmente desde 2015. No ano 2021 encontravam-se a residir em Ponte de Lima 548 pessoas estrangeiras todas elas com título de residência (aproximadamente 7,3% do número total de residentes estrangeiros do Distrito de Viana do Castelo).

⁸ No ano de 2021, foram atribuídos 2.802 vistos de estada temporária para tratamento médico (o número mais elevado de sempre, +113,7% face a 2020 e +25,8% face a 2019), simultaneamente foram atribuídos, nesse mesmo ano, 945 vistos para acompanhamento de familiar. (Relatório Estatístico Anual 2022, Observatório das Migrações – Imigração em Números).

Tabela 13 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência ou Vistos de Longa Duração (2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021) (N.º)

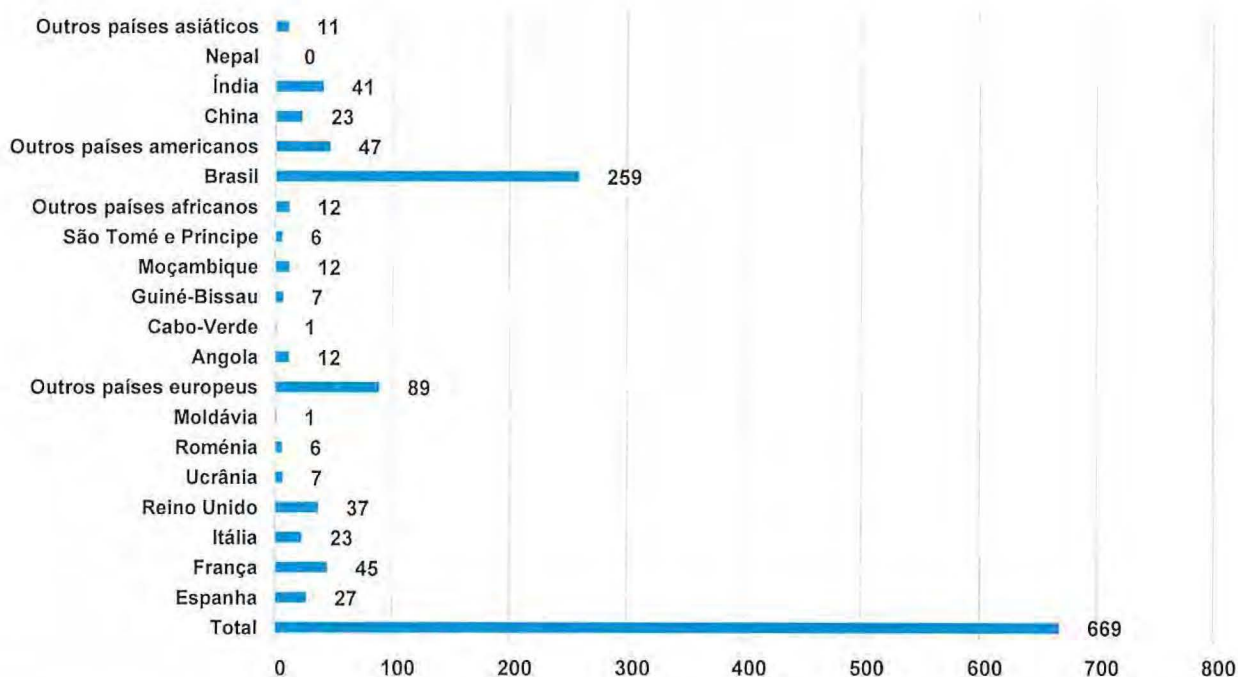
Território	População estrangeira					
	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Distrito de Viana do Castelo	3444	2994	2860	3158	4789	7505
Arcos de Valdevez	199	162	189	203	273	344
Caminha	293	267	257	295	421	625
Melgaço	159	106	96	88	108	149
Monção	472	418	365	380	568	876
Paredes de Coura	89	32	38	60	105	184
Ponte da Barca	114	77	91	87	97	142
Ponte de Lima	265	223	213	270	383	548
Valença	518	456	394	408	546	1057
Viana do Castelo	1106	1037	984	1141	1992	2991
Vila Nova de Cerveira	229	216	233	226	296	589

Fonte: SEF – SEFSTAT (Portal de Estatística)

De acordo com os dados do INE, a maioria da população estrangeira com estatuto legal de residente no Concelho de Ponte de Lima, em 2022, era de nacionalidade brasileira (38,7%).

No Concelho de Ponte de Lima, em 2022, segundo o gráfico em baixo, verificou-se, de novo, que a comunidade brasileira é a que regista maior número de estrangeiros com estatuto legal de residente (259), seguida de residentes provindos de outros países europeus (89), de outros países americanos (47), da França (45) e da Índia (41).

Gráfico 8 – N.º de estrangeiros, com estatuto legal de residente, a viver em Ponte de Lima, em 2022 (total e por algumas nacionalidades)



Fonte: Pordata

Dados dos Censos 2021 indicam que a população estrangeira residente no concelho seja 621 pessoas, as quais representam 1,5% da população residente total.

De todas as freguesias, a que apresenta maior proporção de população residente estrangeira é Brandara, em que 4% da sua população é estrangeira, seguindo-se a freguesia de Calvelo (3,7%) e Arca e Ponte de Lima (3,4%). É nesta união de freguesias que se encontram a maioria dos estrangeiros a residir no concelho (128 pessoas, representando 20,6% da população estrangeira do concelho).

Importa salientar que esta população, desde logo pela barreira linguística, encontra-se potencialmente mais vulnerável e, por isso, é muito importante a existência no concelho de mecanismos e estruturas que apoiem o acesso aos seus direitos.



Migrantes - em síntese:

Saldo migratório do concelho de Ponte de Lima

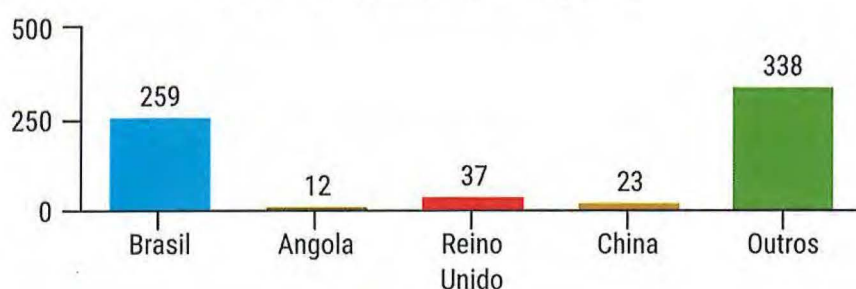


Em 2022, residiam no concelho **669** pessoas estrangeiras com título de residência

7,3% do número total de residentes estrangeiros do Distrito de Viana do Castelo residia em Ponte de Lima em 2021

1,5% da população residente no concelho de Ponte de Lima era estrangeira (2021)

Nacionalidade da pop. estrangeira com estatuto legal a residir em Ponte de Lima (2022)



A grande maioria dos residentes é de nacionalidade Brasileira (259 pessoas)



Brandara é, em 2021, a freguesia com maior proporção de residentes estrangeiros (4%)

Arca e Ponte de Lima é onde se concentram, em 2021, maior número de residentes estrangeiros (128 pessoas)

8.1.5. Pessoas com dificuldades e/ou incapacidade

A abordagem sobre deficiência e incapacidade adotada depois dos Censos 2001, assume as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Desta forma, entende-se por “deficiência” o estado da pessoa, face às alterações ou anomalias das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais. O termo “incapacidade” reporta-se aos diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente (englobando deficiências, limitações na atividade e restrições de participação).

Desta forma, nos Censos 2011 e 2021, a aferição dos tipos de deficiência foi realizada através de questões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender).

Dados dos Censos 2021, indicam que 48% da população residente no concelho, com 5 ou mais anos de idade, tinha pelo menos uma dificuldade, sendo na sua maioria mulheres (52%).

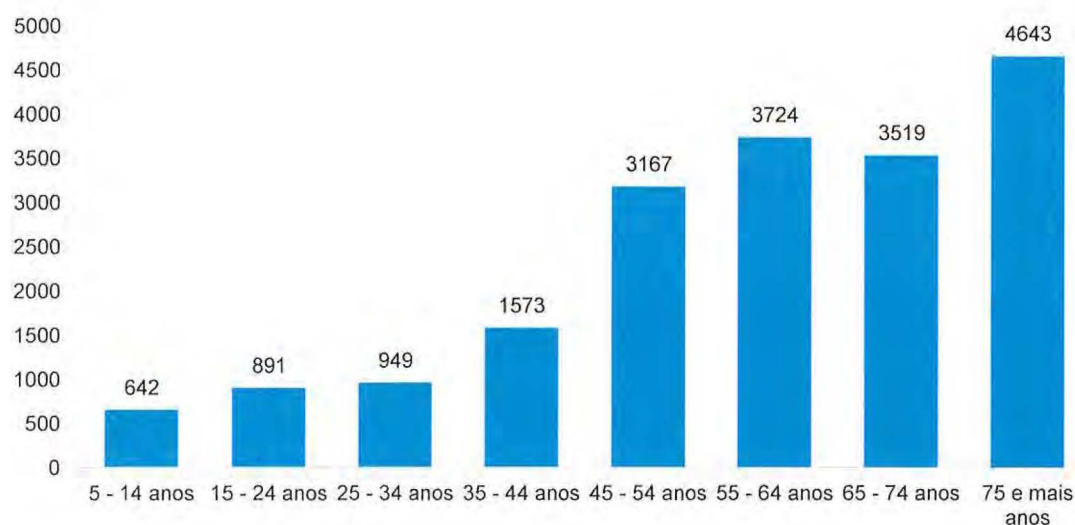
Tabela 14 – Proporção da população residente, com 5 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, (2021)

Território	População residente com 5 ou mais anos com pelo menos uma dificuldade		
	Total	Homens	Mulheres
Portugal	43,7	39,1	47,9
Norte	44,4	39,9	48,4
Alto Minho	46,6	42,2	50,4
Ponte de Lima	48,1	43,5	52,1

Fonte: INE, Censos 2021

Analisando os dados disponíveis relativos à faixa etária, verifica-se que é após os 45 anos que aumenta o número de residentes que reportam ter, pelo menos, 1 dificuldade (ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho e/ou compreender os outros ou fazer-se compreender).

Gráfico 9 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 5 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021

Identificando o tipo de dificuldade sentida, as dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) são as reportadas em maior número, seguidas das dificuldades de visão e de memória ou concentração. Já nas dificuldades reportadas como não conseguindo efetuar a ação são as tarefas como tomar banho ou vestir-se sozinho, que são reportadas em maior número.

Gráfico 10 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 5 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021

O principal meio de vida, da maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade é a reforma (48,2%) seguindo-se as que se encontram a trabalhar (33%).

Tabela 15 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 15 ou mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo a fonte de rendimento (2021)

Principal meio de vida	População residente com de 15 ou mais anos de idade e pelo menos uma dificuldade	
	N.º	%
Ponte de Lima (concelho)	18466	100%
Trabalho	6100	33%
Reforma / Pensão	8893	48,2%
Subsídio de desemprego	259	1,4%
Rendimento social de inserção	139	0,8%
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	390	2,1%
Rendimento da propriedade ou da empresa	109	0,6%
A cargo da família	1767	9,6%
Outro	809	4,4%

Fonte: INE, Censos 2021

No âmbito da intervenção com pessoas com deficiência, residentes no Concelho de Ponte de Lima, destaca-se o trabalho realizado pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM de Viana Do Castelo) e pela Associação dos Amigos da Pessoa Especial Limiana (AAPEL), ambas com a resposta social de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), tendo a capacidade global de apoiar 50 utentes. A APPACDM de Viana do Castelo tem ainda no território de Lar residencial de Moreira do Lima, com a capacidade de 17 utentes.



Pessoas com dificuldades e/ou incapacidade - em síntese:

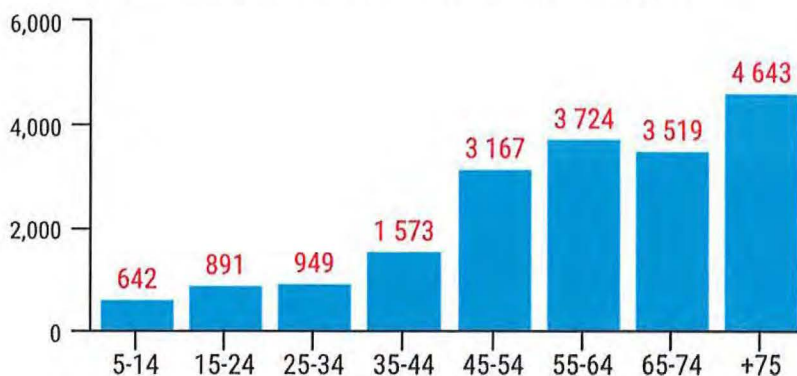
Em 2021:

Residiam no concelho **18.466** pessoas com 15 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade

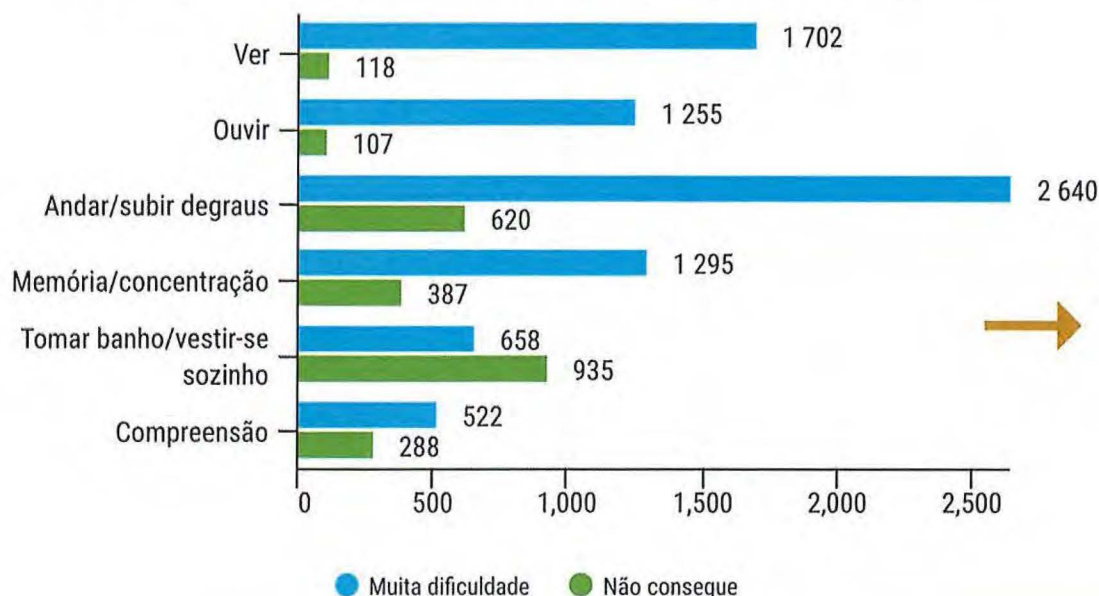
48,1% da população residente com 5 ou mais anos, identificava ter, pelo menos, 1 dificuldade

52,1% são mulheres

População residente no concelho de Ponte de Lima com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021)

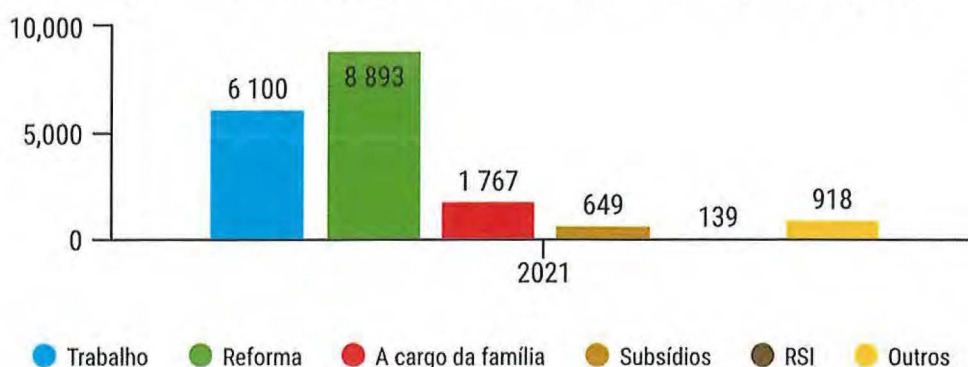


População residente no concelho, por tipo e grau de dificuldade (2021)



As ações relativas ao **autocuidado** e à **mobilidade** são as reportadas em maior número como não sendo possíveis de executar ou com muita dificuldade

Principal meio de vida das pessoas com uma ou mais dificuldades (2021)



O **trabalho** e a **reforma** são as principais fontes de rendimento das pessoas com 15 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, residentes no concelho de Ponte de Lima

8.2. Economia, emprego e rendimento

Segundo o Relatório de Alteração Parcial do PDM de Ponte de Lima (2016), a atividade económica com maior relevo era a construção civil (30%), seguida da indústria transformadora e do comércio, por grosso e a retalho (19% e 15% respetivamente). No que concerne à força produtiva local verifica-se que a população ativa do concelho, entre os 15 e os 64 anos de idade, está empregada sobretudo no sector terciário, representando este 52% do total.

De acordo com o documento *Retorno de Informação aos Respondentes*⁹, do INE, em 2021, o Município de Ponte de Lima apresentou um volume anual de negócios de empresas de cerca de 1.037 milhões de euros, sendo que, a concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas corresponde a 30,3 % e um volume anual de negócios de estabelecimentos de cerca de 1.044 milhões de euros.

Verificou-se também que, em consonância com os dados do Pordata de 2021, do total de 17.544 de pessoas empregadas, 573 trabalham no sector primário, 7.421 no sector secundário e 9.550 no sector terciário e que, em 2021 segundo o INE, o salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem registava-se abaixo da média nacional (994,66€ / 1.289,50€).

Dinâmica empresarial do Concelho de Ponte de Lima

De acordo com a Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2022, Ponte de Lima é única autarquia do distrito de Viana do Castelo que apresenta a melhor eficiência financeira num ranking global de 100 Municípios, ocupando o 33.º lugar dos municípios da sua dimensão ao nível do País.

As empresas sediadas em Ponte de Lima, em 2021, representavam cerca de 17% da atividade económica da região do Alto Minho e 16% do volume de negócios da mesma região. Ao nível dos estabelecimentos, em 2021, estes representavam também cerca de 17% da atividade económica e 15% do volume de negócios da região do Alto Minho.

Ao nível da balança comercial, em 2021, registou-se um maior valor em importações que exportações (aproximadamente mais 81.782,00€).

⁹ última atualização de dados: dezembro de 2023

Em 2020, Ponte de Lima é o terceiro concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de empresas e estabelecimentos por Km² (16,1 empresas e 16,5 estabelecimentos por Km²), antecedido por Viana do Castelo e Caminha. A maioria das empresas e estabelecimentos tem menos que 10 trabalhadores (igualmente 96,2%).

Tabela 16 – Indicadores de empresas e de estabelecimentos (2020)

Território	Densidade de empresas (N.º/Km2)	Densidade de estabelecimentos (N.º/Km2)	Proporção de empresas com menos de 10 trabalhadores (%)	Proporção de estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores (%)
Portugal	14,1	14,7	96,2	95,9
Região Norte	21	21,8	95,7	95,5
Alto Minho	13,5	14	96,7	96,5
Ponte Lima	16,1	16,5	96,2	96,2

Fonte: Anuário Estatístico Regional 2022 / INE

Em 2021, encontravam-se sediadas no concelho 5.232 empresas, enquadrando-se a maioria no setor da 'Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca' (20,43%), seguidas das empresas na área do 'Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos' (17,03%) e, em terceiro lugar, surgem as empresas direcionadas para a 'Construção' (14,56%). Ainda, em 2021, verificou-se que 99,96% do tecido empresarial do Concelho de Ponte de Lima é constituído por pequenas e médias empresas e 0,04% por grandes empresas.

Tabela 17 – Empresas e pessoal ao serviço, por atividade económica, no Concelho de Ponte de Lima, no ano 2020 (N.º)

Atividade (CAE-Rev.3)	Número de empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1069	1267
Indústrias extrativas	13	101
Indústrias transformadoras	304	4417
Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	24	24
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	8	31
Construção	762	2444
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	891	2446
Transportes e armazenagem	80	342
Alojamento, restauração e similares	439	1070
Atividades de informação e de comunicação	31	88
Atividades imobiliárias	109	161

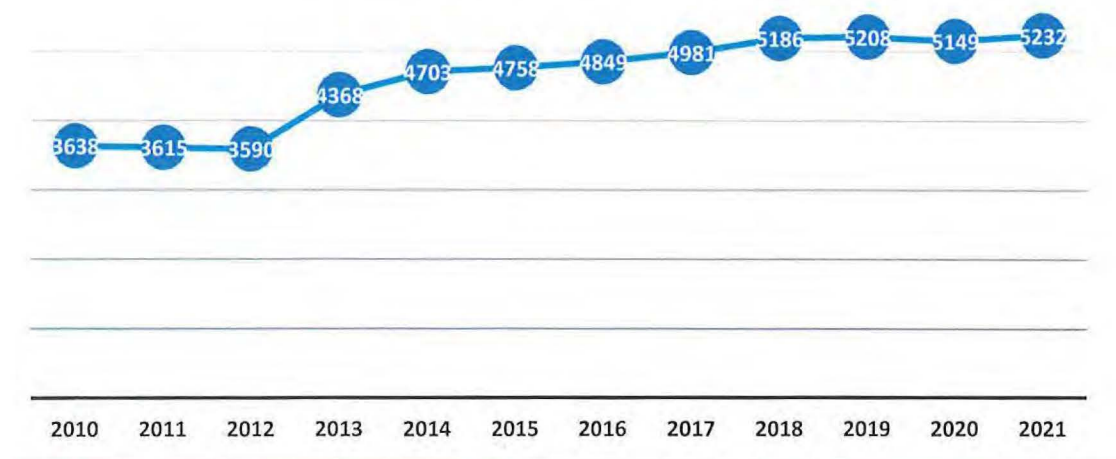
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	287	493
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	381	477
Educação	196	231
Atividades de saúde humana e apoio social	329	549
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	77	114
Outras atividades de serviços	232	333
Total	5.232	14.588

Fonte: Pordata

Analisando o pessoal ao serviço das empresas, por atividade económica, verifica-se que a maioria se encontra afeta ao setor das Indústrias transformadoras (30,28%), do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (16,77%) e da Construção (16,75%).

No que respeita à evolução, o número de empresas sediadas em Ponte de Lima registou uma diminuição entre 2010 e 2012, sendo que a partir desse ano foi aumentando gradualmente.

Gráfico 11 – N.º de Empresas no Concelho de Ponte de Lima, entre 2010 e 2021



Fonte: Pordata

Mercado de trabalho e emprego

Relativamente ao mercado de trabalho, o Concelho de Ponte de Lima registou aquando dos Censos 2021 uma taxa de desemprego de 5,2%, a segunda mais baixa da Região do Alto Minho, antecedida pelo concelho de Melgaço (4,6%). Importa ainda destacar que a taxa de desemprego registada no concelho foi inferior à registada a nível nacional (8,13%), ao nível da Região Norte (8,42%) e da Região do Alto Minho (5,96%). À data de fevereiro de 2024, a taxa de desemprego era em Ponte de Lima de 3,45%.

Gráfico 12 – Evolução do n.º de pessoas em situação de desemprego, no Concelho de Ponte de Lima, inscritas no Centro de Emprego, entre 2012 e 2022

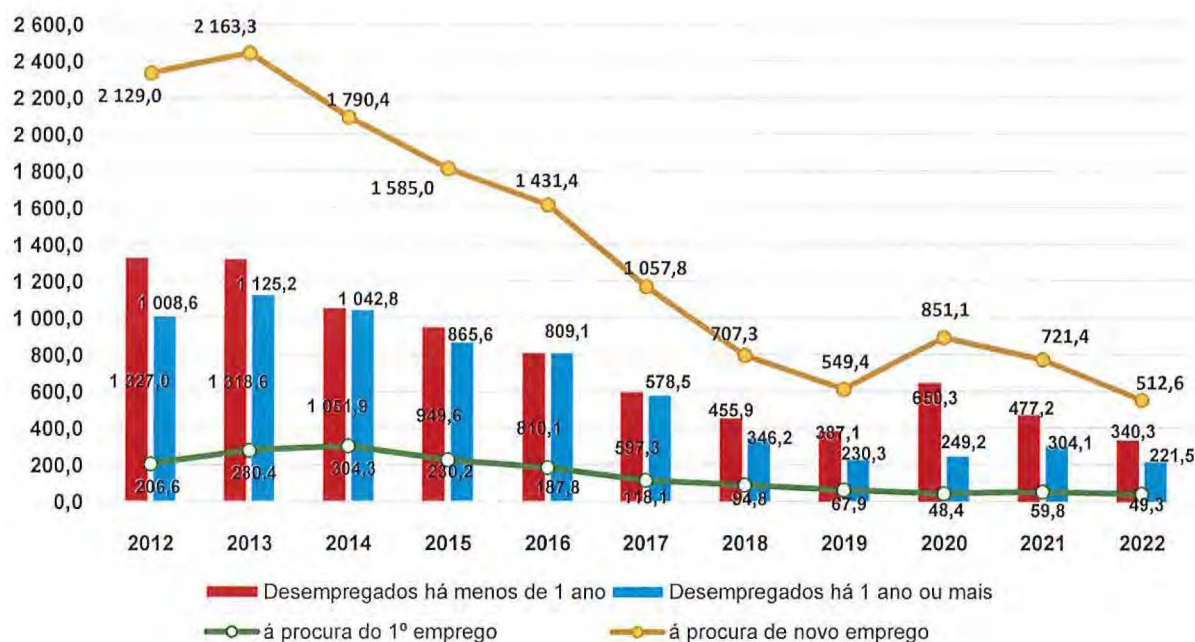


Fonte: Pordata

Em média, o número de pessoas em situação de desemprego no Concelho de Ponte de Lima, e que se encontram inscritas no Centro de Emprego, aumentou entre o ano de 2012 e 2013, ano a partir do qual se começa a assistir a um decréscimo do seu número até 2019. Entre 2019 e 2020 verificou-se um aumento do número de inscritos no Centro de Emprego, decorrente dos constrangimentos provocados pela pandemia, tendo esse valor voltado a diminuir até 2022.

No que respeita ao sexo e em 2021, ainda que na Região do Alto Minho a percentagem de mulheres em situação de desemprego seja maior do que a dos homens (14,93% para 12,50% respetivamente), em Ponte de Lima, a diferença é mínima (11,27% para 11,37% respetivamente).

Gráfico 13 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no Concelho de Ponte de Lima, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego, entre 2012 e 2022 (N.º)



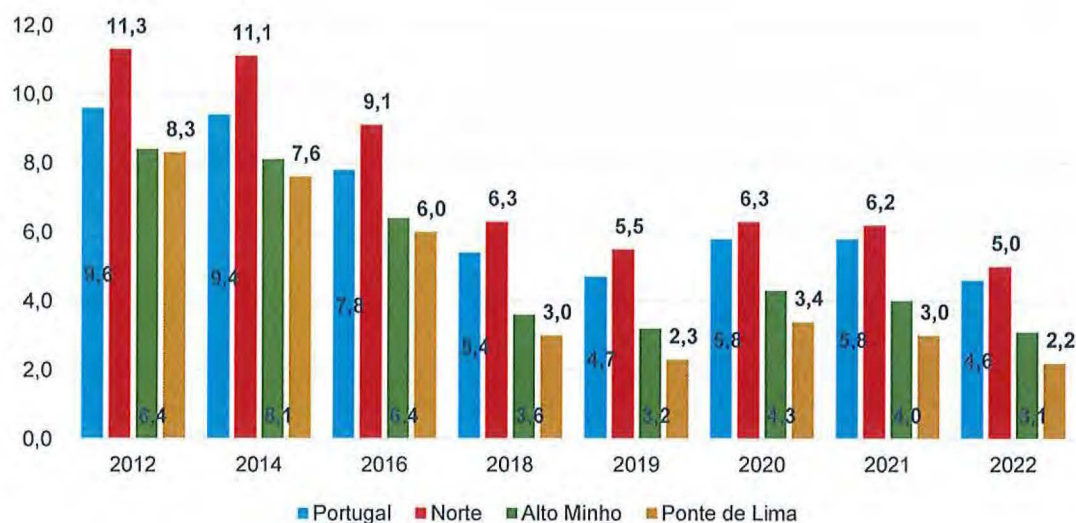
Fonte: Pordata

Analisando os dados desde 2012 até 2022, constata-se que a maioria das pessoas em situação de desemprego que se encontrava inscrita no Centro de Emprego, o era há menos de um ano e que se encontrava a procurar um novo emprego.

Relativamente ao tipo de desemprego, salienta-se que o número médio de pessoas em situação de desemprego, que procura um novo emprego tem sido superior, desde 2012, face ao número de pessoas que se encontra à procura de um primeiro emprego.

Da análise da percentagem de pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, face à população residente em idade ativa, verifica-se que desde 2012 que o valor registado em Ponte de Lima foi inferior ao registado na Região Norte e na Região do Alto Minho. Também se verifica uma tendência decrescente constante na percentagem de pessoas desempregadas, inscritas no centro de emprego, entre 2012 e 2022, no Concelho de Ponte de Lima e na Região do Alto Minho.

Gráfico 14 – Evolução da percentagem de pessoas em situação de desemprego, inscritas no centro de emprego, face à população residente em idade ativa, por território, entre 2012 e 2022



Fonte: Pordata

De acordo com os relatórios estatísticos do IEFP, em outubro de 2023, estavam inscritas no Centro de Emprego 646 pessoas, cerca de 3,5% da população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, residente no concelho¹⁰.

Tabela 18 – Desemprego registado no Concelho de Ponte de Lima, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de outubro de 2023) (N.º)

Território	H	M	Tempo de inscrição		Situação face à procura		Total
			< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Ponte de Lima	229	417	436	210	60	586	646

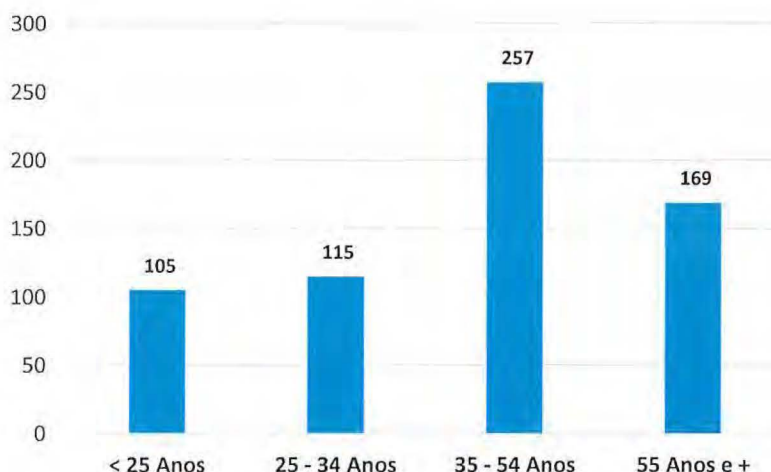
Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Verificou-se que, em outubro de 2023, a maioria das pessoas em situação de desemprego residentes no Concelho de Ponte de Lima, inscritas no Centro de Emprego são mulheres e procuram um novo emprego.

¹⁰ Estimativa da população residente no Concelho de Ponte de Lima em 2021 – 18.504 pessoas em idade ativa (15 anos – 64 anos). Pordata

Ao nível da faixa etária a maioria das pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, tem entre 35 e 54 anos de idade, representando 39,8% das pessoas nessa situação.

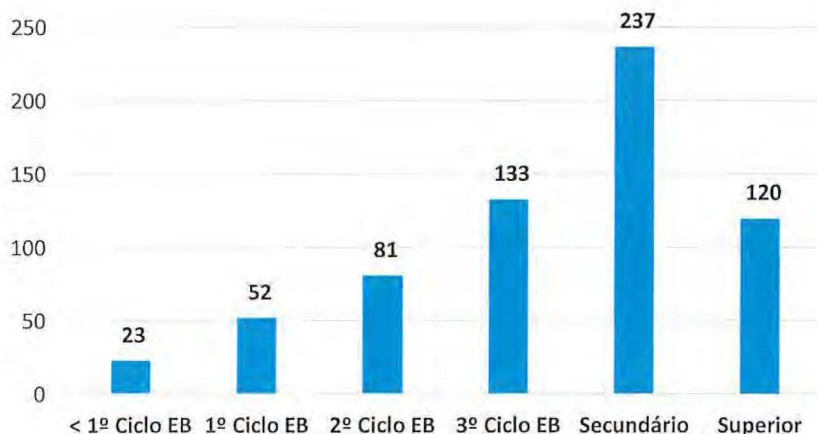
Gráfico 15 – Desemprego registado no Concelho de Ponte de Lima, segundo o grupo etário (N.º)



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Quanto à qualificação das pessoas em situação de desemprego, a maioria possui o ensino secundário, seguindo-se a população com o 3º e 2º ciclo do ensino básico e com o ensino superior, sendo a população sem qualificações e as com o 1º ciclo do ensino básico as que registam menores números, à data de 31 de outubro de 2023.

Gráfico 16 – Desemprego registado no Concelho de Ponte de Lima, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês de outubro de 2023) (N.º)



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

De acordo com os dados dos Censos 2021, a população empregada residente no Concelho de Ponte de Lima, estava distribuída sobretudo pelo setor terciário (9.550 pessoas empregadas), quer relacionado com a atividade económica, quer de natureza social. Importa ainda destacar que 42,3% da população empregada estava afeta ao setor secundário. A diferença entre o número de pessoas empregadas por sexo é de mais de 876 homens empregados, em comparação com as mulheres.

Tabela 19 – População empregada, residente no Concelho de Ponte de Lima, segundo o sexo e o ramo de atividade (2021) (N.º)

Território	População empregada			Ramo de atividade				
				Primário	Secundário	Terciário		
	Total	H	M			Total	De natureza social	Relacionado com a atividade económica
Ponte de Lima	17.544	9210	8334	573	7421	7994	4129	5421

Fonte: Pordata

Da população empregada, destaca-se o facto de que a grande maioria se encontra a trabalhar por conta de outrem (13.467 pessoas).

Tabela 20 – População empregada, residente na Região Norte, por situação na profissão (2021) (N.º)

Território	Empregador	Trabalhador por conta própria	Trabalhador por conta de outrem	Outra situação
Ponte de Lima	1830	1786	13.467	461

Fonte: Pordata

É de salientar que, no ano 2021, a maioria da população empregada, residente no Concelho de Ponte de Lima, trabalha no município de residência (9.447 pessoas, 61,7%), 3.273 pessoas trabalham noutro município da mesma região (21,4%) e 1.897 pessoas trabalham num município de outra região (12,4%). Um número residual de pessoas residentes no concelho encontrava-se a trabalhar no estrangeiro (704 pessoas, 4,6%).

Tabela 21 – População empregada residente no Concelho de Ponte de Lima, por nível de habilitações (2021) (N.º)

Total	<1º CEB	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secund.	Ensino Médio	Ensino Superior
17.544	104	1645	3084	3870	5068	304	3469

Fonte: Pordata

No ano 2021, a maioria da população residente no Concelho de Ponte de Lima, que se encontrava empregada, tem o ensino secundário concluído (5.068 pessoas, 28,9%) e o 3º CEB (3.870 pessoas, 22,1%). Importa ainda destacar que 19,8% da população (3.469 pessoas) concluiu o ensino superior.

Rendimentos da população

De acordo com os Censos 2021, o ganho médio mensal da população residente no Concelho de Ponte de Lima era de, aproximadamente, 994,70€ existindo uma disparidade de 6,3% e de 19,1%, por razão do sexo e do nível de habilitações, respetivamente.

Destaca-se que a disparidade em razão do sexo é inferior à registada a nível nacional (8,5%) e inferior no que diz respeito às habilitações (31,3%).

Gráfico 17 – Ganho médio mensal no Concelho de Ponte de Lima, na Região do Alto Minho, Região Norte e Portugal (2021)



Fonte: Pordata

No ano 2019, as pessoas residentes no Concelho de Ponte de Lima tinham o indicador do poder de compra *per capita* de 76,7, valor esse abaixo do da Região do Alto Minho (82,3), do da Região Norte (92,9) e do registado a nível nacional (100).

Dados do INE (nomeadamente do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2022) referentes a 2021, indicam uma taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) para a população residente na Região Norte (NUTS II) de 20%, quando a nível nacional essa percentagem é de 16,4%.



Economia, emprego e rendimento - em síntese:



Empresas por Km2 (2020)

16,1



Estabelecimentos por Km2 (2020)

16,5



% de empresas e estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores (2020)

96%



As empresas sediadas em Ponte de Lima representam **16%** do volume de negócios da Região do Alto Minho em 2021

→ Encontravam-se sediadas no concelho **5.232** empresas (2021):

- **20%** no setor da 'Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca';
- **17%** no setor do 'Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos';
- **14,6%** no setor da 'Construção Civil'.

→ **30,3%** do pessoal ao serviço das empresas encontrava-se afeto ao setor das indústrias transformadoras

→ **99,96%** das empresas são de pequena ou média dimensão

→ **96,18%** das pessoas estão empregadas em micro empresas



3,45%

Taxa de Desemprego (fev 2024)

→ **117** pessoas residentes em Ponte de Lima estavam inscritas no Centro de Emprego em Fevereiro de 2024



→ **994,7€** ganho médio mensal da população empregada residente em Ponte de Lima (2021)

8.3. Educação, Formação e Qualificações Profissionais

A educação é considerada essencial para o desenvolvimento social do território, na medida em que a literacia da população contribui também para a sua qualidade de vida. Os níveis de escolaridade da população, o insucesso e abandono escolar e cobertura territorial dos estabelecimentos de ensino, são desta forma, indicadores importantes a considerar. Efetuando-se no âmbito do Diagnóstico Social uma caracterização geral da população ao nível da escolaridade, evolução dos indicadores ao nível educativo, bem como as respostas e equipamentos existentes no território.

Ao analisar os dados relativos à educação importa realçar a alteração à escolaridade obrigatória, alargando a mesma a 12 anos de escolaridade (até aos 18 anos), a qual data de 2 de agosto de 2012, com o Decreto-Lei nº176/2012.

No Concelho de Ponte de Lima existem 6 equipamentos com resposta social de creche, todos eles do setor solidário; 19 equipamentos de educação pré-escolar (apenas 1 do setor social), 14 escolas do 1º ciclo de ensino básico, 4 escolas de 2º ciclo, 5 escolas do 3º ciclo do ensino básico e 2 escolas de ensino secundário. As escolas estão divididas em 4 agrupamentos, com exceção das creches e os jardins de infância do setor social. Existem ainda no território 3 escolas de ensino profissional (Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima; EPRALIMA e ETAP) e 3 de ensino superior (Escola Superior Agrária, Universidade Aberta e Universidade Fernando Pessoa).

Analizando com um maior pormenor a oferta existente no território, ao nível do ensino público, verifica-se que os estabelecimentos existentes estão distribuídos da seguinte forma:

Tabela 22 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino por localidade do Concelho de Ponte de Lima e nível de ensino

Localidade	Estabelecimentos	Nível de Ensino
Brandara	Jardim de Infância de Brandara	Pré-escolar
Calheiros	Jardim de Infância de Calheiros	Pré-escolar
Cepões	Jardim de Infância de Cepões	Pré-escolar
Estorãos	Centro Educativo das Lagoas	Pré-escolar 1º Ciclo
Facha	Centro Educativo da Facha	Pré-escolar 1º Ciclo
Feitosa	Centro Educativo da Feitosa	Pré-escolar 1º Ciclo
Fornelos	EB de Trovela	Pré-escolar 1º Ciclo

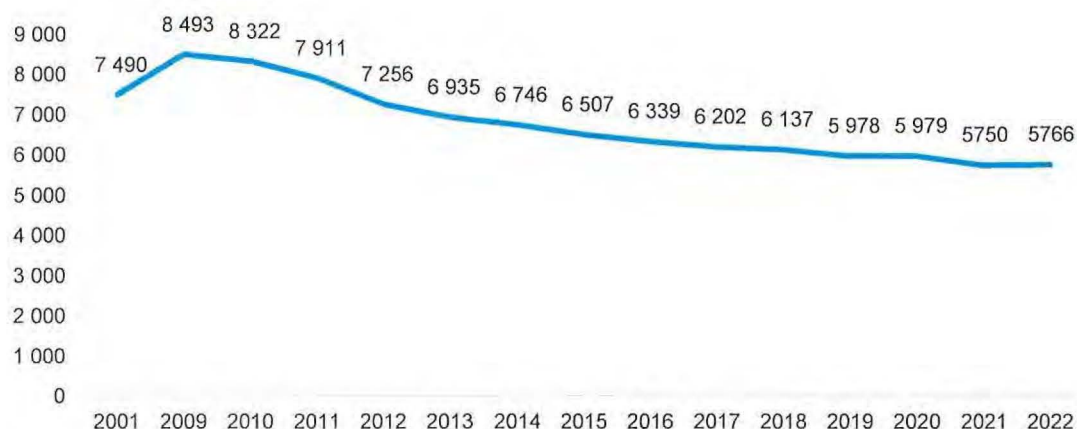
Freixo	Centro Educativo do Freixo	Pré-escolar 1º Ciclo
	Escola básica 2º e 3º ciclo de Freixo	2º Ciclo 3º Ciclo
Gandra	Centro Educativo da Gandra	Pré-escolar 1º Ciclo
Poiães	Jardim de Infância e Escola Básica 1º ciclo de Poiães	Pré-escolar 1º Ciclo
Ponte de Lima	Academia de Música Fernandes Fão	Ensino Artístico
	Escola Básica António Feijó	2º Ciclo 3º Ciclo
	Centro Educativo da Correlhã	Pré-escolar 1º Ciclo
	Escola Básica 2º e 3º ciclo da Correlhã	2º Ciclo 3º Ciclo
	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima	3º Ciclo Profissional
	Epralima	3º Ciclo Profissional
	Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima	Pré-escolar
	Escola Secundária de Ponte de Lima	3º Ciclo Secundário Profissional
	ETAP – Escola Profissional	Profissional
	Escola Básica de Ponte de Lima	Pré-escolar 1º Ciclo
Refóios do Lima	Centro Educativo de Refoios	Pré-escolar 1º Ciclo
Ribeira	Escola básica de Igreja Ribeira	Pré-escolar 1º Ciclo
Sandiães	Jardim de Infância de Sandiães	Pré-escolar
Souto Rebordões	Jardim de infância e escola básica 1º ciclo de Rebordões de Souto	Pré-escolar 1º Ciclo
Arcozelo	Centro Educativo de Arcozelo	Pré-escolar 1º Ciclo
	Escola Básica 2º e 3º ciclo e Secundária de Arcozelo	2º Ciclo 3º Ciclo Secundário
Vitorino Dos Piães	Centro Educativo de Vitorino dos Piães	Pré-escolar 1º Ciclo

Fonte: GesEdu / CM Ponte de Lima

Ao nível dos estabelecimentos de creche, como referido anteriormente, existem 6 equipamentos, pertencentes à Rede Solidária. Estes equipamentos estão localizados nas freguesias de: Navió e Vitorino de Piães; Arca e Ponte de Lima; Arcozelo; Fornelos e Queijada; Ardegão, Freixo e Mato e Facha. Atendendo às necessidades verificadas no território estão atualmente em fase de construção mais 2 equipamentos de creche, situados nas freguesias de Gandra e Lagoas. Em fase de projeto estão mais dois equipamentos a situarem-se em Anais e Feitosa.

A evolução das/os alunas/os matriculados no Município, ainda que se registem ao longo da última década algumas oscilações, tem desde 2019, vindo a diminuir, passando de 8.493 inscritos em 2009 para 5.766 em 2022. Entre 2021 e 2022 registou-se um aumento de 0,3% de alunos inscritos no Município.

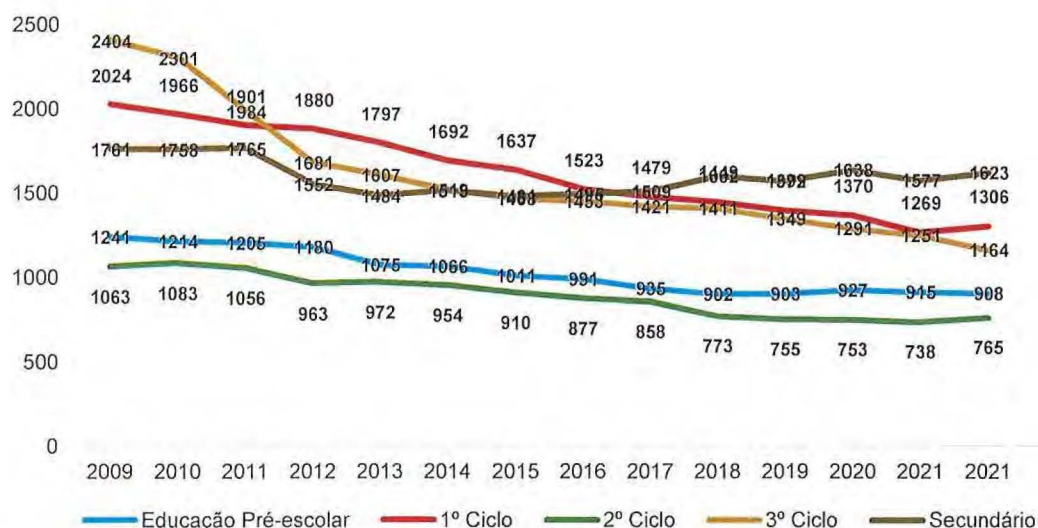
Gráfico 18 – Evolução dos/as alunas/os inscritos nas escolas do Concelho de Ponte de Lima entre 2001 e 2022



Fonte: Pordata

Analisando com um maior detalhe a última década, por níveis de ensino, verifica-se que é no 1º ciclo onde se verifica um maior decréscimo do número de inscritos (-574 alunos entre 2012 e 2022), no sentido inverso, é no ensino secundário que se regista um aumento, com mais 71 de alunos inscritos entre 2012 e 2022, sendo inclusive o único nível de ensino a registar um crescimento no número de alunos.

Gráfico 19 – Evolução dos/as alunas/os inscritos residentes em Ponte de Lima entre os anos de 2009 e 2022



Fonte: Pordata

Da análise dos dados disponíveis, verifica-se que no ano 2022, o nível de ensino onde se encontravam mais alunos matriculados era o secundário, com 1.623 alunos, logo seguido do 1º CEB com 1.306 alunos.

Comparando os dados disponíveis, Ponte de Lima apenas regista uma taxa de retenção e desistência no 3º ciclo de ensino básico, a qual é de 0,1%, um valor inferior ao registado quer a nível nacional, quer na região Norte e Alto Minho, onde se registam taxas de retenção e desistência em todos os outros ciclos do ensino básico.

Tabela 23 – Indicadores de Educação (2021/2022) (%)

Território	Taxa bruta de pré-escol. 11	Taxa bruta de escolarização ¹²		Taxa de retenção e desistência no ensino básico ¹³			Taxa de transição/conclusão (CEB)	Taxa de transição/conclusão (Ens. Sec.)
		Ensino básico	Ensino sec	Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	
Portugal	98,3	110,4	126,9	3,1	1,8	3,1	4,5	96,9
Região Norte	98,6	108,2	126,4	1,7	0,9	1,6	2,7	98,3
Alto Minho	104,6	107,9	138,0	1	0,7	0,9	1,5	99
Ponte de Lima	104,1	104,1	125,6	-	-	-	0,1	100

Fonte: INE

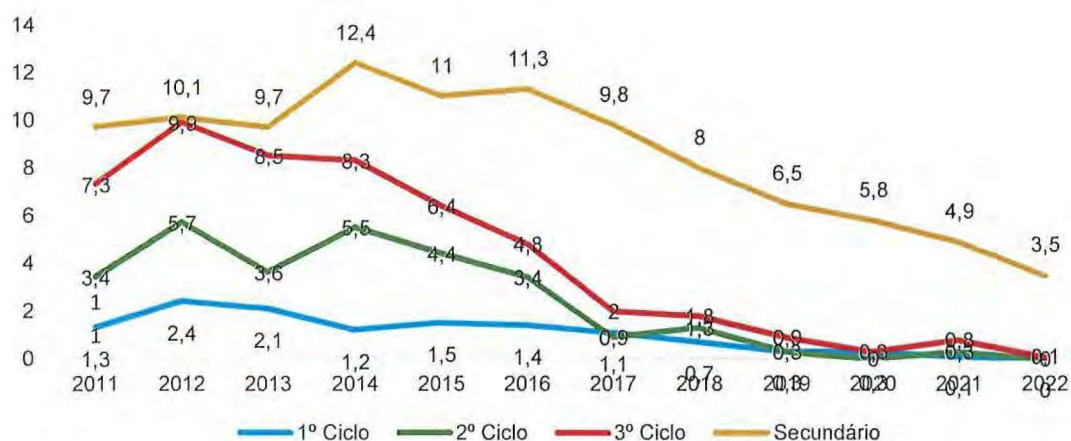
De acordo com os dados disponíveis, a taxa de retenção e desistência dos alunos em Ponte de Lima, tem vindo tendencialmente a diminuir na última década. Analisando os dados de uma forma mais pormenorizada, é possível verificar que em 2021 esta taxa aumentou ligeiramente no 3º ciclo do ensino básico, fator ao qual a crise pandémica pode estar associada.

Gráfico 20 – Evolução da taxa de retenção e desistência, por nível escolar, em Ponte de Lima (%)

¹¹ Taxa bruta de pré-escolarização: Relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (entre os 3 e os 5 anos) (INE).

¹² Taxa bruta de escolarização: Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (INE).

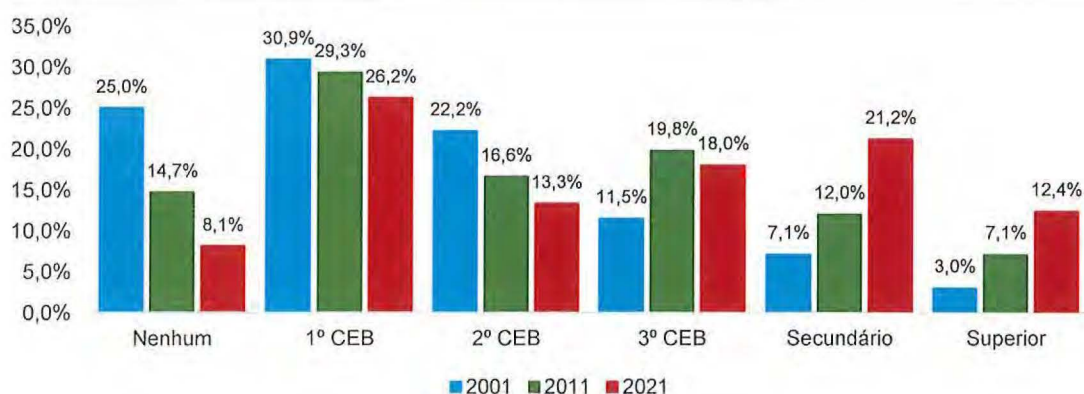
¹³ Taxa de retenção e desistência: Relação percentual entre o número de alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade e o número de alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo (INE).



Fonte: Pordata

No que se refere ao nível de escolaridade da população residente no concelho, verifica-se que existe ainda uma percentagem significativa sem qualquer nível de escolarização concluído ou apenas com o 1º CEB (8,1% e 26,2% respetivamente). Ainda assim, verifica-se, uma diminuição significativa da proporção da população sem nenhum nível de escolaridade concluído e um aumento da proporção da população com o ensino secundário e com o ensino superior completos.

Gráfico 21 – População residente no Concelho de Ponte de Lima, com 15 ou mais anos, segundo os níveis de escolaridade completos (2001, 2011 e 2021) (%)



Fonte: Pordata

A taxa de analfabetismo tem vindo assim a diminuir no território, ainda que se verifique a permanência deste fenómeno em 4,5% da população que não sabe ler nem escrever, continuando a ser de maior predominância a população feminina 6,1% comparando com 2,7 do sexo masculino.

Tabela 24 – Taxa de analfabetismo da população residente no Concelho de Ponte de Lima, por sexo (2001, 2011 e 2021) (%).

Território	2001			2011			2021		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Ponte de Lima	12	7,3	16,1	7,1	4	9,9	4,5	2,7	6,1

Fonte: Pordata

No âmbito da atuação ao nível da educação, verifica-se a existência de vários projetos e programas, desenvolvidos pelo município, agrupamentos de escolas e outros atores locais, dos quais se destaca:

- Componente de Apoio à Família (fornece refeições escolares, assegura o serviço de prolongamento de horário e atividades nas interrupções letivas para alunos do ensino Pré-escolar e 1º CEB);
- Ações de promoção de sucesso educativo e desenvolvimento pessoal (projeto School4all, psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, mentorias, clubes, orientação vocacional, etc.);
- Bibliotecas escolares (dinamização de atividades de promoção do livro, da leitura e das competências leitoras e literacias);
- Transportes escolares;
- Desporto Escolar e projeto + Desporto;
- Educação para a saúde;
- Ensino articulado;
- Espaços Ciência Divertida;
- Programas/ projetos de promoção da participação e cidadania ativa (orçamento participativo, parlamento dos jovens, eco-escolas e campanhas de solidariedade).



Educação, formação e qualificação - em síntese:

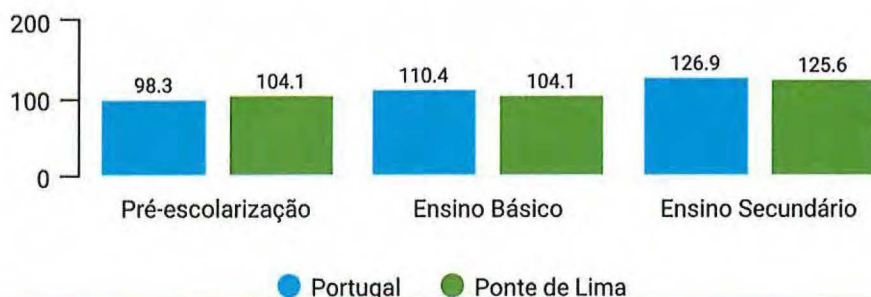
Equipamentos (2021)

- Educação Pré-escolar: **19**
- 1º CEB: **13**
- 2º e 3º CEB: **4**
- Secundário: **2**



Alunos em 2021

- Educação Pré-escolar: **908**
- 1º CEB: **1306**
- 2º CEB: **765**
- 3º CEB: **1164**
- Secundário: **1623**



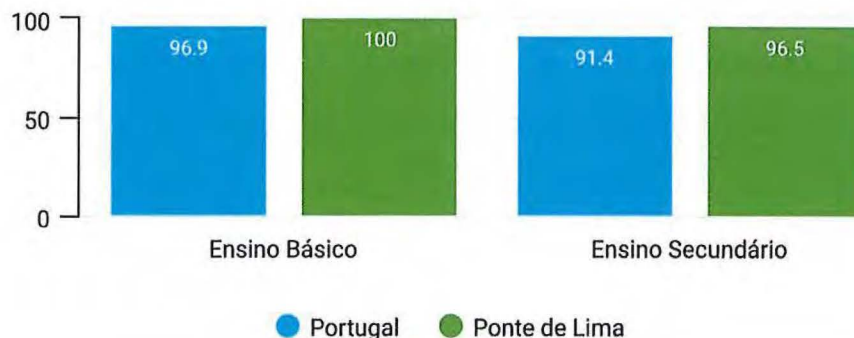
Taxa bruta de escolarização (2021/2022)

Ponte de Lima apresenta taxas brutas de escolarização superiores às registadas a nível nacional no ensino pré-escolar e secundário

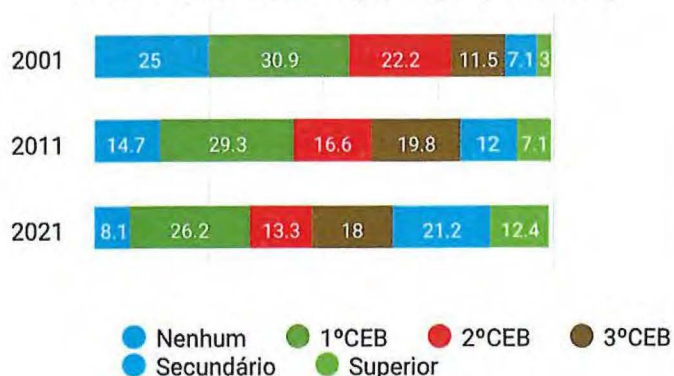


Taxa de transição/ conclusão (2021/2022)

As taxas de transição quer no ensino básico, quer no ensino secundário, são em Ponte de Lima superiores às nacionais.



Nível de escolaridade da população (2001-2021)



4,5%

População de Ponte de Lima é Analfabeta em 2021

A escolaridade da população residente em Ponte de Lima tem vindo a aumentar ao longo dos anos.

8.4. Habitação

O acesso à habitação, sendo um direito constitucional, é também um dos indicadores de qualidade de vida da população, sendo almejado por todos uma habitação condigna para viver.

Neste capítulo serão analisados vários indicadores referentes a edifícios, alojamentos, custos e condições habitacionais, entre outros, por forma a ter um retrato o mais aproximado possível da realidade local atual. Não obstante, importa salientar desde já, a existência da Estratégia Local de Habitação do Concelho de Ponte de Lima de março de 2020, com a identificação de necessidades e medidas a adotar neste âmbito até 2026.

Edifícios

Com 20.140 edifícios, em 2021, Ponte de Lima concentra cerca de 16% do total de edifícios da região do Alto Minho. São os concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez os que têm o maior número de edifícios da região.

Tabela 25 – N.º de edifícios em Portugal, na Região Norte, Alto Minho e seus, em 2011 e 2021

Território	N.º de edifícios (2011)	N.º de edifícios (2021)
Portugal	3544389	3573416
Norte	1209911	1227994
Alto Minho	120886	123631
Arcos de Valdevez	15350	15723
Caminha	9318	9554
Melgaço	7004	7194
Monção	11713	11836
Paredes de Coura	5725	5957
Ponte da Barca	6800	7110
Ponte de Lima	19654	20140
Valença	6817	6958
Viana do Castelo	32925	33527
Vila Nova de Cerveira	5580	5632

Fonte: INE, Censos de 2011 e 2021

Da análise dos dados por freguesia, verifica-se que nos últimos 10 anos, a alteração do número de edifícios não foi transversal ao território, apresentando as freguesias de Beiral do Lima, Labruja e Santa Cruz do Lima variações negativas de -4%, -4,2% e -3,9% respetivamente, enquanto, nas freguesias de Boalhosa, Friastelas e Serdedelo o crescimento foi de 8,7%, 13,6 e 15,6%, respetivamente. Ainda assim, de uma forma global, a variação % dos edifícios no Concelho de Ponte de Lima é de 2,5% entre 2011 e 2021.

Alojamentos

Os resultados dos Censos de 2021, revelam que existe no Concelho de Ponte de Lima um total de 22.850 alojamentos familiares clássicos, dos quais 65% são de residência habitual. Analisando os dados a partir de 1981, verifica-se que o número de alojamentos, e mais especificamente de residência habitual, tem vindo a aumentar, sendo na última década o seu crescimento menos acentuado, tendo no caso das residências secundárias diminuído.

Gráfico 22 – Alojamentos por forma de ocupação (N.º) entre 1981 e 2021 no Concelho de Ponte de Lima

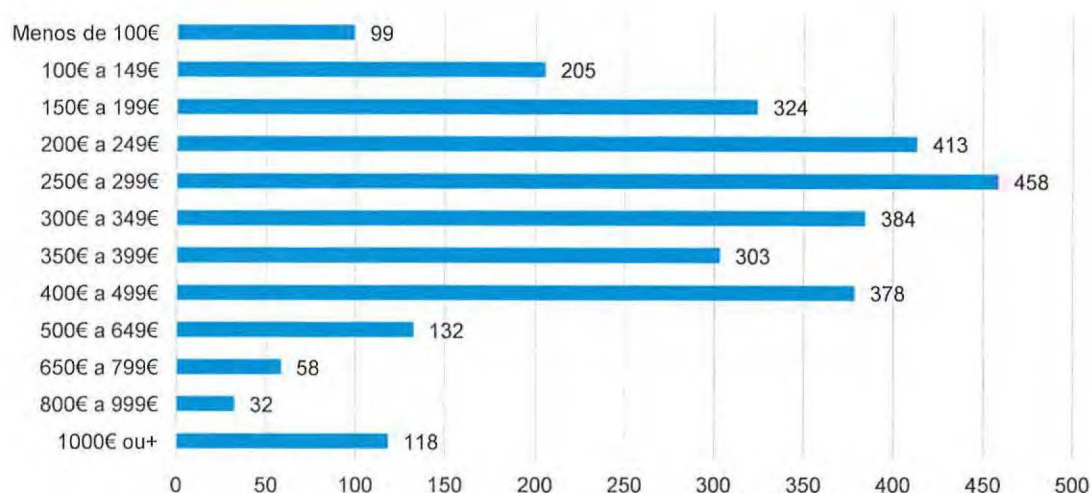


Fonte: Pordata

A maioria dos alojamentos clássicos familiares, de residência habitual, estão situados na freguesia de Arca e Ponte de Lima (10%) e de Arcozelo (9%).

Quando analisados os dados relativos aos encargos com a compra dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, em 2021, verifica-se que a maioria dos encargos se situa entre os 200€ e os 299€.

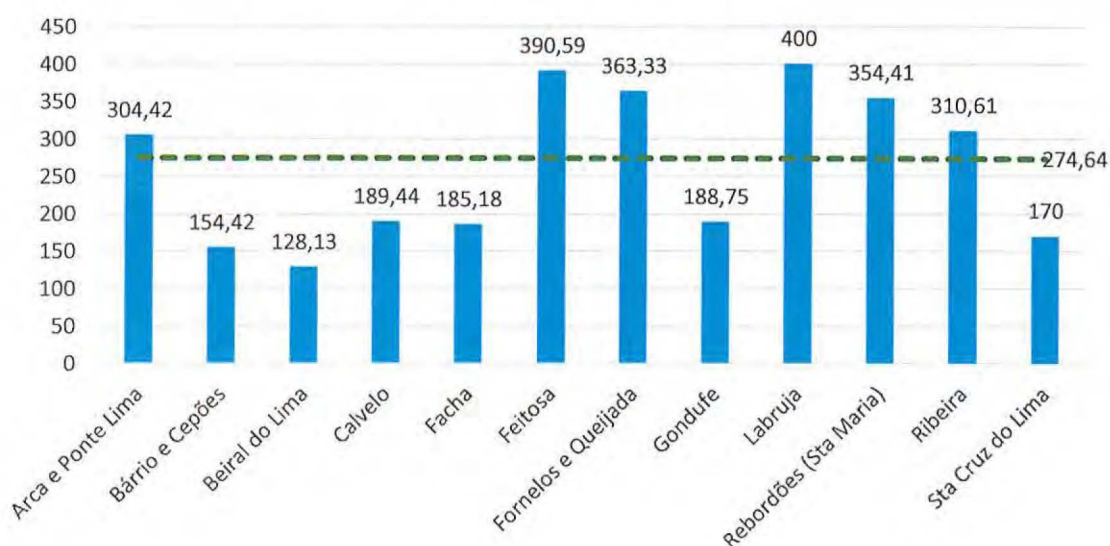
Gráfico 23 – Alojamentos ocupados por proprietários segundo o escalão de encargos com a compra (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021

No que se refere ao valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados, verifica-se que em 2021 o valor médio no Concelho de Ponte de Lima foi de 274,64€, sendo na freguesia de Labruja onde se praticam valores médios mais elevados em 2021, 400€. No sentido inverso, o valor médio mais baixo de renda é na freguesia de Beiral de Lima, com valores médios de 128,13€ mensais.

Gráfico 24 – Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos, nas freguesias com maior e menor valor do território (€)



Fonte: INE, Censos 2021

Para além dos encargos com a compra ou arrendamento, existem despesas que se prendem com a manutenção e conservação do edificado, sendo por isso importante analisar o estado de conservação do mesmo no território.

Analisando os dados das 2 últimas décadas, verifica-se que em 2021 eram 790 os edifícios considerados como tendo necessidade de grandes reparações e 1.985 com necessidade de médias reparações.

Gráfico 25 – Edifícios por estado de conservação (N.º)



Fonte: Pordata

De acordo com a Estratégia Local de Habitação de Ponte de Lima, existiam 125 agregados que residiam em habitação com condições indignas, fossem elas habitação própria, arrendada ou de propriedade pública, e por isso elegíveis ao programa do 1º direito. Dos agregados elegíveis registaram-se 94 candidaturas submetidas, tendo sido à data de março de 2024, aprovadas 31 candidaturas e estando 63 ainda em análise.

No que se refere aos alojamentos coletivos verifica-se que, após um crescimento entre 1981 e 1991, onde passaram de 13 para 30, é entre 2001 e 2011 que se regista um maior aumento deste tipo de alojamento, passando de 10 para 105, sendo na sua maioria Hotéis (81,9%).

Analisando os dados referentes aos alojamentos familiares clássicos da Região do Alto Minho, verifica-se que em todos existiu um aumento de alojamentos familiares clássicos entre 2011 e 2021.

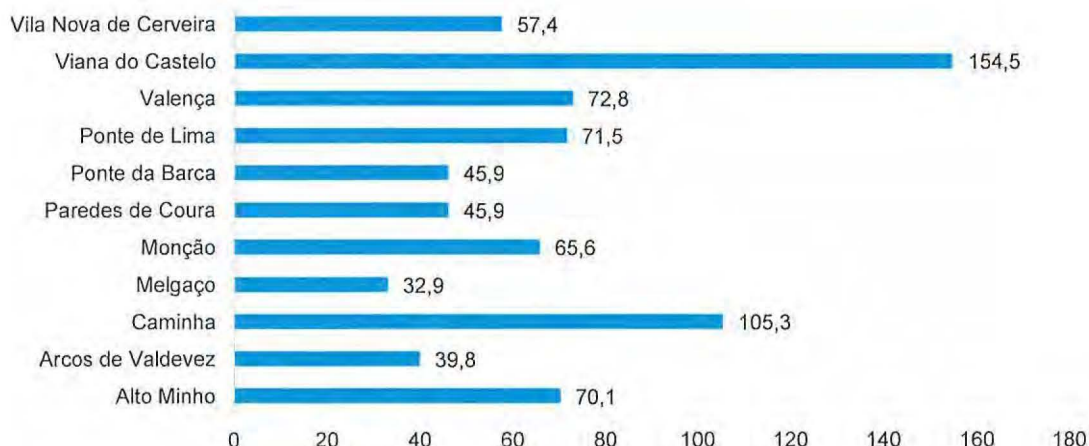
Ponte de Lima tem 65% dos alojamentos clássicos como de residência habitual registando-se cerca de 8% de alojamentos familiares vagos. Dos alojamentos vagos apenas 35% se encontram para venda ou arrendamento.

Tabela 26 – Tabela comparativa dos alojamentos familiares clássicos, por forma de ocupação, nos municípios da Região do Alto Minho, entre 2011 e 2021 (N.º)

Território	2011				2021			
	Total	Resid. habitual	Resid. sec.	Vago	Total	Resid. habitual	Resid. sec.	Vago
Alto Minho	150414	88839	48569	13006	155259	90671	47666	16922
Arcos de Valdevez	17252	9050	6766	1436	17795	8758	7149	1888
Caminha	13886	6172	6780	934	14361	6357	6811	1193
Melgaço	7583	3773	3493	317	7836	3431	3589	816
Monção	13377	7427	4202	1748	13849	7478	4203	2168
Paredes de Coura	6065	3445	2037	583	6333	3421	1990	922
Ponte da Barca	7951	4448	2718	785	8350	4378	2961	1011
Ponte de Lima	21867	14265	6361	1241	22850	14920	6045	1885
Valença	8119	5271	1975	873	8500	5419	1866	1215
Viana do Castelo	48164	31513	12120	4531	49171	32990	11061	5120
Vila Nova de Cerveira	6150	3475	2117	558	6214	3519	1991	704

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Da análise da densidade de alojamentos (n.º/km²) na Região do Alto Minho, verifica-se que Ponte de Lima tem uma densidade de alojamentos superior à da Região do Alto Minho (71,5 para 70,1), sendo os municípios de Viana do Castelo e Caminha onde se regista uma maior densidade de alojamentos (154,5 e 105,3, respetivamente).

Gráfico 26 – Densidade de alojamentos na Região do Alto Minho (N.º de Alojamentos/Km²)

Fonte: INE, Censos 2021

Habitação social

O parque habitacional de Ponte de Lima tem atualmente um total de 116 fogos habitacionais, localizados na sua maioria (78%) em Arcozelo (Bairro social Poça Grande – 71 fogos) e Freixo (Bairro Social Castelhão – 20 fogos). Para além destes dois bairros sociais, o município tem 25 fogos, em diferentes freguesias do território, no âmbito do projeto Casa Amiga.

O parque habitacional municipal é constituído por 11 fogos de tipologia T1, 55 de tipologia T2, 49 de tipologia T3 e 1 de tipologia T4. Todos os fogos habitacionais estão atualmente ocupados, apresentando-se em lista de espera aproximadamente 64 agregados.

Para além destes fogos, propriedade municipal, existem ainda no território complexos habitacionais de génese social, atualmente com propriedade mista: particular e do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Estes complexos habitacionais de promoção pública, têm 63 fogos propriedade do IHRU, dos quais 11 são de tipologia T2, 35 de tipologia T3 e 17 de tipologia T4.

Acesso e Condições de Habitabilidade

No âmbito da Estratégia Local de Habitação de Ponte de Lima foram definidos como objetivos estratégicos:

- **OE I:** Assegurar o acesso a uma habitação adequada, em resposta às situações de grave carência habitacional de certas famílias;
- **OE II:** Promover a reabilitação como principal forma de intervenção ao nível do edificado e do espaço urbano;
- **OE III:** Garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado;
- **OE IV:** Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais;
- **OE V:** Promover uma política habitacional coesa, colaborativa, participada e próxima dos cidadãos.

Pelos objetivos definidos é perceptível a preocupação e necessidade de intervenção neste domínio, seja no sentido de garantir o acesso à habitação, seja no sentido de garantir condições condignas de habitabilidade aos residentes.



Habitação - em síntese:



Alojamentos por forma de ocupação (1981 a 2021)

De uma forma global, o número de alojamentos tem aumentado, ainda que de uma forma menos expressiva na última década.



Estratégia Local de Habitação

No âmbito da ELH estão identificados **125** agregados familiares a residir em habitação com condições indignas.



Habitação Social

Existem em Ponte de Lima **116** fogos de Habitação Social, propriedade do município e **63** fogos habitacionais de propriedade do IHRU.

274,64€

Valor médio da renda em Ponte de Lima 2021

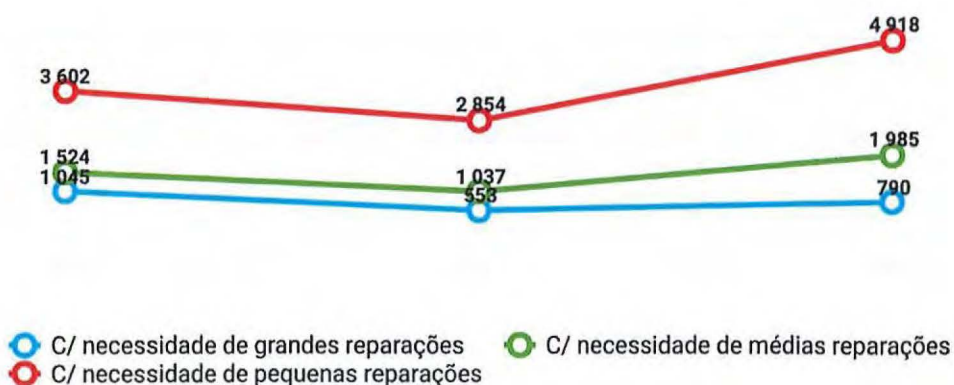


71,5

Densidade de Alojamentos / km²

Entre 2011 e 2021 aumentaram os edifícios a necessitarem de reparações, ainda que a grande maioria dos edifícios existentes em Ponte de Lima não tenha necessidade de reparação (61,8%)

Edifícios por necessidade de reparação (2001, 2011 e 2021)



8.5. Saúde

Caracterização dos recursos em Saúde

O Concelho de Ponte de Lima regista na área dos recursos de saúde valores que o posicionam abaixo dos valores registados quer a nível regional, quer a nível nacional.

Assim, observamos na tabela abaixo que o número de médicas/os por 1.000 habitantes em Ponte de Lima, é de 3,1, um número muito abaixo da média nacional (5,8) e regional (5,9 região Norte e 4,3 região Alto Minho). O mesmo acontece ao nível do número de enfermeiras/os, que em Ponte de Lima são cerca de 5,2 por 1000 habitantes, o que corresponde a menos 2 face à média nacional.

No concelho, em 2022, verifica-se que em média, existem 0,2 farmácias por cada 1.000 habitantes, valor a baixo do que se regista a nível nacional.

Tabela 27 – Indicadores de saúde nacional, regional e Concelho de Ponte de Lima, 2022 (N.º)

Território	Médicas/os por 1000 habitantes (2022)	Enfermeiras/os por 1000 habitantes (2022)	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (2022)
Portugal	5,8	7,8	0,3
Região Norte	5,9	7,9	0,3
Alto Minho	4,3	7,4	0,3
Ponte de Lima	3,1	5,2	0,2

Fonte: INE

No que respeita à organização das estruturas locais de saúde, as unidades pertencentes ao Agrupamento de Centros de Saúde de Ponte de Lima, integra 11 unidades, entre unidades de saúde familiar, extensões de saúde, unidade de cuidados de saúde personalizados e unidade de cuidados na comunidade.

Em termos hospitalares, os utentes de Ponte de Lima têm como referência o Hospital Conde de Bertiandos.

Na tabela em baixo podemos consultar as/os profissionais que compõe as unidades de saúde de maior proximidade.

Tabela 28 – Profissionais nas Unidades de saúde de Ponte de Lima (dezembro 2023)

Profissionais	UCSP	UCC	USF
Médicas/os	2	2	24
Internos			13
Enfermeiras/os	3	8	25
Secretárias/os clínicas/os	3	1	20
Técnico Superior de nutrição e dietética		1	
Técnico Superior de serviço social		1	

Fontes: SNS – BI-CSP (consultado em abril 2024)

De acordo com o bilhete de identidade dos cuidados de saúde primários, verifica-se que a maioria dos utentes inscritos nas unidades de cuidados de saúde primários de Ponte de Lima têm médico de família, tal como se pode verificar na tabela seguinte.

Tabela 29 – Nº de utentes e % com médico de família nas unidades de cuidados de saúde primários de Ponte de Lima (dezembro 2023)

Profissionais	Nº utentes	c/ medico família	s/ medico família	s/ médico por opção
UCSP Ponte de Lima	3.377	94,37%	5,51%	0,12%
USF Lethes	16.006	99,99%		0,01%
USF Mais saúde	9.320	100%		
USF Vale do Lima	11.192	86,64%	13,36%	
USF Freixo saúde	5.766	99,97%	0,02%	0,02%
UCC Saúde Mais Perto	42.247			

Fontes: SNS – BI-CSP (consultado em abril 2024)

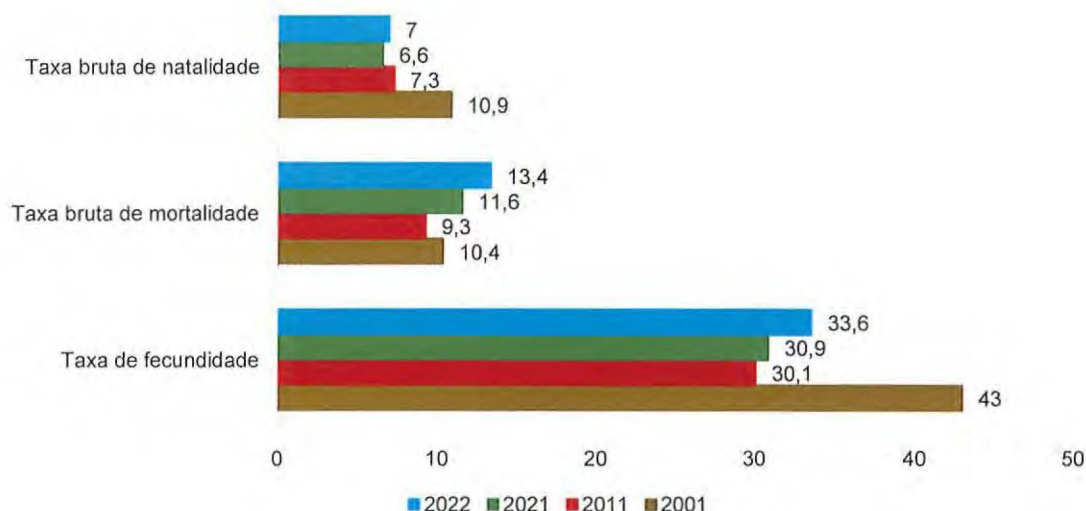
Indicadores de Saúde

As taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade¹⁴ são indicadores demográficos, relacionados com a saúde da população. Em Ponte de Lima verifica-se uma diminuição da taxa bruta de natalidade e fecundidade, considerando os dados de 2001 e 2022, à semelhança do que se verifica a nível nacional e regional.

¹⁴ Taxa de fecundidade geral: Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (INE).

Já no que se refere à taxa bruta de mortalidade em Ponte de Lima, esta tem sofrido oscilações ao longo das últimas 2 décadas, registando-se em 2022 uma taxa de 13,4‰, quando o valor nacional (11,9‰) e regional (10,7‰ na região norte) é inferior.

Gráfico 27 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade em Ponte de Lima (análise comparativa entre 2001, 2011, 2021 e 2022) (‰)



Fontes: Pordata

De acordo com os últimos dados disponíveis, no Concelho de Ponte de Lima nasceram, em 2022, 287 crianças. O número de crianças nascidas no território tem sido flutuante, registando-se em 2017 o valor mais baixo dos últimos anos (253 nados-vivos). Comparando com o que se verifica a nível nacional e regional, salienta-se que Ponte de Lima tem acompanhado a tendência, verificando-se um aumento do número de nados-vivos.

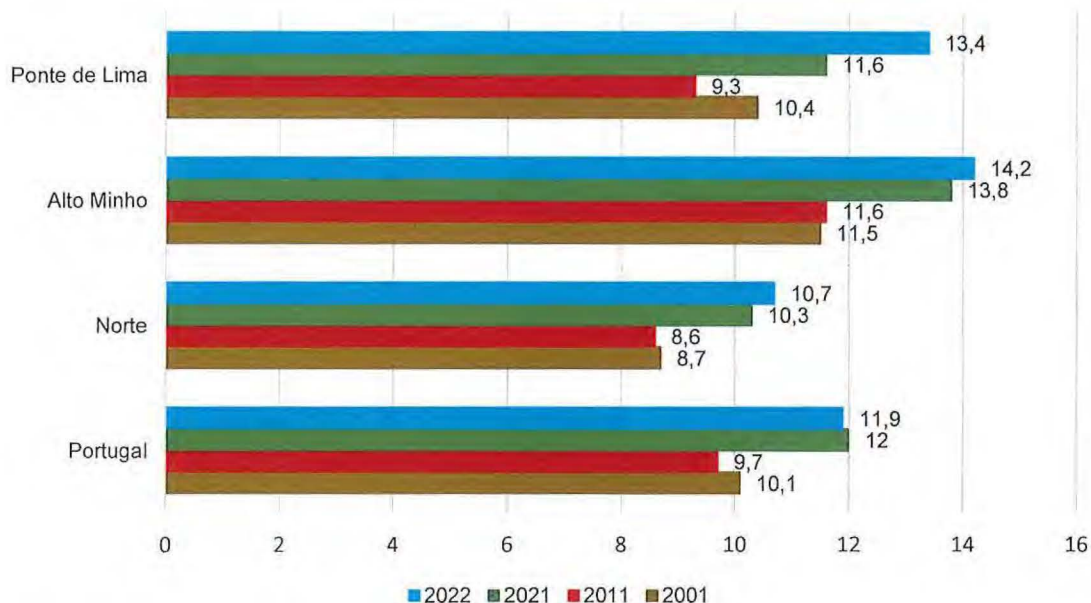
Tabela 30 – Nº Nados-Vivos, por município de residência da mãe (2011 a 2022) (N.º)

	Portugal	Região Norte	Região Alto Minho	Ponte Lima
2014	82367	26043	1421	265
2015	85500	27249	1576	308
2016	87126	28073	1587	286
2017	86154	27534	1454	253
2018	87020	27529	1581	291
2019	86579	27275	1561	287
2020	84530	26879	1491	293
2021	79582	24825	1394	270
2022	83671	26375	1558	287

Fonte: INE

No que concerne especificamente ao número de mortes por mil habitantes, verifica-se uma tendência de crescimento, comparando os anos censitários de 2001 e 2021 a nível nacional e regional, tendo Ponte de Lima registado um aumento no ano 2022, tendo a taxa bruta de mortalidade passado de 11,6‰ para 13,4‰.

Gráfico 28 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, no Concelho de Ponte de Lima (2001, 2011, 2021 e 2022) (‰)



Fonte: Pordata

A taxa de mortalidade infantil, está relacionada com a evolução qualitativa dos cuidados de saúde e das condições socioeconómicas em Portugal, que se refletem no maior cuidado com a higiene e com a alimentação e com o maior acesso à informação por parte das famílias (DGS – Comunicado sobre Mortalidade Infantil, 2019¹⁵).

Analisando a evolução da taxa de mortalidade infantil dos últimos anos em Ponte de Lima, verifica-se que foram vários os anos em que se registou uma taxa de 0‰ (2011, 2012, 2013, 2015, 2019 e 2021), tendo no ano 2022, registado a taxa mais elevada: 10,5‰.

¹⁵ Comunicado n.º C153_01_v1, DGS, 2019

Tabela 31 – Indicadores de saúde nacional, regional e Concelho de Ponte de Lima (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2017/2021) (‰)

Território	Taxa quinquenal de mortalidade infantil ¹⁶	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal ¹⁷
	2017/2021	2017/2021
Portugal	2,7	1,9
Região Norte	2,3	1,6
Região Alto Minho	3,2	2,3
Ponte de Lima	2,9	0,7

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

O quadro anterior indica que o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade, foi de 2,9, um valor superior ao registado a nível Nacional e na Região Norte. Já no que refere ao número de óbitos em crianças com menos de 28 dias, o valor foi inferior ao registado a nível nacional e regional.

No que respeita às principais causas de morte, acompanhando os dados nacionais, e regionais, na ARS Norte, verifica-se que as doenças no aparelho circulatório, os tumores malignos e as doenças no aparelho respiratório, são as três principais causas de morte na população. Sendo de destacar que os valores da ULS Alto Minho para as doenças do aparelho circulatório, enquanto causa de morte, são superiores aos registados a nível nacional e na ARS Norte.

Gráfico 29 – Mortalidade proporcional¹⁸, por grandes grupos de causas de morte, no triénio 2012-2014, para todas as idades e ambos os sexos (%)



Fonte: Plano Local de Saúde, 2018, ULS Alto Minho

¹⁶ Taxa quinquenal de mortalidade infantil: número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

¹⁷ Taxa quinquenal de mortalidade neonatal: número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

¹⁸ Mortalidade Proporcional - (Nº de óbitos por determinada causas/ Nº de óbitos por todas as causas, numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo) x 100 (Perfil Local de Saúde)

Seguidamente serão analisadas as duas principais causas de morte na ULS Alto Minho, relativamente ao Concelho de Ponte de Lima.

No quadro seguinte, temos dados mais pormenorizados destas das duas categorias de doenças que mais causam mortes, apresentando-se os dados nacionais, regionais e do Concelho de Ponte de Lima. Da análise destes dados, verifica-se que em 2021, a taxa de mortalidade por estas duas causas foi, em Ponte de Lima, inferior à registada a nível nacional e na região do Alto Minho.

Tabela 32 – Indicadores de saúde nacional, regional e no Concelho de Ponte de Lima (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2020) (‰)

Território	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos
	2021	2021
Portugal	3,1	2,6
Região Norte	2,6	2,4
Região Alto Minho	4,0	3,0
Ponte de Lima	2,8	2,5

Fonte: INE

Importa ainda referir que relativamente ao triénio 2012-2014, as principais causas de morte para os grandes grupos etários, na ULS Alto Minho são as seguintes¹⁹:

- Com idade inferior a 75 anos – são os tumores malignos que se destacam, nomeadamente da laringe, traqueia, brônquios e pulmões e do estômago; doenças do aparelho circulatório, nomeadamente doenças cerebrovasculares; doenças do aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado e mortes associadas a causas externas (suicídios, acidentes)
- Com idade igual ou superior a 75 anos – são as doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório.

Para a população com idade inferior a 75 anos, da ULS Alto Minho, foi também calculada a evolução da taxa de mortalidade padronizada (TMP)²⁰, para o triénio 2012-2014. As

¹⁹ Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

²⁰ Taxa de Mortalidade Padronizada pela idade: permite atenuar o efeito da "probabilidade de morrer com a idade". Taxa que resulta da aplicação das taxas brutas de mortalidade com idades inferiores a 75 anos, a uma população padrão (com idades inferiores a 75 anos) cuja composição etária é fixa e se distribui pelos mesmos grupos etários das taxas brutas de mortalidade (expressa em número de óbitos por 100 000 habitantes) (INE).

mortes provocadas por causas externas, por doenças do aparelho digestivo e devido a lesões (acidentais ou intencionalmente infligidas) são as principais causas com significância estatística (31,0; 26,6 e 6,0, respetivamente), sendo a TMP superior à registada na ARS Norte e no Continente (Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho).

Para a população feminina com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística, para as doenças do aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado (14,4 e 8,7, respetivamente). Para a população masculina, com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística para a causas de morte externas (53,1), doenças do aparelho digestivo (41,7) e tumor maligno do esófago (13,2).

No âmbito da intervenção com utentes com patologia de foro respiratório, mais especificamente com Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC), destaca-se o projeto de intervenção comunitária “Respirar bem, viver melhor”, promovido pela ULSAM, EPE, desde 2014, e que tem como principal objetivo responder à baixa prevalência de diagnósticos de DPOC no Alto Minho.

Tabela 33 – Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Hipertensão	22,2	20,5	23,8	22,0	20,3	23,5	24,1	21,8	26,1
Alterações do metabolismo dos lípidos	21,3	20,6	22,0	24,5	24,2	24,7	21,9	21,1	22,6
Obesidade	8,0	6,7	9,2	12,6	10,3	14,7	10,6	9,2	11,8
Perturbações depressivas	10,4	4,4	15,8	11,5	4,9	17,6	9,5	3,9	14,4
Diabetes	7,8	8,2	7,3	8,2	8,6	7,9	8,9	9,2	8,6

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M – Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

Através da análise dos diagnósticos ativos na ULS Alto Minho, verifica-se que os utentes nela inscritos, comparativamente com as percentagens registadas em Portugal Continental e nos utentes inscritos na ARS Norte, apresentam uma maior percentagem de hipertensão (24,1%) e de diabetes (8,9%), com maior incidência nos utentes do sexo feminino para a hipertensão e nos utentes do sexo masculino para a diabetes.

A prevalência de doenças do aparelho circulatório nos utentes inscritos na ULS Alto Minho poderá estar associada aos determinantes de saúde acima mencionados, nomeadamente com o diagnóstico de alterações do metabolismo dos lípidos, hipertensão e obesidade.

Os fatores de risco, excesso de peso e tabagismo (presente em 11,8% e 9,8% do total de inscritos na ULS Alto Minho, respetivamente), também poderão contribuir para a prevalência de doenças do aparelho circulatório.

Tabela 34 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Excesso de peso	12,9	12,9	12,9	16,7	16,8	16,7	11,8	11,5	12,0
Abuso do tabaco	11,5	14,8	8,6	13,9	19,4	8,9	9,8	13,9	6,1
Abuso crónico do álcool	1,6	3,0	0,3	2,1	3,8	0,5	1,9	3,3	0,7
Abuso de drogas	0,5	0,8	0,3	0,6	1,0	0,3	0,4	0,6	0,3

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M - Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

Através da análise dos diagnósticos ativos na ULS Alto Minho, verifica-se que os utentes nela inscritos, comparativamente com as percentagens registadas em Portugal Continental e nos utentes inscritos na ARS Norte, apresentam uma maior percentagem de hipertensão (24,1%) e de diabetes (8,9%), com maior incidência nos utentes do sexo feminino para a hipertensão e nos utentes do sexo masculino para a diabetes.

A prevalência de doenças do aparelho circulatório nos utentes inscritos na ULS Alto Minho poderá estar associada aos determinantes de saúde acima mencionados, nomeadamente com o diagnóstico de alterações do metabolismo dos lípidos, hipertensão e obesidade.

Tabela 35 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Excesso de peso	12,9	12,9	12,9	16,7	16,8	16,7	11,8	11,5	12,0
Abuso do tabaco	11,5	14,8	8,6	13,9	19,4	8,9	9,8	13,9	6,1
Abuso crónico do álcool	1,6	3,0	0,3	2,1	3,8	0,5	1,9	3,3	0,7
Abuso de drogas	0,5	0,8	0,3	0,6	1,0	0,3	0,4	0,6	0,3

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M - Mulheres

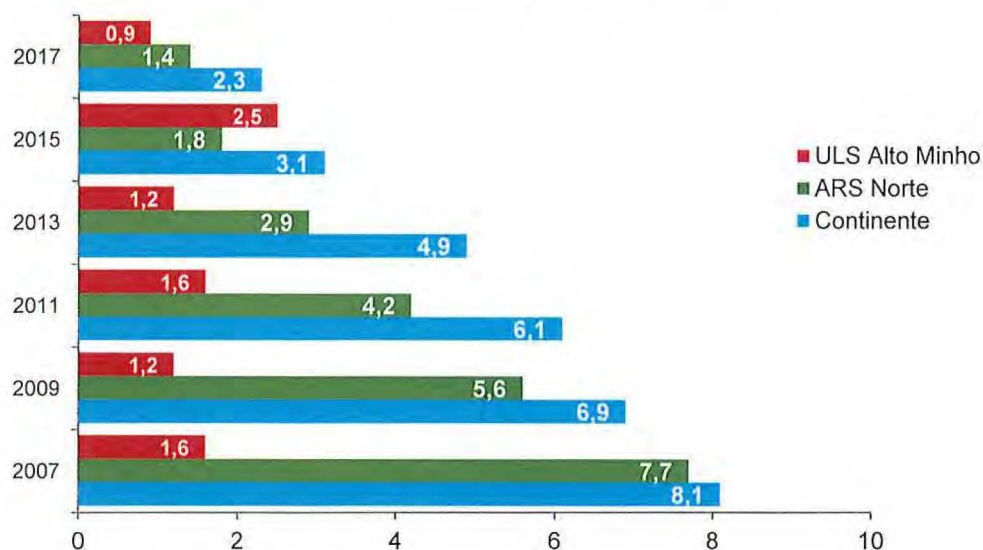
Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

Ao nível dos comportamentos aditivos e dependências o serviço público de referência é o Centro de Respostas Integradas (CRI) de Viana do Castelo. É uma unidade de intervenção local da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, sendo uma estrutura de cariz operativo e de administração, que exerce a sua influência em toda a NUT III – Alto Minho, que corresponde ao distrito de Viana do Castelo, onde se insere o Concelho de Ponte de Lima.

O CRI é responsável, dentro do seu âmbito territorial, e de forma articulada, pelas áreas de intervenção da prevenção, da redução de riscos e minimização de danos, do tratamento e da reinserção de utentes com comportamentos aditivos e dependências de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas, de acordo com as orientações da respetiva Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD).

A taxa de incidência da **infecção VIH** tem vindo a diminuir ao nível de Portugal Continental e na ARS Norte, no entanto tem oscilado na ULS Alto Minho. Os valores registados na ULS Alto Minho são, desde 2007, inferiores quando comparados com os valores ao nível do continente e da ARS Norte, com exceção do ano 2015 em que a taxa na ULS Alto Minho foi superior à registada na ARS Norte.

Gráfico 30 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017)²¹ (%)



Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

Em relação à **saúde mental**²², são poucos os dados estatísticos atualizados, em particular a nível dos municípios. Ainda assim, é possível aferir que no ano 2021, foram realizadas 12 955 consultas de psiquiatria na região do Alto Minho.

As consultas externas hospitalares na Região Norte, no ano 2019, referentes a áreas da saúde mental, encontravam-se distribuídas por 2,49% em consultas de Neurologia, 3,74% em consultas de Psiquiatria e 0,7% em consultas de Psiquiatria da Infância e da Adolescência.

Tabela 36 – Indicadores de saúde nacionais, regionais e do Concelho de Ponte de Lima (óbitos por transtornos mentais e comportamentais, por dependência de drogas e por suicídios e lesões auto provocadas voluntariamente) (2021) (N.º)

Território	Transtornos mentais e comportamentais	Transt. mentais e comport. devidos ao uso de álcool	Dependência de drogas (toxicomania)	Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente
Portugal	6120	107	18	934
Região Norte	2122	32	4	251
Região do Alto Minho	181	7	0	14
Ponte de Lima	34	1	0	2

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

²¹ Casos declarados até 30/06/2017

²² Ver descrição do Plano de Investigação-Ação nas Demências, em curso no concelho de Ponte da Barca, na secção 8.3 do presente documento

O número de óbitos por transtornos mentais e comportamentais tem vindo a aumentar desde 2011 em Portugal, na Região Norte, na Região do Alto Minho, com exceção do período entre 2020 e 2021, em que diminuiu. No Concelho de Ponte de Lima tem-se registado uma oscilação no que respeita ao número de óbitos por transtornos mentais e comportamentais, tendo-se verificado um aumento entre 2018 (22 óbitos) e 2020 (35 óbitos). Relativamente ao número de óbitos por suicídio e por lesões auto provocadas voluntariamente, este tem vindo a oscilar na região do Alto Minho, bem como em Ponte de Lima, tendo diminuído no território nacional desde 2015.

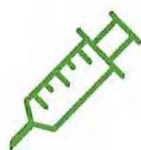


Saúde- em síntese:



Médicos por 1000 habitantes
(2022)

5,8 Portugal
3,1 Ponte de Lima



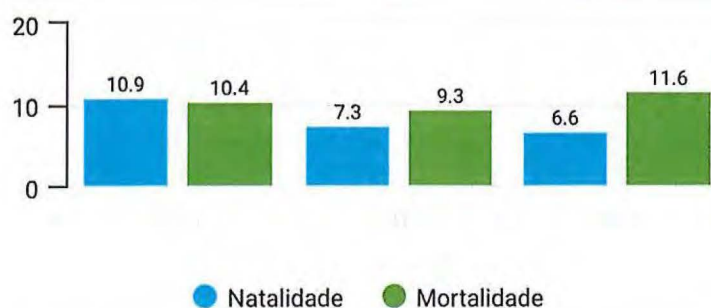
Enfermeiros por 1000 habitantes
(2022)

7,8 Portugal
5,2 Ponte de Lima



Farmácias por 1000 habitantes
(2022)

0,3 Portugal
0,2 Ponte de Lima



Taxa bruta de natalidade e mortalidade (2001,2011 e 2021)

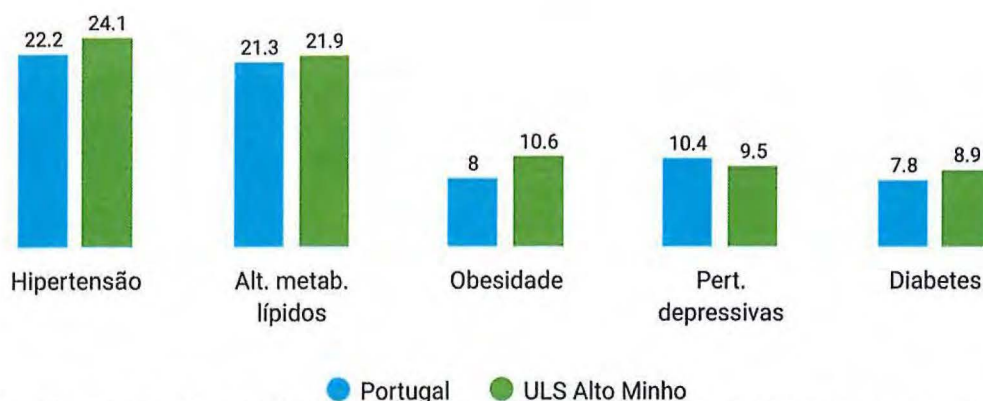
A taxa de natalidade tem vindo a diminuir em Ponte de Lima, desde 2001, ao contrário do que se regista com a taxa de mortalidade que aumentou entre 2011 e 2021.

Mortalidade Proporcional, por causas de morte
(2012-2014)

As principais causas de morte na ULS Alto Minho coincidem com as do continente e ARS Norte.



Proporção de inscritos por diagnóstico ativo (2018)



Apenas o diagnóstico de perturbações depressivas é inferior nas ULS Alto Minho do que a nível nacional, em todos os outros diagnósticos a proporção é superior ao que se regista a nível nacional.

8.6. Ação Social, famílias e comunidade

Neste subcapítulo é apresentada a caracterização da população de Ponte de Lima no que respeita aos apoios prestados pela Segurança Social (pensões, subsídios, prestações familiares, entre outros), bem como beneficiários/as de intervenção social, por parte de entidades locais como a CPCJ.

Analisando, de uma forma geral, os indicadores de prestações sociais, nomeadamente ao nível do valor das pensões, subsídios de desemprego e de doença, é possível verificar que Ponte de Lima é um concelho onde o valor médio anual das **pensões e dos subsídios de desemprego e de doença** são valores inferiores aos valores médios registados a nível regional.

Tabela 37 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (€/N.º)

Território	Valor médio anual das pensões (€/N.º)				Valor médio de subsídios de desemprego (€)	Valor médio de subsídios de doença (€)
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Alto Minho	4766	5067	5401	2906	2675	1305
Arcos de Valdevez	3890	4523	4344	2557	2586	1254
Caminha	5110	4910	5840	3038	2825	1314
Melgaço	3831	4068	4220	2462	2750	1060
Monção	4039	4479	4549	2567	2559	1080
Paredes de Coura	4221	4691	4731	2639	2624	1391
Ponte da Barca	4172	4418	4685	2758	2492	1245
Ponte de Lima	4563	5028	5188	2722	2571	1224
Valença	4376	4627	5020	2721	2682	1173
Viana do Castelo	5532	5682	6265	3298	2718	1437
Vila Nova de Cerveira	4524	4671	5163	2873	2808	1175

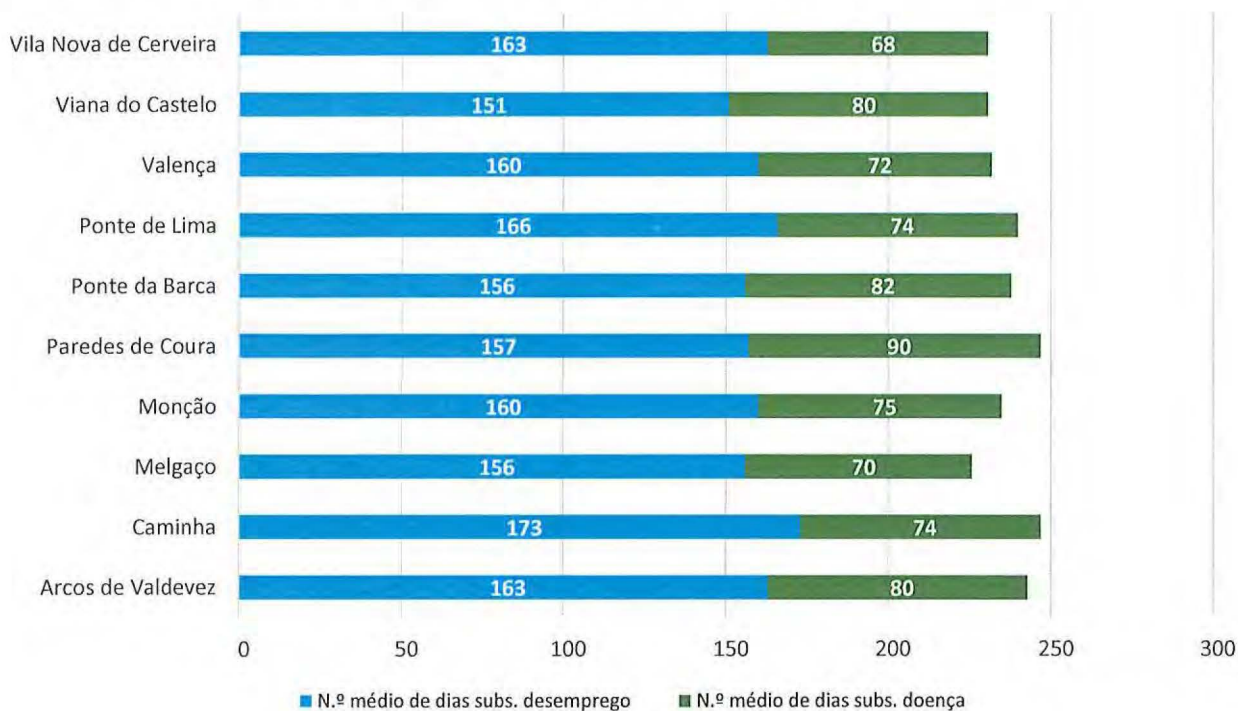
Fonte: INE

No que se refere à duração do subsídio de desemprego, o número médio de dias, no Concelho de Ponte de Lima (166) é superior ao número médio da região do Alto Minho (158), sendo o segundo concelho com um maior número médio de dias processados.

No que diz respeito ao número médio de dias de subsídio de doença, Ponte de Lima apresenta uma média de 74 dias, o que é um valor ligeiramente abaixo da média da

região do Alto Minho (77 dias), sendo também neste aspeto o quarto concelho a par de Caminha, com menor número de dias processados.

Gráfico 31 – N.º médio de dias das prestações sociais temporárias da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2021 – desemprego e doença) (N.º)



Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

Pensões e Complemento Solidário para Idosos

Analisando o número de pensionistas, residentes no Concelho de Ponte de Lima, que beneficiam de pensões de velhice, verifica-se que este é o segundo concelho da Região do Alto Minho com menor percentagem de pensionistas desta tipologia (67%).

Já no que diz respeito às pensões por invalidez e de sobrevivência, verifica-se que o Concelho de Ponte de Lima tem percentagens superiores às registadas a nível regional.

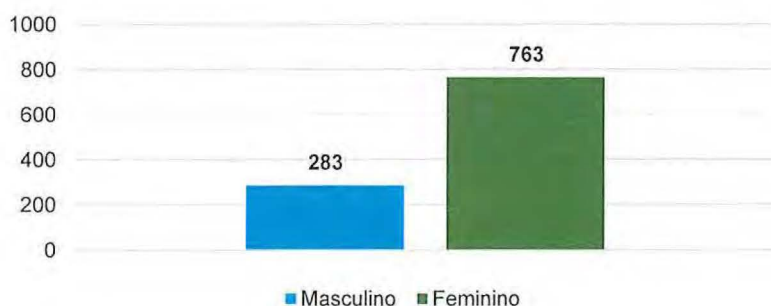
Tabela 38 – Pensionistas da Segurança Social na região do Alto Minho, segundo o tipo de pensão (2021) (N.º)

Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
		Total	%	Total	%	Total	%
Alto Minho	74 226	4 878	6,6%	51 077	68,8%	18 271	24,6%
Arcos de Valdevez	7 586	455	6,0%	5 138	67,7%	1 993	26,3%
Caminha	5 442	304	5,6%	3 813	70,1%	1 325	24,3%
Melgaço	2 460	122	5,0%	1 809	73,5%	529	21,5%
Monção	6 053	281	4,6%	4 218	69,7%	1 554	25,7%
Paredes de Coura	2 892	235	8,1%	1 947	67,3%	710	24,6%
Ponte da Barca	3 883	325	8,4%	2 569	66,2%	989	25,5%
Ponte de Lima	12 659	1 062	8,4%	8 479	67,0%	3 118	24,6%
Valença	4 170	212	5,1%	2 830	67,9%	1 128	27,1%
Viana do Castelo	26 153	1 740	6,7%	18 277	69,9%	6 136	23,5%
Vila Nova de Cerveira	2 928	142	4,8%	1 997	68,2%	789	26,9%

Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

Quanto ao Complemento Solidário para Idosos verificou-se que, em 2022, o n.º total de beneficiários/as foi 1046 residentes no Concelho de Ponte de Lima, sendo número de beneficiárias mulheres bastante mais elevado do que o dos homens.

Gráfico 32 – N.º de Beneficiários/as com processamento de CSI em 2022, residentes no Concelho de Ponte de Lima, por sexo



Fonte: INE

Prestação Social para a Inclusão

No âmbito das prestações sociais, a Prestação Social para a Inclusão, é uma “Prestação pecuniária mensal que visa melhorar a proteção social de pessoas com deficiência/incapacidade, tendo em vista promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família. (...) com um grau de incapacidade, devidamente certificada, igual ou superior a 60%”²³

Neste sentido, e analisando os dados disponíveis, verifica-se que existem 573 pessoas a beneficiar dessa prestação no Concelho de Ponte de Lima em 2021, o que representa 18,5% dos/as beneficiários/as da Região do Alto Minho. É possível ainda verificar que, no Município de Ponte de Lima, a maioria dos/as beneficiários/as tem idades compreendidas entre os 30 e 39 anos

Tabela 39 – Beneficiários/as da Prestação Social para a Inclusão na região do Alto Minho, por sexo e idade (2021) (N.º)

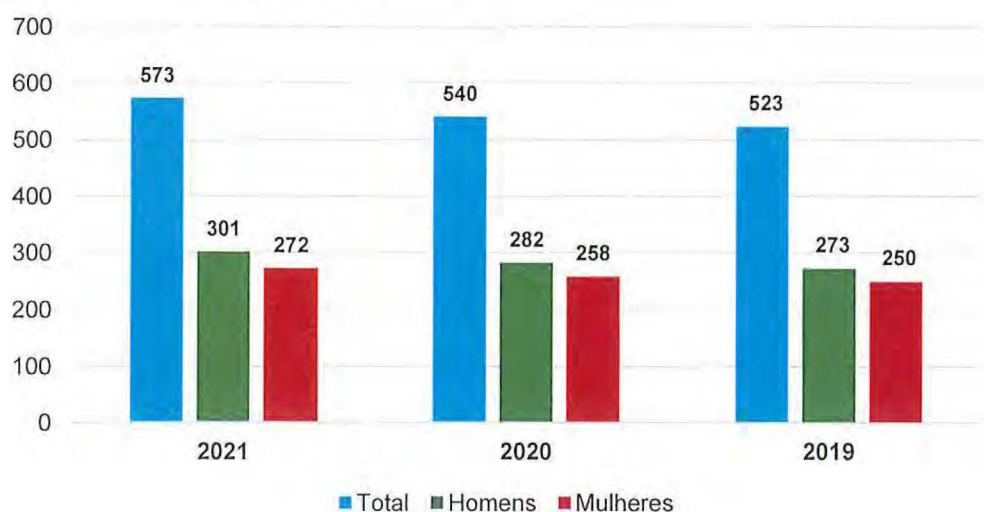
Território	Beneficiários/os			Idade					
	HM	H	M	Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
Alto Minho	3099	1636	1463	226	185	965	427	516	780
Arcos de Valdevez	311	173	138	18	21	112	37	52	71
Caminha	168	84	84	12	13	51	25	29	38
Melgaço	133	72	61	7	7	55	10	32	22
Monção	218	114	104	20	5	69	22	42	60
Paredes de Coura	110	66	44	8	8	44	17	19	14
Ponte da Barca	203	115	88	16	15	61	27	34	50
Ponte de Lima	573	301	272	29	28	143	95	108	170
Valença	138	70	68	10	12	44	20	16	36
Viana do Castelo	1151	589	562	106	70	351	159	171	294
Vila Nova de Cerveira	94	52	42	0	6	35	15	13	25

Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

Verifica-se que esta prestação social tem vindo a ser atribuída a mais beneficiários/as ao longo dos últimos anos em Ponte de Lima, tendo passado de 523 beneficiários/as em 2019 para 573 em 2021. Em todos os anos analisados, são sempre mais homens que mulheres os beneficiários desta prestação social.

²³ INE, Anuário Estatístico Regional

Gráfico 33 – Evolução do número de beneficiários/as da prestação social para a Inclusão, por sexo, no Concelho de Ponte de Lima, 2019 a 2021 (N.º)



Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

Prestações familiares

As principais prestações familiares atribuídas pela Segurança Social contemplam o abono de família para crianças e jovens, o subsídio por assistência de 3ª pessoa e o subsídio de funeral.

Situando Ponte de Lima na Região do Alto Minho, verifica-se que o concelho tem cerca de 20,83% dos/as beneficiários/as da região com abono de família e 17,9% dos/as beneficiários/as com subsídio de assistência de 3ª pessoa.

Quanto ao subsídio de funeral, verifica-se que o Concelho de Ponte de Lima surge em terceiro lugar, no que diz respeito, ao número de beneficiários/as e ao valor processado em milhares de euros.

Tabela 40 – Principais prestações familiares da Segurança Social, Região do Alto Minho (2021)

Território	Abono de família para crianças e jovens		Subsídio por assistência de 3ª pessoa		Subsídio de funeral	
	Descendentes e equiparados	Valor processado	Descendentes e equiparados	Valor processado	Beneficiários/as	Valor processado
	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros	N.º	milhares de euros
Alto Minho	24 660	13 566	218	278	274	61
Arcos de Valdevez	2 027	1 128	13	15	60	14
Caminha	1 689	946	7	10	19	4
Melgaço	551	318	6	8	30	7
Monção	1 645	893	22	27	20	4
Paredes de Coura	986	532	9	12	4	1
Ponte da Barca	1 244	686	13	16	15	3
Ponte de Lima	5 138	2 696	39	49	31	7
Valença	1 542	881	7	8	9	2
Viana do Castelo	8 855	4 945	94	121	81	18
Vila Nova de Cerveira	983	541	8	10	5	1

Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

Das três prestações familiares, que aqui se apresentam, a segunda que se destaca a nível da Região do Alto Minho e em Ponte de Lima, em número de beneficiárias/os e descendentes ou equiparadas/os e em valor processado, é o abono de família para crianças e jovens. No ano de 2021, foram 5.138 os indivíduos que beneficiaram desta prestação familiar, tendo sido atribuídos 2.696 milhares de euros nesta prestação.

Quanto ao apoio na morte, feito através do subsídio por funeral, no ano de 2021, foram processados 31 apoios no Concelho de Ponte de Lima, com valores processados que representam 11,3% do total de apoios dados no ano de 2021 na Região do Alto Minho.

No que se refere ao subsídio parental inicial, em 2021 foram atribuídos aproximadamente 1.299 milhares de euros, a 619 beneficiárias/os desta prestação no concelho, o que corresponde a uma percentagem de 21,17% do valor processado face ao total desta prestação na Região do Alto Minho.

Da análise dos dados é ainda notória a diferença relativa ao sexo, no que respeita ao nível das atribuições, designadamente ao nível dos dias gozados, sendo as mulheres quem mais beneficiou deste apoio, 177.630 dias enquanto os homens gozaram 47.321 dias.

Tabela 41 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2022) (N.º e dias)

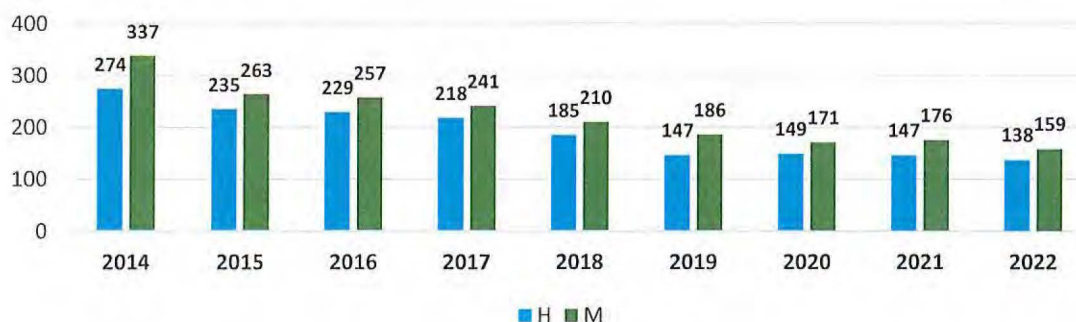
Território	Beneficiárias/os			Dias processados			Valores processados		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	Nº						milhares de euros		
Alto Minho	3 087	1 453	1 634	224 951	47 321	177 630	6 160	1 546	4 614
Arcos de Valdevez	240	115	125	17 656	3 934	13 722	422	111	311
Caminha	190	85	105	13 656	2 640	11 016	383	89	295
Melgaço	52	20	32	3 771	653	3 118	90	16	74
Monção	169	72	97	11 915	2 257	9 658	268	62	206
Paredes de Coura	108	51	57	7 938	1 983	5 955	196	59	137
Ponte da Barca	146	68	78	10 805	2 159	8 646	238	62	176
Ponte de Lima	619	287	332	47 291	9 781	37 510	1 299	336	963
Valença	178	87	91	12 941	2 395	10 546	304	76	228
Viana do Castelo	1 254	605	649	89 122	19 610	69 512	2 704	678	2 026
Vila Nova de Cerveira	131	63	68	9 856	1 909	7 947	254	56	198

Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

Beneficiárias/os de Rendimento Social de Inserção

No que respeita à prestação social do Rendimento Social de Inserção (RSI), em 2022, eram 297 as/os beneficiárias/os do Concelho de Ponte de Lima, um valor que representa uma diminuição de 26 beneficiárias/os de 2021 para 2022.

A evolução do número de beneficiárias/os desta prestação, desde o ano de 2014, no Concelho de Ponte de Lima, mostra uma diminuição gradual constante do peso da prestação nos/as beneficiários/as do concelho. A análise dos dados mostra ainda que são mais as mulheres a beneficiar deste apoio.

Gráfico 34 – Evolução das/os Beneficiárias/os do RSI, por sexo, entre os anos de 2014 e 2022 no Concelho de Ponte de Lima (N.º)


Fonte: INE

Os/as beneficiários/as de RSI do Concelho de Ponte de Lima, representam 10,5% do total dos/as beneficiários/as desta prestação na região do Alto Minho. Se analisarmos o número de beneficiários/as atendendo à população ativa residente em Ponte de Lima (26.221,47 pessoas), verifica-se que 1,13% é beneficiário/a do rendimento social de inserção.

Tabela 42 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo, em 2022

Território	Total	Beneficiárias/os	
		H N.º	M
Alto Minho	2841	1432	1409
Arcos de Valdevez	176	98	78
Caminha	237	113	124
Melgaço	64	32	32
Monção	142	76	66
Paredes de Coura	74	45	29
Ponte da Barca	114	55	59
Ponte de Lima	297	138	159
Valença	275	143	132
Viana do Castelo	1360	680	680
Vila Nova de Cerveira	102	52	50

Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

No ano 2022, segundo o INE, a maioria das/os beneficiárias/os encontrava-se com idade entre os 55 e os 64 anos (99 beneficiários/as), seguido da faixa etária abaixo dos 18 anos (50 beneficiários/as) e a faixa etária onde se verificou um menor número de beneficiárias/os era entre os 25 e 34 anos (9 beneficiárias/os).

Subsídio de doença

Das/os 3.300 beneficiárias/os de subsídio por doença do Concelho de Ponte de Lima, em 2021, 58,2% foram mulheres.

Ponte de Lima foi, em 2021, o segundo concelho onde o número médio de dias apoiados pelo subsídio de doença foi o mais elevado, além do concelho do Viana do Castelo.

Tabela 43 – Subsídios por doença da Segurança Social, na região do Alto Minho, segundo o sexo em 2021 (N.º)

Território	Beneficiárias/os			Dias processados
	M	H	M	HM
Alto Minho	16 815	6 916	9 899	1 301 375
Arcos de Valdevez	1 214	492	722	97 202
Caminha	1 135	458	677	83 853
Melgaço	364	151	213	25 604
Monção	917	371	546	68 822
Paredes de Coura	710	290	420	63 749
Ponte da Barca	712	281	431	58 528
Ponte de Lima	3 300	1 378	1 922	244 360
Valença	1 074	430	644	76 947
Viana do Castelo	6 533	2 687	3 846	523 926
Vila Nova de Cerveira	856	378	478	58 384

Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

Beneficiárias/os de Subsídio de Desemprego

Relativamente ao subsídio de desemprego e quando comparado com os restantes municípios da Região do Alto Minho, no ano 2021, o Concelho de Ponte de Lima registou 4,5% da sua população ativa beneficiária de subsídio de desemprego. Este valor é inferior ao registado a nível nacional (6,2%) e a nível da Região do Alto Minho (5,2%)

Gráfico 35 – Percentagem de beneficiárias/os de subsídio de desemprego no total de beneficiários/as ativos, por concelho da região do Alto Minho (2021) (%)



Fonte: Pordata

Analisando os dados por sexo, verifica-se que no Concelho de Ponte de Lima são as mulheres quem mais peso tem na prestação do subsídio de desemprego, realidade que é transversal a todos os municípios da Região do Alto Minho. Ponte de Lima, em 2021, é o segundo município da região com maior número de desempregados, logo após Viana do Castelo.

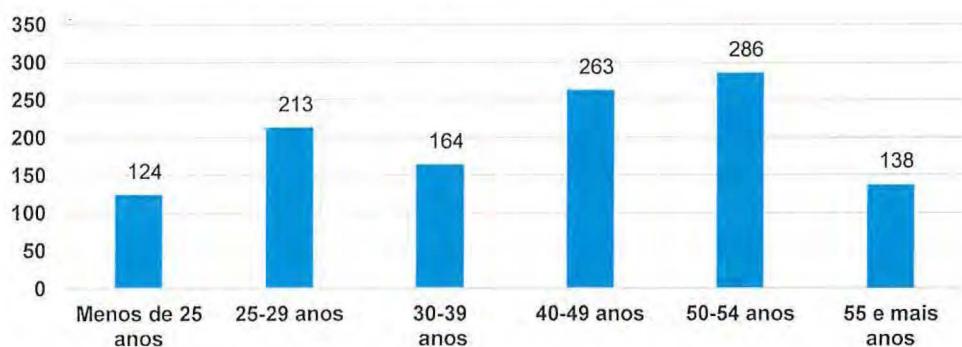
Tabela 44 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social dos concelhos do Alto Minho, segundo o sexo, 2021, (N.º)

Território	Beneficiárias/os		
	HM	H	M
Alto Minho	7 317	3 219	4 098
Arcos de Valdevez	494	193	301
Caminha	498	208	290
Melgaço	81	33	48
Monção	427	149	278
Paredes de Coura	350	159	191
Ponte da Barca	275	112	163
Ponte de Lima	1 188	480	708
Valença	593	242	351
Viana do Castelo	3 063	1 491	1 572
Vila Nova de Cerveira	348	152	196

Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

No que respeita ao grupo etário, constata-se que, no Município de Ponte de Lima as faixas etárias com um maior número de beneficiárias/os de subsídio de desemprego são as pessoas com idades compreendidas entre os 50 aos 54 anos (286), seguidas dos de 40 e 49 anos de idade (263). Juntos representam 46,21% do total das/os 1.188 beneficiárias/os do mesmo concelho no ano de 2021.

Gráfico 36 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do Concelho de Ponte de Lima, segundo a idade (2021) (N.º)



Fonte: INE (Anuários Estatísticos Regionais - 2022)

Ao nível da Ação Social local, o Município promove apoios e serviços aos munícipes, nomeadamente aos que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade seja económica ou social:

Tabela 45 – Beneficiárias/os dos serviços da Ação Social do Concelho de Ponte de Lima, em 2022

Ação Social em Ponte de Lima	N.º de utentes
AAPEL – Associação de Amigos da Pessoa Especial Limiana	20
Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima – Centro Comunitário de Arcozelo	135
Centro Paroquial e Social de Beiral do Lima	34
Centro Paroquial e Social de Calheiros	43
Alti - Cepões	55
Centro Social e Paroquial da Correlhã	52
Centro Paroquial e Social da Facha	85
Centro Paroquial e Social de Fontão	42
Centro Paroquial e Social de Fornelos	119
Lar Casa de Magalhães de Freixo	127
APPACDM - Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Ponte de Lima	59
Centro Paroquial e Social Santa Maria dos Anjos de Ponte	97
Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima	249
Casa de Caridade Nossa Sra. da Conceição – Ponte de Lima	121
Centro Comunitário de Refoios	52
Centro Paroquial e Social de Rebordões Santa Maria	30
Centro Paroquial de S. Martinho da Gandra	76
Centro Paroquial e Social de Sta. Cruz do Lima	31
Casa do Povo de Vitorino de Piães	63
Total	1490

Fonte: *Dinâmicas em Estruturas Sociais Concelhias 2022* - Câmara Municipal de Ponte de Lima

Ainda no âmbito deste capítulo, será também analisada, a intervenção de âmbito territorial da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). A CPCJ tem uma atuação não apenas ao nível da promoção e proteção de crianças e jovens em risco como ao nível da sensibilização e prevenção com atividades e dinâmicas dirigidas não apenas a crianças e jovens, como com as famílias, comunidade e parceiros.

Ao nível da intervenção realizada pela CPCJ de Ponte de Lima foi possível apurar a seguinte informação:

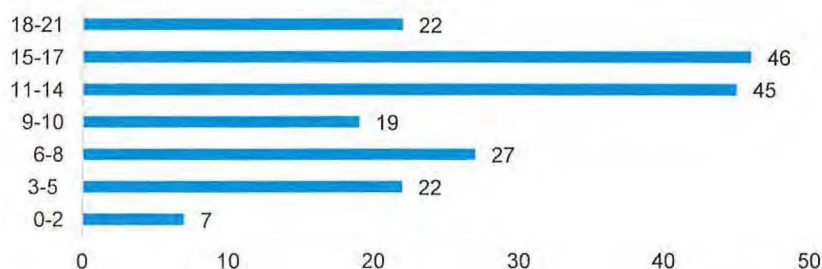
Tabela 46 – Volume processual da CPCJ de Ponte de Lima nos anos 2018 a 2022 (N.º)

Anos	Total de entradas	Proc. transitados	Proc. reabertos	Proc. novos	De outras CPCJ
2018	217	108	37	70	2
2019	168	59	40	67	2
2020	158	69	19	66	4
2021	191	57	35	95	4
2022	210	87	29	89	5
2023	251	82	42	127	---

Fonte: CPCJ de Ponte de Lima

Quanto ao volume processual da CPCJ de Ponte de Lima verificou-se uma descida no n.º de casos nos anos de 2019 e 2020 e um aumento significativo nos anos pós-Pandemia.

Analisando os dados de 2022, no que concerne à idade das crianças e jovens acompanhados, é possível verificar que a maioria se situa na faixa etária entre os 15 e 17 anos e os 11 e os 14 anos, e o menor número de casos se situam nos jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 2 anos.

Gráfico 37 – N.º de crianças acompanhadas, por grupo etário, em 2022 (N.º)


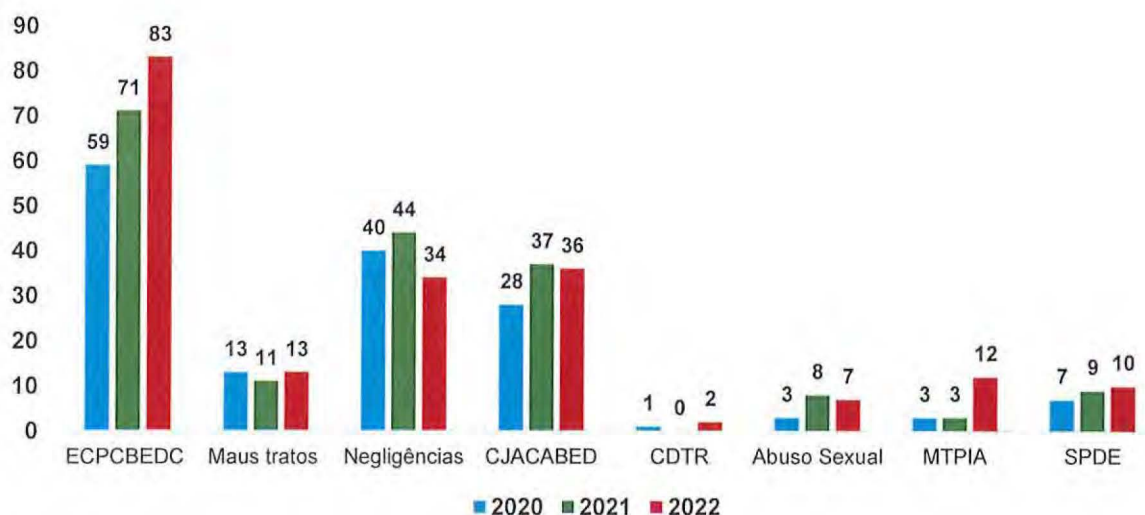
Fonte: CPCJ de Ponte de Lima

No que respeita à divisão das crianças e jovens por sexo, em 2022 foram mais as crianças e jovens acompanhados do sexo masculino (96), verificando-se que é no grupo etário dos 15 aos 17 anos que se verifica o maior número de casos (30).

Quanto às principais problemáticas nos processos acompanhados pela CPCJ, entre 2020 e 2022, verificou-se que foram predominantemente ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança), nomeadamente, violência doméstica, e negligências de diversos tipos. A problemática

CDTR (Estar ao cuidado de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais) é a que surge com menor expressão em qualquer dos anos analisados.

Gráfico 38 – Distribuição das principais problemáticas nos processos da CPCJ de Ponte de Lima, entre 2020 e 2022 (N.º)



Fonte: CPCJ de Ponte de Lima

Legenda:

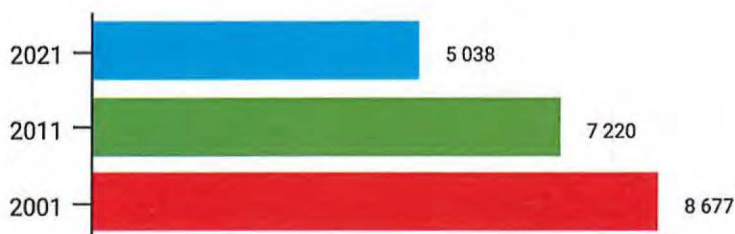
- ECPCBEDC (Exposição a Comportamentos que Podem Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança)
- Maus-tratos (diversos tipos)
- Negligências (diversos tipos)
- CJACABED (Crianças/jovens que assumem comportamentos que podem comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento)
- CDTR (Está aos cuidados de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais)
- Abuso Sexual
- MTPIA (Privação de relações afetivas e de contacto sociais)
- SPDE (Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação)



Ação Social - em síntese:

Pessoas a receberem pensões da Segurança Social, por tipo (2001, 2011 e 2021)

Em Ponte de Lima o n.º de beneficiários da pensão de velhice e de sobrevivência tem vindo a aumentar ao longo do tempo, enquanto que os beneficiários da pensão de invalidez tem diminuído.

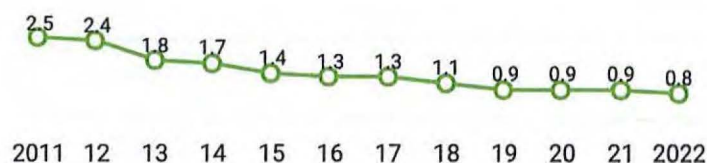


Crianças e jovens a receber Abono de Família (2001, 2011 e 2021)

O n.º de crianças e jovens beneficiários de abono de família tem vindo a diminuir desde 2001

% de beneficiários do RSI da Segurança Social no total da pop. residente com mais de 15 anos (2011 e 2021)

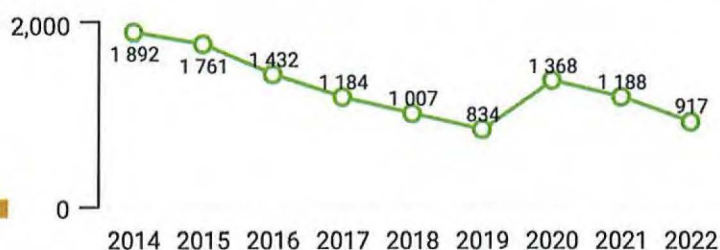
Os beneficiários de RSI têm vindo tendencialmente a diminuir em Ponte de Lima desde 2011, registando a menor % em 2022



Beneficiários da Prestação Social para a Inclusão (2019, 2020 e 2021)

O n.º de beneficiários tem vindo a aumentar no concelho de Ponte de Lima

Beneficiários de subsídio de desemprego (2001, 2011 e 2021)



O n.º de beneficiários do subsídio de desemprego no território de Ponte de Lima, tem vindo a diminuir, exceto entre 2019 e 2020.

8.7. Cidadania e Participação

A participação cívica deve promover-se e estimular-se, devendo para tal existir uma cultura de participação, cooperação e decisão colaborativa, com cidadãos motivados a participar e decisores empenhados a promoverem a participação daqueles. Desta forma, a participação será tanto maior quanto maior for a perceção da população de que a mesma tem influência e faz a diferença no seu dia-a-dia ou nas decisões tomadas.

Dos estudos públicos sobre a participação, a nível nacional e europeu, conclui-se que os portugueses rejeitam a ideia de que as eleições sejam o aspeto central da avaliação que fazem da qualidade da sua participação e do seu envolvimento no sistema político, mas é também notório que os portugueses tendem a confiar pouco nas suas instituições²⁴. De acordo com Lopes (2010)²⁵ as instituições em quem os portugueses menos confiam são as instituições políticas (partidos políticos, governo e Assembleia da República) e as instituições em quem mais confiam são as instituições internacionais (Nações Unidas e Parlamento Europeu).

Assim, neste capítulo, serão analisados os dados existentes referentes à participação no sistema eleitoral, nomeadamente as taxas de abstenção, bem como o movimento associativo existente no território e os vários mecanismos e instituições implementados por forma a incutir, facilitar e promover a participação de vários agentes e pessoas individuais locais.

Ao nível do sistema eleitoral, verifica-se que a taxa de abstenção em Ponte de Lima, nas últimas eleições realizadas para as instituições nacionais e europeias, foi sempre superior a 40%, à exceção das eleições para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal cuja taxa de abstenção foi inferior a 40%.

A taxa de abstenção nas últimas eleições para a Assembleia da República, foi mesmo a menor taxa de abstenção entre todas as eleições, ainda assim registando o valor de 39,8%, um valor que está abaixo do registado a nível nacional.

²⁴ O estudo *European Social Survey* (2002 a 2008), demonstra que no caso concreto do índice de confiança dos cidadãos nos respetivos Parlamentos, 35% dos portugueses confiam muito pouco ou nada nesta instituição, sendo que na Dinamarca este índice é de 4% e em Espanha de 16%.

²⁵ Lopes, Lurdes Nazaré (2010); A confiança nas instituições em Portugal; Lisboa: ISCTE-IUL (https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3842/4/master_lurdes_nazare_lopes.pdf)

A taxa de abstenção para a eleição da Câmara Municipal em Ponte de Lima tem vindo a diminuir ao longo do tempo, registando nos 3 últimos atos eleitorais taxas de abstenção inferiores às registadas a nível nacional e regional.

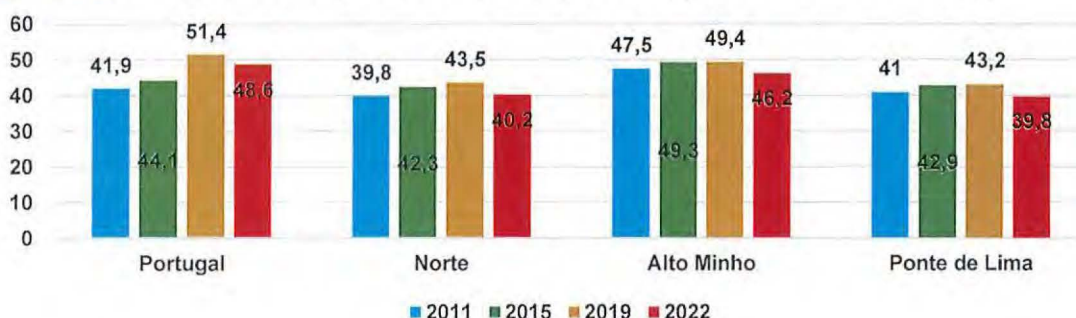
Tabela 47 – Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais e para as Assembleias Municipais, por local de residência (%)

Território	2013	2017	2021
Portugal	47,40%	45,03%	46,35%
Região Norte	41,72%	39,77%	42,19%
Alto Minho	42,68%	41,22%	40,00%
Ponte de Lima	36,03%	33,28%	32,41%

Fonte: INE

No que se refere às eleições para a Assembleia da República, Ponte de Lima registou um ligeiro aumento da taxa de abstenção entre 2011 e 2019 e uma diminuição significativa entre 2019 e 2022, de 3,4 pontos percentuais.

Gráfico 39 – Taxa de abstenção nas eleições legislativas, por local de residência (%)



Fonte: INE

Para a eleição do Presidente da República, registou-se um crescimento da taxa de abstenção, tendo Ponte de Lima registado uma taxa de abstenção inferior à registada a nível nacional e regional.

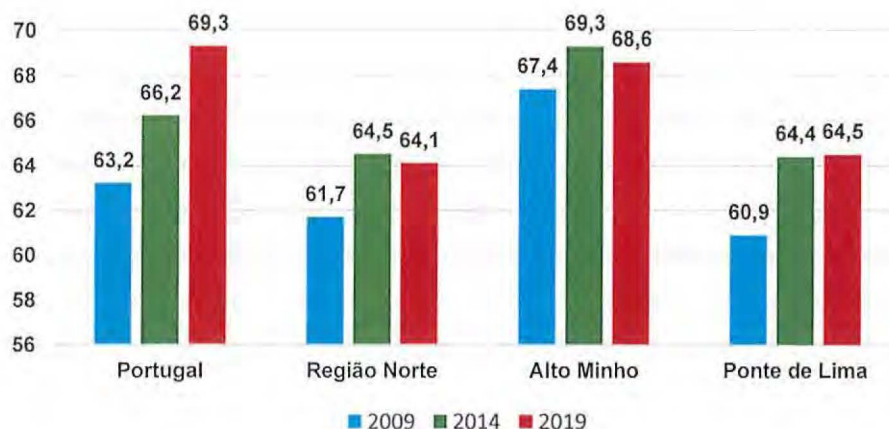
Tabela 48 – Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República, por local de residência (%)

Território	2011	2016	2021
Portugal	53,5	51,3	60,8
Região Norte	50,5	48,9	54,6
Alto Minho	54,8	54,9	61,5
Ponte de Lima	47	48	56,3

Fonte: INE

Por fim, é na eleição para o Parlamento Europeu que a taxa de abstenção apresenta um valor médio de 63,3%, sendo ainda assim inferior à registada a nível nacional e regional.

Gráfico 40 – Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu, por local de residência (%)



Fonte: INE

Mas a cidadania e participação da população não deve ser observada e tida em conta apenas considerando a participação, ou não, nos processos eleitorais. Existem outros processos e mecanismos que permitem a participação cívica, seja em estruturas formais e de cariz consultivo e organizações institucionais, seja através de movimentos associativos, desportivos e/ou recreativos.

Assim, existem em Ponte de Lima diversos conselhos, comissões e projetos, dos quais se destaca:

- Conselho Local de Ação Social
- Comissão Municipal de Proteção Civil
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- Comissão Proteção de Crianças e Jovens
- Conselho Municipal de Educação de Ponte de Lima
- Orçamento Participativo de Ponte de Lima

Se as iniciativas identificadas anteriormente, têm como objetivo, ou na sua base, a participação de instituições ou pessoas particulares sendo dinamizadas ou despoletadas por iniciativa da Câmara Municipal ou dela dependentes, existem no território um grande número de iniciativas de origem privada/comunitária que se

iniciaram muitas vezes através de grupos informais de pessoas para fazer face a necessidades sentidas na comunidade. Dessa forma, o território tem no seu movimento associativo uma grande força e valor, existindo 140 Associações sediadas no Concelho de Ponte de Lima.

Analisando de uma forma mais pormenorizada podemos agrupar estas associações de acordo com as suas áreas de atuação, da seguinte forma²⁶:

Associações em Ponte de Lima	
Áreas	N.º
Cultural	30
Desportiva	30
Socioeducativa	21
Outras	59

Ainda que com uma maior concentração nas zonas com maior densidade populacional, 39 freguesias do concelho têm movimento associativo local, sendo a Vila de Ponte de Lima (23), Vitorino dos Piães (16), Correlhã (8) e S. Martinho da Gândara (7) as freguesias com maior número de associações.

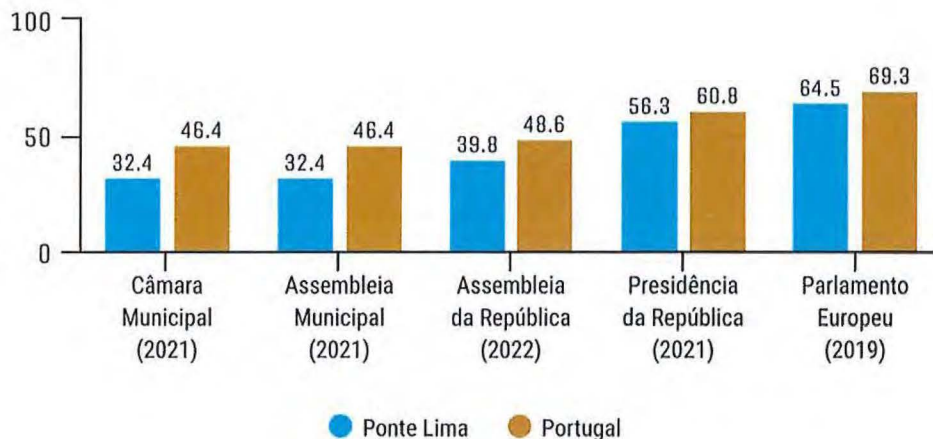
²⁶ Consultar lista em <https://pontedelimacultural.pt/terra-pag.asp?t=paginas&pid=1456&mpid=1302>



Cidadania e Participação - em síntese:

Taxa de abstenção em Portugal e Ponte de Lima, nos últimos atos eleitorais

Ponte de Lima nas eleições para os órgãos políticos, teve taxas de abstenção inferiores ao registado a nível nacional.



Associações no território de Ponte de Lima



O movimento associativo apresenta um forte dinamismo contando com um total de **140 associações** registadas no território, sobretudo as Recreativas, algumas de cariz juvenil, ligadas aos Idosos e á gastronomia da terra.

Mecanismos de participação existentes no território:

- Conselho Local de Ação Social;
- Comissão Municipal de Proteção Civil;
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Comissão Proteção de Crianças e Jovens;
- Conselho Municipal de Educação;
- Orçamento Participativo



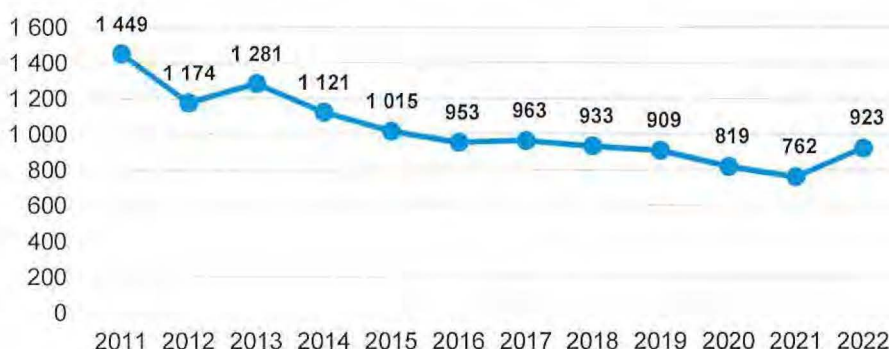
8.8. Segurança

No domínio da segurança e criminalidade, importa destacar que as mesmas têm, ao longo dos tempos, sofrido alterações ao nível da perceção e reconhecimento por parte da sociedade, verificando-se por isso alterações ao nível da legislação e das denúncias (por exemplo, as alterações legislativas no âmbito da violência doméstica e os crimes contra animais de companhia).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho (novembro de 2022), verificou-se que, no geral, o número de crimes detetados pelas autoridades policiais ou levados ao seu conhecimento por meio de denúncia ou queixa, por cada 1.000 habitantes, possui um valor equiparado ao verificado na Região Norte e inferior ao registado no Continente. Porquanto, há a destacar as situações de violência doméstica e de género, associadas muitas vezes a contextos de pobreza e/ou exclusão social. Os crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou pessoas análogas evidenciam uma maior incidência no Alto Minho, face ao verificado na Região Norte, mas inferior quando comparado com o Continente, apresentando uma larga subida nos últimos anos.

No que respeita ao Concelho de Ponte de Lima verifica-se que, na década 2011 - 2021 os crimes registados foram diminuindo, passando do registo de 1.449 crimes em 2011 para 762 em 2021, contudo em 2022 o número de crimes registado aumentou para 923.

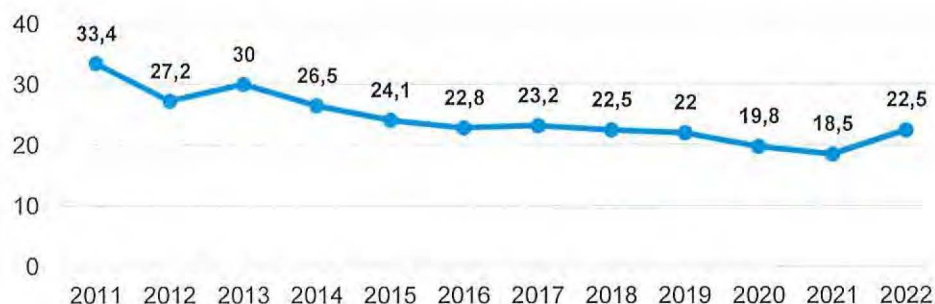
Gráfico 41 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades no Concelho de Ponte de Lima entre 2011 e 2022 (N.º)



Fonte: Pordata

A evolução da taxa de criminalidade tem vindo desta forma a diminuir no território, tendo registado os valores mais baixos em 2021 (18,5‰) e 2020 (19,8‰).

Gráfico 42 – Evolução da taxa de criminalidade no Concelho de Ponte de Lima, entre 2011 e 2022 (‰)



Fonte: INE

Dos crimes registados pelas autoridades locais, verifica-se que nos últimos 5 anos, os mais registados foram os crimes contra o património, seguidos pelos crimes contra a integridade física.

Gráfico 43 – Taxa de criminalidade no Concelho de Ponte de Lima, por categoria de crime entre 2018 e 2022 (‰)

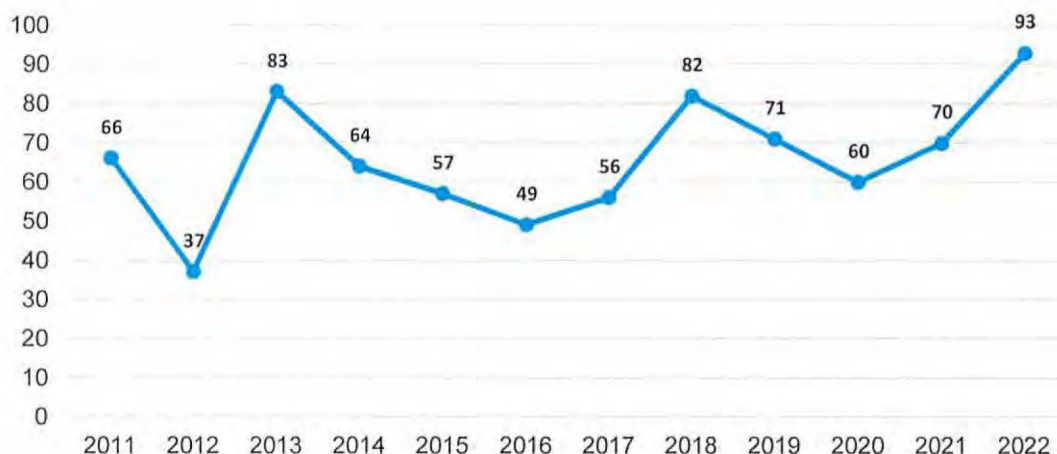


Fonte: INE

Em 2022, dos 1.419 crimes registados pelas autoridades policiais 31,64% foram contra o património (449) seguindo-se os crimes contra as pessoas 20,08% (285 crimes registados). Destaca-se ainda o registo de 202 crimes contra a integridade física e 137 crimes contra a vida em sociedade.

Em 2022, foram registados no território 93 crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos, representando 7% dos crimes desse ano. Como se pode observar pelo gráfico abaixo, esta tipologia de crime tem tido oscilações no seu registo/denúncia, não evidenciando uma tendência decrescente.

Gráfico 44 – Evolução do crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogos, entre 2011 e 2022 (N.º)



Fonte: INE

No território, atendendo a vários indícios de que este é ainda um crime presente, pelos registos das forças de autoridade, existe como resposta o Gabinete Social de Atendimento à Família (GAF). No âmbito do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica do GAF, esta nova resposta de apoio psicológico tem a duração prevista de 21 meses, é financiada pelo Portugal 2020 – POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego) e está disponível no Concelho de Ponte de Lima, desde janeiro de 2022, como resultado de uma articulação entre o Município de Ponte de Lima, a Junta de Freguesia de Arca e Ponte de Lima e o GAF de Viana do Castelo.

Segundo dados da CPCJ de Ponte de Lima, em 2022, foram acompanhadas 83 crianças e jovens expostas a situações de violência doméstica.

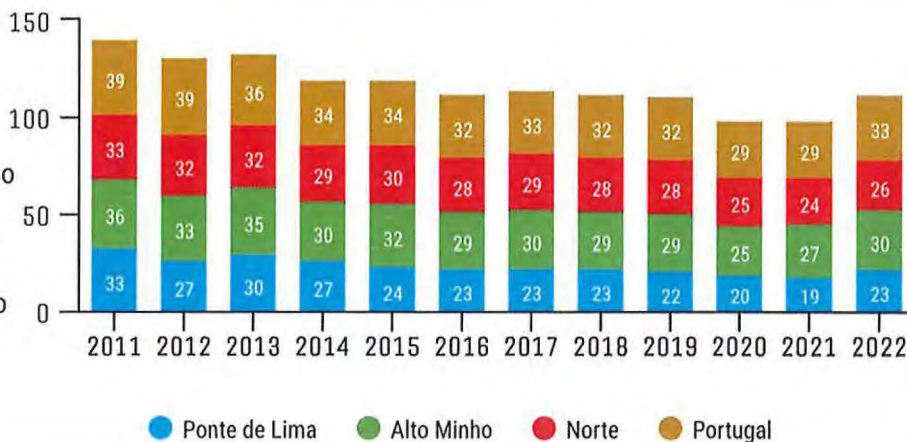


Segurança - em síntese:

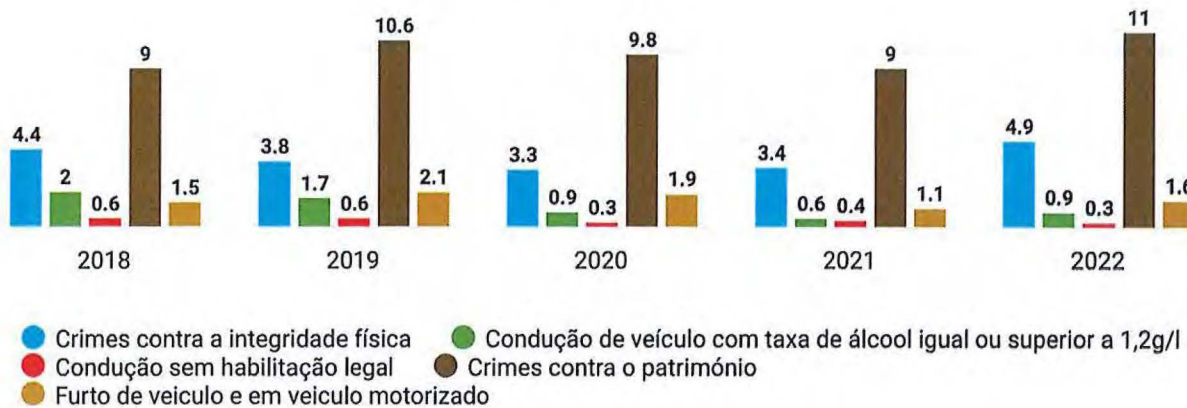


Taxa Criminalidade (2011 a 2022 %)

A taxa de criminalidade registada no concelho de Ponte de Lima nos últimos 10 anos foi sempre inferior à registada na região do Alto Minho, na região do Norte e até em Portugal. Entre 2011 e 2012, a taxa de criminalidade no concelho de Ponte de Lima regista a maior descida (6%) em 10 anos e, de 2021 para 2022, regista a maior subida (4%).



Taxa criminalidade, por categoria de crime, Ponte de Lima (2018 a 2022)



Violência Doméstica contra cônjuge ou análogos (2011 a 2022)

10,08% dos crimes registados no território 10 de Ponte de Lima foram, em 2022, de violência doméstica (maior percentagem dos últimos 10 anos).



83

Casos acompanhados pela CPCJ de Ponte de Lima com a problemática de violência doméstica em 2022

8.9. Ambiente e sustentabilidade

Num contexto social de crescente valorização das questões ambientais, há várias medidas que são assinadas e que moldam os compromissos e os programas de ação, a diversos níveis do poder político. Uma dessas medidas concerne a elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho (PIAAC do Alto Minho) que visa, por um lado, criar e divulgar conhecimento científico sobre as alterações climáticas neste território e, por outro, identificar impactos e aferir vulnerabilidades (presentes e futuras), de modo a definir uma estratégia de intervenção em matéria de ação climática, à escala intermunicipal, e, assim, potenciar a respetiva implementação. O PIAAC do Alto Minho pretende contribuir ativamente para o desenvolvimento e planeamento da ação climática (abordagem adaptativa e de mitigação), à escala intermunicipal e para o horizonte temporal 2020-2030, que promova um Alto Minho mais resiliente, equitativo e atrativo, tendo por base uma perspetiva sistémica, holística e integrativa.

Adicionalmente, é de salientar que o Instituto Nacional de Estatística optou, no conjunto das estatísticas anuais relativas aos municípios portugueses, integrar o 'índice de hierarquia de gestão dos resíduos urbanos'. Este indicador permite medir o nível de aplicação da hierarquia dos resíduos na gestão dos resíduos urbanos, possibilitando o conhecimento sobre a forma como têm sido geridos os resíduos produzidos e, assim, fornecer informação sobre o estado da economia circular em cada concelho. Desta forma, quanto maior for a quantidade de resíduos enviada para reciclagem melhor estará a ser aplicada a hierarquia dos resíduos e, consecutivamente, dinamizada a economia circular.

Na construção deste índice (cujo valor se situa no intervalo entre -100% e 100%), são valorizadas as opções de 'reciclagem' e 'valorização orgânica' dos resíduos urbanos, sendo atribuído fatores de ponderação positivos (1), por oposição à 'valorização energética' e 'aterro' que, sendo opções de gestão dos resíduos com maior impacto ambiental negativo, são ponderados negativamente (-1). A ponderação utilizada promove assim as soluções que produzem matéria-prima secundária para ser novamente introduzida na economia, enquanto penaliza as opções que nenhuma ou reduzida quantidade de matérias-primas secundárias produz.

O Município de Ponte de Lima surge, em 2020, como o município da região com pior índice (-74,2), inferior ao registado na Região do Alto Minho, mas superior ao nível da Região Norte e a nível nacional.

Tabela 49 – Índice de hierarquia de gestão dos resíduos urbanos, no país, na Região Norte, em Ponte de Lima e nos concelhos da Região do Alto Minho, em 2020 (-100% a 100%)

Territórios	Índice de hierarquia de gestão dos resíduos urbanos
Portugal	-44,9
Norte	-48,8
Alto Minho	-75,6
Arcos de Valdevez	-81,9
Caminha	-83,9
Melgaço	-74,2
Monção	-77,8
Paredes de Coura	-77,6
Ponte da Barca	-83,7
Ponte de Lima	-74,2
Valença	-84,3
Viana do Castelo	-69,6
Vila Nova de Cerveira	-76,1

Fonte: Pordata

Verificando em detalhe o tipo de operação de destino dos resíduos urbanos no Concelho de Ponte de Lima, em 2020, regista-se que 87,1% se destinaram ao aterro, seguido de 11,93% à reciclagem, 0,1% à valorização orgânica e não há qualquer registo de valorização energética.

Tabela 50 – Destino dos resíduos urbanos, no país, na Região Norte, Região do Alto Minho e em Ponte de Lima, em 2020 (toneladas)

Territórios	Tipo de operação de destino				
	Total	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Reciclagem
Portugal	5 070 835	2 710 614	962 401	724 592	673 228
Norte	1 686 292	858 935	395 687	209 697	221 973
Alto Minho	105 865	92 951	0	818	12 096
Ponte de Lima	14 877	12 959	0	143	1 775

Fonte: Pordata

No que respeita às áreas ocupadas por habitats naturais protegidos pelas leis nacionais (áreas protegidas) e pela União Europeia, (Rede Natura 2000) o Concelho de Ponte de Lima é o terceiro da Região do Alto Minho com menor percentagem do seu território afetado (6,9%).

Segundo dados do INE, as despesas efetuadas pelos municípios, em milhares de euros/ano, na gestão e proteção ambiental, como ar e clima, águas residuais, resíduos, solos e águas, ruído e vibrações ou biodiversidade e paisagem, constituem também uma variável relevante, na qual o Concelho de Ponte de Lima se destaca entre os concelhos que constituem a Região do Alto Minho, apresentando-se, em 2021, como o que mais gasta anualmente (1.766.000,00€), seguido pelo município de Caminha (1.548.000,00€/ano). Da tipologia de gastos que compõem esta despesa destacam-se os gastos com a 'gestão de resíduos' e com a 'proteção da biodiversidade e paisagem', 73,84% e 26,22% do total, respetivamente.

Paralelamente às despesas, importa verificar também as receitas dos municípios em ambiente, em milhares de euros. Ponte de Lima surge, em 2021, na oitava posição dos municípios da Região do Alto Minho, com uma receita de 28.000,00€/ano, muito abaixo da média da Região, que se situa nos 327.000,00€/ano.

Tabela 51 – Despesa dos municípios em ambiente, na Região do Alto Minho e nos concelhos que a integram, em 2022 (euros/residente)

Território	Gestão de resíduos	Protecção da biodiversidade e paisagem	Total
	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)
Alto Minho	7 688 €	4 628 €	12 348 €
Arcos de Valdevez	1 153 €	727 €	1 903 €
Caminha	1 695 €	177 €	1 882 €
Melgaço	416 €	263 €	679 €
Monção	512 €	577 €	1 089 €
Paredes de Coura	474 €	386 €	860 €
Ponte da Barca	393 €	141 €	535 €
Ponte de Lima	1 587 €	720 €	2 307 €
Valença	848 €	592 €	1 440 €
Viana do Castelo	- €	731 €	731 €
Vila Nova de Cerveira	609 €	314 €	923 €

Fonte: INE

Na qualidade da água para consumo humano, Ponte de Lima também se destaca pela positiva, na medida em que é um dos cinco concelhos da Região do Alto Minho com o nível mais elevado (99,6%) de água canalizada considerada segura e de boa qualidade, verificando-se que o controlo, através da realização de análises, cobre 100% dessas mesmas águas.

Tabela 52 – Qualidade da água para consumo humano, nos concelhos da Região do Alto Minho, em 2022 (%)

Territórios	Água segura	Análises realizadas	Análises cumprimentos da qualidade
Alto Minho	100,0	98,58	98,58
Arcos de Valdevez	99,8	100,00	99,78
Caminha	99,8	100,00	99,82
Melgaço	98,3	100,00	98,34
Monção	95,3	100,00	95,27
Paredes de Coura	100,0	100,00	100,00
Ponte da Barca	98,1	100,00	98,11
Ponte de Lima	99,6	100,00	99,64
Valença	99,4	100,00	99,42
Viana do Castelo	99,2	100,00	99,22
Vila Nova de Cerveira	98,1	100,00	98,14

Fonte: Pordata

No ano 2021, 97% dos alojamentos do município encontravam-se abrangidos pela rede de água canalizada, garantida por sistemas públicos de abastecimento. Nesse mesmo ano, verifica-se que apenas 51% dos alojamentos são servidos por sistemas de drenagem de águas residuais (rede de esgotos), o que significa que o concelho se encontra na quarta pior posição da Região do Alto Minho.

Tabela 53 – Rede de cobertura de água canalizada e por rede de esgotos, nos concelhos da Região do Alto Minho, em 2021 (%)

Territórios	Alojamentos servidos por sistemas públicos de abastecimento de água	Alojamentos servidos por sistemas de drenagem de águas residuais
Alto Minho	97	65
Arcos de Valdevez	93	(R) 31
Caminha	98	82
Melgaço	87	70
Monção	100	45
Paredes de Coura	100	92
Ponte da Barca	99	86
Ponte de Lima	97	51
Valença	100	69
Viana do Castelo	97	77
Vila Nova de Cerveira	100	59

Fonte: Pordata



Ambiente e sustentabilidade - em síntese:



-74,2

Índice de hierarquia de
gestão de resíduos
urbanos (2020)



Em 2020, o concelho de Ponte de Lima registou o valor de índice mais baixo da Região Norte:



87,11% dos resíduos vão para aterro



11,93% dos resíduos destinam-se a reciclagem



0,96% dos resíduos destinam-se a valorização orgânica

No concelho de Ponte de Lima (2021):



Área protegida

6,9%



Receita em ambiente

15€/hab.



Despesa anual com a gestão e proteção
ambiental

1.766 milhares €



Água canalizada de boa
qualidade

99,6%



% afeta à gestão de resíduos proveniente da
despesa *per capita*

73,84%



Análises para controlo da
qualidade da água

100%



97%

Alojamentos abrangidos pela rede
de água canalizada (2021)



51%

Alojamentos servidos pela rede de
esgotos (2021)

8.10. Mobilidade e Espaço Público

A mobilidade e o espaço público desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social do território, pois são componentes interligadas que influenciam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população. A mobilidade diz respeito à facilidade de movimento das pessoas dentro do próprio concelho, enquanto o espaço público engloba as áreas abertas acessíveis a todos, como praças, parques e ruas. Ambos desempenham papéis essenciais no fomento de uma sociedade mais inclusiva, saudável e conectada.

Uma infraestrutura de mobilidade eficiente e acessível permite que os cidadãos se desloquem de maneira rápida e conveniente, seja para o trabalho, estudo, lazer ou serviços básicos. Isso promove a igualdade de oportunidades, facilita o acesso a empregos e educação, e contribui para a coesão social ao reduzir as barreiras físicas e económicas que podem segregá-los. Além disso, uma abordagem de mobilidade sustentável, com investimento em transporte público, ciclovias e pedestres, reduz o congestionamento e a poluição, melhorando a qualidade do ar e a saúde dos cidadãos.

O espaço público desempenha um papel crucial ao potenciar locais de encontro e de interação. Praças, parques e áreas de lazer proporcionam oportunidades para que a população se conecte, compartilhe experiências e construa relações sociais. Isso fortalece o senso de comunidade, promove a diversidade cultural e estimula a criação de uma identidade local coesa. Além disso, espaços públicos bem projetados podem ser usados para eventos culturais, esportivos e recreativos, enriquecendo a vida social e cultural do concelho.

Em resumo, a mobilidade e o espaço público desempenham um papel central no desenvolvimento social de um concelho, ao promoverem a acessibilidade, a inclusão, a saúde, a interação social e a identidade local. Assim, em 2016, a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Minho apresentou o seu Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS Alto Minho 2020) para dar resposta a problemas como aumento excessivo do uso do transporte individual; diminuta utilização do transporte público; fraca adesão aos modos “suaves”, designadamente, pedonal e ciclável; aumento do estacionamento ilegal; aumento do congestionamento; diminuição da segurança rodoviária; e impactos negativos no ambiente.

A grande maioria da população residente no Concelho de Ponte de Lima, à semelhança dos outros concelhos da Região do Alto Minho, utiliza o transporte individual como

principal modo de transporte. Importa destacar que é o concelho da Região em que a população utiliza mais o transporte coletivo para se deslocar e o segundo onde a população anda menos a pé.

Tabela 54 – Proporção da população residente empregada ou estudante, segundo o modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares, por concelho da Região do Alto Minho (2021)

Território	Proporção da população residente, empregada ou estudante, que utiliza nas deslocações pendulares (%):		
	Modo pedonal	Transporte individual	Transporte coletivo
Alto Minho	13,7	74,4	11,5
Arcos de Valdevez	15,2	73,8	10,7
Caminha	15,0	75,2	9,6
Melgaço	19,5	70,1	10,1
Monção	16,0	73,1	10,5
Paredes de Coura	10,8	75,3	13,4
Ponte da Barca	16,8	72,0	10,7
Ponte de Lima	11,1	72,1	16,5
Valença	13,9	75,4	10,5
Viana do Castelo	13,7	75,9	10,0
Vila Nova de Cerveira	12,5	75,0	12,1

Fonte: INE

Em média, a população residente no Concelho de Ponte de Lima, despende menos tempo quando se desloca através de transporte individual do que quando se desloca em transportes coletivos. Esta é uma realidade em todos os concelhos da Região do Alto Minho. A população de Ponte de Lima é o concelho onde a população despende mais tempo, em média (18,58 minutos), nos movimentos pendulares.

Tabela 55 – Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por concelho da Região do Alto Minho (2021) (minutos)

Território	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante (min.)		
	Global	Transporte coletivo	Transporte individual
Alto Minho	17,23	27,52	16,95
Arcos de Valdevez	16,53	25,86	16,49
Caminha	18,50	29,79	18,93
Melgaço	15,01	25,28	15,26
Monção	15,95	23,67	16,34
Paredes de Coura	18,13	29,61	17,42
Ponte da Barca	16,63	26,65	16,86
Ponte de Lima	18,58	25,68	18,35
Valença	15,60	30,33	14,55
Viana do Castelo	17,18	29,18	16,72
Vila Nova de Cerveira	16,72	27,08	16,04

Fonte: INE

No ano 2021, a maioria das pessoas residentes no Concelho de Ponte de Lima utilizaram como meio de transporte individual, o automóvel, seguido de deslocações a pé e em terceiro o autocarro, como transporte coletivo.

Tabela 56 – Meios de transporte utilizados pela população nas deslocações para o local de trabalho ou estudo, por concelho da Região Oeste (2021) (N.º)

Territórios	Tipo de transporte utilizado								
	Total	A pé	Autocarro	Automóvel	Motociclo ou bicicleta	Metro	Comboio	Transporte coletivo da empresa ou da escola	Outros
Arcos de Valdevez	8 294	1 257	565	6 042	75	3	17	301	34
Caminha	7 320	1 099	301	5 429	77	7	193	198	16
Melgaço	2 764	540	138	1 901	36	2	11	127	9
Monção	7 585	1 216	485	5 433	110	2	22	285	32
Paredes de Coura	3 997	432	326	2 973	36	2	5	204	19
Ponte da Barca	5 008	839	369	3 559	48	2	14	151	26
Ponte de Lima	20 480	2 283	2 011	14 604	156	13	74	1 275	64
Valença	6 949	965	422	5 167	73	2	68	238	14
Viana do Castelo	44 374	6 085	2 751	33 091	593	34	361	1 288	171
Vila Nova de Cerveira	4 617	576	332	3 403	59	6	58	162	21

Fonte: Pordata

Em média, as deslocações da população residente no concelho rondam os 19 minutos. Da análise por freguesia, verifica-se que a população residente nas freguesias de Ribeira, Correlhã, Arca e Ponte de Lima, Bertandos e Gemieira são quem despende, em média, menos tempo em deslocações, ou seja, entre 16,17 e 16,49 minutos. Por oposição, quem reside nas freguesias de Labrujô, Rendufe e Vilar do Monte, Navió e Vitorino dos Piães, Labruja, Serdedelo, Cabaços e Fojo Lobal, Rebordões (Santa Maria) e Associação de freguesias do Vale do Neiva são quem despende, em média, mais tempo em deslocações, isto é, entre 26,93 e 21,42 minutos.

Tabela 57 – Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por freguesia do Concelho de Ponte de Lima (2021) (em minutos)

Freguesia	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante	Freguesia	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante
Anais	20,46	Fornelos e Queijada	18,22
Arca e Ponte de Lima	16,26	Friastelas	18,51
Arcozelo	17,49	Gandra	16,78
Ardegão, Freixo e Mato	19,36	Gemieira	16,49
Associação de freguesias do Vale do Neiva	21,48	Gondufe	19,60
Bárrio e Cepões	20,42	Labruja	23,08
Beiral do Lima	20,60	Labrujô, Rendufe e Vilar do Monte	26,93
Bertandos	16,44	Navió e Vitorino dos Piães	23,51
Boalhosa	20,47	Poiares	19,99
Brandara	17,95	Rebordões (Sta Maria)	21,42
Cabaços e Fojo Lobal	22,16	Rebordões (Souto)	19,79
Cabração e Moreira do Lima	20,21	Refóios do Lima	18,52
Calheiros	20,72	Ribeira	16,17
Calvelo	20,62	Sá	16,55
Correlhã	16,09	Santa Comba	17,14
Estorãos	21,08	Santa Cruz do Lima	19,45
Facha	21,08	São Pedro d'Arcos	19,06
Feitosa	16,69	Seara	20,68
Fontão	17,63	Serdedelo	22,91
		Vitorino das Donas	18,39

Fonte: INE

Ponte de Lima é o quinto concelho da Região do Alto Minho onde se verifica maior entrada de pessoas e o quarto concelho de onde saem, diariamente, mais pessoas, para trabalhar e/ou estudar.

Tabela 58 – Proporção da população residente que sai e entra no concelho (movimentos pendulares), por concelho da Região do Alto Minho (2021) (%)

Território	Proporção da população residente (%)	
	entrada no concelho	saída do concelho
Arcos de Valdevez	13,45	10,50
Caminha	7,29	18,83
Melgaço	10,25	9,16
Monção	6,82	10,73
Paredes de Coura	7,69	15,27
Ponte da Barca	9,24	19,68
Ponte de Lima	10,40	16,86
Valença	15,52	17,95
Viana do Castelo	13,28	10,06
Vila Nova de Cerveira	30,33	15,95

Fonte: INE



Mobilidade e espaço público - em síntese:



72,1%

da população residente utiliza o transporte individual como meio para se deslocar (2021)



16,5% utiliza o transporte coletivo



11,1% desloca-se a pé



A população de Ponte de Lima é a que despende mais tempo nos movimentos pendulares, comparativamente com os outros concelhos da Região do Alto Minho.

Duração média dos movimentos pendulares da população residente no concelho de Ponte de Lima que estuda ou trabalha (2021):



Duração média global

18,58 min.



Duração média em transporte coletivo

25,68 min.



Duração média em transporte individual

18,35 min.



10,40%

Proporção da população que entra no concelho (2021)



16,86%

Proporção da população que sai do concelho (2021)

9. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste capítulo apresenta-se a caracterização das áreas identificadas, pelos atores locais auscultados, como prioritárias para a intervenção social no Concelho de Ponte de Lima. Estes atores foram identificados pelo núcleo executivo do CLAS, atendendo às entidades parceiras e à atuação e conhecimento que detêm do território, seja a um nível mais micro (como entidades de intervenção local em determinada área específica), como a um nível mais macro (entidades de atuação distrital/ regional ou intervenientes políticos que detêm uma visão mais abrangente do território).

As áreas prioritárias foram identificadas numa análise cruzada da perceção dos diferentes atores auscultados através de instrumentos de recolha de informação distintos como: questionários *online* e *workshops* presenciais e *online*.

Pretende-se neste capítulo aprofundar, nas áreas agora identificadas como prioritárias, alguns dos dados já apresentados anteriormente, procurando informação mais pormenorizada e recorrendo a atores locais, como também enunciar os constrangimentos existentes ao desenvolvimento social nesses mesmos domínios, identificados pelos atores locais, e também aquelas que são as atuais respostas existentes no território, de modo a perspetivar possíveis linhas de ação.

9.1. Saúde

A saúde é uma dimensão fundamental do ser humano, que influencia o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos e é dependente de múltiplos fatores: biológicos, comportamentais, socioeconómicos e ambientais. Deste modo, a responsabilidade da promoção da saúde envolve todos os setores e é crucial no planeamento e desenvolvimento social dos territórios.

A dimensão saúde é abrangente e incorpora múltiplos campos de intervenção e análise. No âmbito do processo de levantamento de problemas e necessidades associadas a este domínio, os atores sociais destacaram três áreas que consideram relevantes e prioritárias de intervenção, no Concelho de Ponte de Lima, a saber:

- Falta de respostas ao nível da saúde mental;

- Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD);
- Insuficiente capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários.

Segundo o Decreto-Lei n.º 113/2021, de 14 de dezembro, a saúde mental “é uma componente fundamental do bem-estar dos indivíduos e as perturbações mentais são, de entre as doenças crónicas, a primeira causa de incapacidade em Portugal, justificando cerca de um terço dos anos potenciais de vida perdidos.”

O estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental (2013) afirma que as perturbações psiquiátricas têm uma prevalência de 22,9 %, colocando Portugal num preocupante segundo lugar entre os países europeus, com 60 % destes doentes sem terem acesso a cuidados de saúde mental. A depressão afeta 10 % dos portugueses e, em 2017, o suicídio foi responsável por quase 15.000 anos potenciais de vida perdidos. Assim, considerando a saúde mental como uma das áreas de maior relevância para a saúde das populações, no âmbito da DGS, foram divulgados instrumentos de planeamento da política de saúde mental como o Plano Nacional de Saúde, o Plano Nacional de Saúde Mental e os Planos Regionais de Saúde Mental.

Um estudo, publicado em 2021, denominado “Saúde Mental em Tempos de Pandemia” (SM-COVID19), do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, afirma que 34% da população portuguesa apresentava, por exemplo, sinais de sofrimento psicológico, valor que subia para 45% entre os profissionais de saúde inquiridos; a ansiedade, com sintomas moderados a graves, afetava 27% dos entrevistados e os sinais de depressão foram identificados em 26%, a mesma percentagem de quem manifestou indicadores de perturbação de stress pós-traumático. Quem apresentou estes sintomas com maior frequência foram mulheres, inquiridos entre os 18 e os 29 anos de idade, desempregados ou pessoas com baixos rendimentos.

Os fatores sociais da saúde mental incluem questões económicas e sociais. Assim o contexto social e económico específico de cada indivíduo (como a pobreza e nível de rendimento), ao longo do ciclo de vida, a diferente exposição a eventos adversos ao longo da vida (como a violência interpessoal e doméstica), bem como as condições específicas de vulnerabilidade e resiliência que estes contextos e exposição produzem, colocam os indivíduos em situações diferentes para atingir o mais elevado padrão de saúde mental e bem-estar psicológico. É desta forma indispensável que a atuação ao nível preventivo e corretivo, na área da saúde mental, envolva atores de diferentes esferas da vida: sociais, educativos, económico-laborais, entre outros.

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, as perturbações mentais são a principal causa de incapacidade e a terceira causa em termos de carga da doença, sendo responsáveis por cerca de um terço dos anos de vida saudáveis perdidos devido a doenças crónicas não transmissíveis.

A região Norte tem acompanhado a tendência nacional de aumento da proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas.

Em 2018, a região Norte apresentava uma proporção de 11,1% de utentes com registo de perturbações depressivas, 7% com registo de perturbações de ansiedade e 0,8% com registo de demência, entre as/os utentes inscritos ativos em cuidados de saúde primários, sendo que estas perturbações têm vindo a aumentar na região desde 2011.

Tabela 59 – Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre as/os utentes inscritos ativos em Cuidados de Saúde Primários (%), por região de saúde (2011-2018)

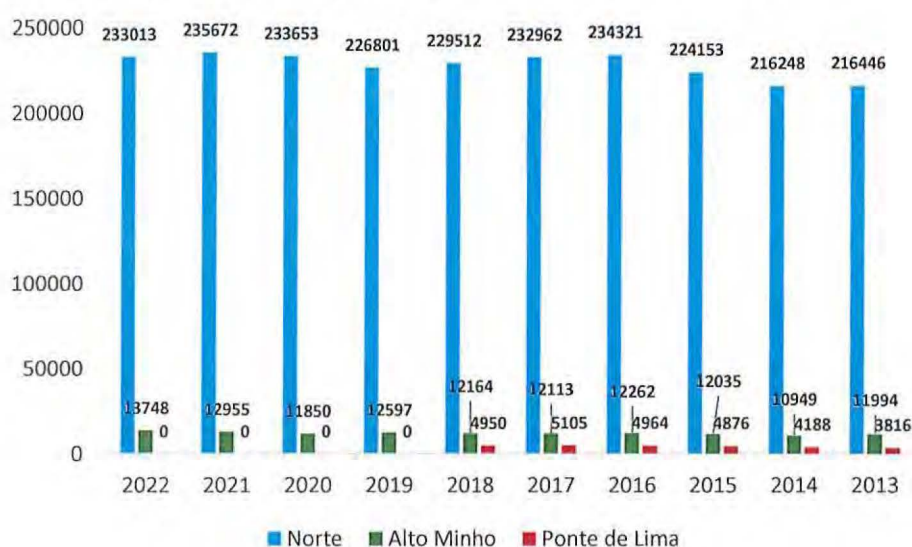
	2011	2012	2014	2016	2018
Perturbações depressivas					
Norte	5,42	6,61	8,86	9,83	11,1
Centro	6,88	7,88	9,73	11,14	13,2
Lisboa e Vale do Tejo	3,71	5,23	6,63	8,00	10,0
Alentejo	6,05	7,23	9,62	11,13	13,4
Algarve	2,40	3,34	5,04	6,79	8,5
Portugal Continental	5,34	6,85	8,98	9,32	
Demência					
Norte	0,44	0,55	0,75	0,79	0,8
Centro	0,51	0,60	0,78	0,87	1,0
Lisboa e Vale do Tejo	0,31	0,47	0,64	0,73	0,8
Alentejo	0,56	0,70	1,01	1,09	1,2
Algarve	0,19	0,28	0,49	0,63	0,7
Portugal Continental	0,40	0,53	0,72	0,79	
Perturbações da ansiedade					
Norte	3,34	4,16	5,65	6,46	7,0
Centro	4,27	4,94	6,32	7,35	8,3
Lisboa e Vale do Tejo	1,88	2,79	3,81	4,96	5,9
Alentejo	4,14	4,97	6,70	7,86	8,8
Algarve	1,44	2,09	3,45	4,71	5,4
Portugal Continental	3,51	3,77	5,07	6,06	

Fonte: Programa Nacional para a Saúde Mental - 2017

Ao nível dos dados disponibilizados pelo INE, o número de consultas externas em hospitais públicos e hospitais em parceria público-privada, na especialidade de

Psiquiatria, na Região do Alto Minho, no ano de 2022, foi de 13.748, um número que foi aumentando desde 2015. Os últimos dados que existem sobre Ponte de Lima remetem para o período entre 2013 e 2018, verificando-se uma subida constante do n.º de consultas até 2017 e uma ligeira descida do n.º de consultas em 2018.

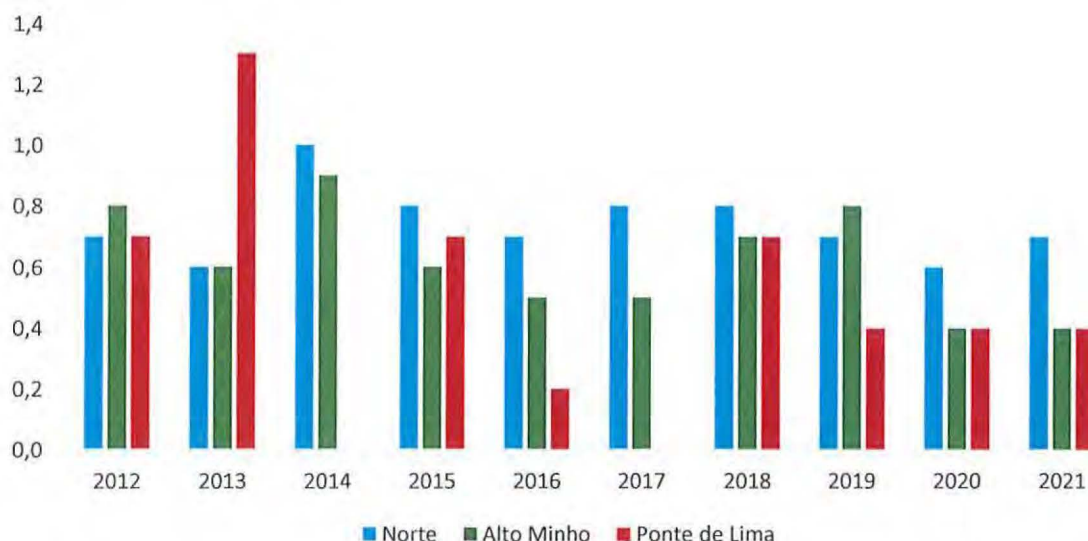
Gráfico 45 – Consultas de psiquiatria na unidade de consulta externa (N.º) dos hospitais públicos de acesso universal e hospitais em parceria público-privada entre 2013 e 2022.



Fonte: INE

Quanto à percentagem de mortes por suicídio, é de registar que os dados existentes se referem ao período entre 2012 e 2021, sendo que, nos anos de 2014 e de 2017 não existem dados disponíveis. É de salientar que Ponte de Lima apresenta uma variação de percentagem de mortes por suicídio bastante significativa, comparativamente com a região do Alto Minho e a região Norte, sendo que 2013 foi um ano onde a percentagem é muito elevada, chegando inclusive a ultrapassar ligeiramente os dados referentes ao país: em 2013, Portugal regista 1% de mortes por suicídio e Ponte de Lima regista 1,3%. Os anos de 2012, 2015 e 2018 são os que apresentam uma percentagem de mortes por suicídio em Ponte de Lima bastante elevada, sendo que não foram encontrados estudos divulgados que expliquem estes valores.

Gráfico 46 – Mortes por suicídio entre 2012 e 2021 (%), comparação entre Região Norte, Região do Alto Minho e Ponte de Lima



Fonte: Pordata

No que diz respeito ao tempo da Pandemia, um estudo encomendado pelo SNS, de 2020, refere que 37,7% da população portuguesa apresentou sofrimento psicológico, sendo que, os respondentes se encontravam em quarentena/vigilância epidemiológica, em isolamento com diagnóstico confirmado, ou já recuperados de COVID-19. Esta situação apresentou maior incidência em pessoas do sexo feminino (45,8%), com idades entre os 18 e os 29 anos (49,6%), em situação de desemprego (63,2%), sendo a região autónoma da Madeira a região mais com maior incidência de casos (47%): a região Norte apresentou 37,6% de casos.

Com efeito, foi possível verificar que a área da saúde mental é uma área de preocupação para os atores locais, sendo uma das consideradas mais prioritária pelos inquiridos (especificamente saúde mental e alcoolismo) e indicada como prioritária nos *workshops* realizados no território (presencial e *online*) especificamente a falta de respostas adequadas para situações de doença mental.

Salientar que, em 2021, Ponte de Lima anunciou a criação de um Concelho Municipal de Saúde, um órgão consultivo do Município, cujo objetivo é dinamizar a articulação e a cooperação no planeamento, na definição de estratégias e de políticas de saúde a nível municipal entre as diversas entidades da área da saúde. Importa também ressaltar a existência de consultas na área da Psiquiatria, enquanto consulta externa no hospital, tendo 3 psiquiatras afetos e a equipa do Hospital que faz também um acompanhamento domiciliário aos utentes.

Contudo, apesar destes esforços e meios disponíveis e de acordo com as perceções recolhidas, esta é uma problemática presente e transversal a todo o território municipal e cujas principais dificuldades ocorrem devido à insuficiência de recursos humanos e de respostas estruturais, que origina uma sobrecarga ao nível das respostas existentes (e nem sempre as mais adequadas) e com impacto nas famílias/cuidadoras/es informais, que em muitos casos não estão capacitadas e/ou não têm disponibilidade para tal, uma vez que trabalham, e/ou não têm capacidade económica para garantir uma resposta adequada no setor privado. Desta forma, criam-se situações de grande desproteção das pessoas com doença mental.

Em linha com estes dados está o facto de, nos países ocidentais, as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental se terem tornado a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura (Plano Nacional de Saúde Mental, 2007-2016). Em 2010, as perturbações depressivas eram o terceiro motivo de carga global de doença e em 2030 prevê-se que sejam o primeiro, a nível mundial, com agravamento das taxas de suicídio e para-suicídio.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde Mental (2013), existem grupos populacionais mais vulneráveis e fatores de risco para o aparecimento de doença mental. O desemprego, empobrecimento e ruturas familiares estão entre as causas mais frequentes para o aumento do risco de doença mental, nomeadamente, depressão, aumento de consumo de álcool e suicídio. Os homens têm um risco aumentado de doenças mentais, bem como jovens desempregadas/os, e grupos com maior dependência (crianças, idosas/os e pessoas com doenças crónicas incapacitantes).

No que respeita às causas apontadas para os problemas relacionados com a saúde mental, são referidas pelos atores locais:

- Falta de capacidade das estruturas de saúde existentes para assegurar a regularidade requerida pela maioria das situações de doença mental;
- Insuficiência de respostas comunitárias que proporcionem um acompanhamento regular e inexistência de respostas concelhias de acompanhamento estruturadas;
- Insuficiência económica da população que impede o acesso a respostas/serviços privados;
- Falta de formação nesta área para profissionais e cuidadores informais.

Portugal foi pioneiro na área da saúde mental, sendo um dos primeiros países europeus a adotar uma lei nacional – Lei de Bases da Saúde Mental, em 1963, que propunha um modelo de cuidados baseado na comunidade e que permitiu a criação de centros de saúde mental em todos os distritos e o aparecimento de movimentos, tais como a psiquiatria social e a ligação aos cuidados de saúde primários. Nesse sentido, em 1998, é aprovada a Lei 36/98 e o Decreto-Lei n.º 35/99, a Lei de Saúde Mental, que estabelece os princípios gerais da política de saúde mental e regula o internamento compulsivo de pessoas com doença mental.

No entanto, apesar dos avanços positivos nesta área, nomeadamente, a criação de serviços descentralizados e o desenvolvimento de programas e estruturas de reabilitação psicossocial, ainda se verifica uma falta de planeamento e de apoio consistente dos serviços de saúde mental em Portugal. Segundo o Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016), os serviços de saúde mental em Portugal, sofrem de insuficiências graves, a nível da acessibilidade, da equidade e da qualidade de cuidados. Dos resultados obtidos, destacam-se:

- número de pessoas com doença mental, que procura os serviços de saúde (1,7%), é extremamente baixo relativamente ao que seria de esperar (sabe-se que 5 a 8% da população sofre de uma perturbação psiquiátrica de certa gravidade em cada ano).
- internamento é a resposta preferencial (83%) e que consome a maioria dos recursos, quando a evidência científica prova que as intervenções na comunidade, são as mais efetivas e as preferidas pelos utentes e suas famílias.

É importante referir que, desde 2013, tem-se registado uma ligeira redução no número de internamentos, a qual poderá ser devida a uma diminuição da acessibilidade aos serviços especializados, mas também ao trabalho comunitário desenvolvido pelos serviços locais (Programa Nacional para a Saúde Mental 2017).

Apesar dos esforços e avanços, os recursos humanos atribuídos à saúde mental são ainda poucos, o que tem condicionado o desenvolvimento e a melhoria de serviços neste setor, o que é preocupante dado o impacto das doenças mentais na vida das pessoas. Existem, no entanto, algumas oportunidades que poderão ajudar a superar algumas das dificuldades, nomeadamente, as equipas prestadoras da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (RNCCISM), e as unidades de psiquiatria e saúde mental nos hospitais gerais.

Também a integração da saúde no objetivo 3 da agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável, nomeadamente reconhecendo a promoção da saúde mental e a prevenção das perturbações mentais e associadas ao consumo de substâncias como metas, poderá reforçar, junto dos decisores políticos, a importância da implementação de medidas de promoção e tratamento da saúde mental em Portugal.

De acordo com os resultados obtidos no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2021, parte significativa da população com 16 ou mais anos reportou ter sentido um efeito negativo da pandemia COVID-19 sobre a saúde mental (26,6%), sendo sobretudo as mulheres que mais identificaram esta (30,2%).

De acordo com a perceção dos atores locais, verifica-se que, apesar de existir a preocupação por parte das entidades competentes nesta área, os recursos são insuficientes para responder ao número de casos identificados, sendo premente um maior investimento ao nível dos serviços de saúde locais e na estruturação de respostas comunitárias de acompanhamento, quer ao nível de recursos humanos, quer ao nível de estruturas físicas, as quais são de extrema importância para a promoção da saúde e prevenção da doença mental.

Outro dos problemas identificados pelos atores locais, e que se encontra muitas vezes associado à área da saúde mental, prende-se com os comportamentos aditivos e dependências, designadamente o alcoolismo.

No entanto, no que diz respeito aos consumos de substâncias psicoativas (SPA) e, de acordo com o inquérito realizado no Dia da Defesa Nacional (SICAD, 2019), a região Norte é uma das regiões do país com menor prevalência de consumos de bebidas alcoólicas e de comportamentos de risco associados ao álcool.

De acordo com a perceção dos atores, verifica-se no concelho uma preocupação com o consumo de álcool, que segundo estes se encontra associado a questões culturais, sendo agravada pela banalização do seu consumo e pela facilidade no seu acesso.

O consumo abusivo de álcool, bem como de outros produtos, provoca danos severos na saúde física (são exemplo as doenças crónicas do fígado) e é igualmente um fator de risco para o aparecimento de problemas no foro da saúde mental (nomeadamente, perturbações depressivas).

Se por um lado os atores, associam o alcoolismo a situações de carência económica e a uma questão educacional/ social, por outro lado essa mesma situação, ou outras que

representam vulnerabilidade para a pessoa/ família (situações de crise, rutura de dinâmicas familiares, entre outras), poderão também ser desencadeadoras de consumos.

Situações de disfuncionalidade nas relações familiares, ou mesmo a exposição de menores a comportamentos de risco, são vistos pelos atores como produtos resultantes de consumos pelos progenitores / familiares. O padrão familiar, aliado ao acesso fácil aos produtos e banalização do consumo, como atrás referido, poderão ser fatores que contribuem para um início de consumos na adolescência. De acordo com o Inquérito aos Jovens Participantes no Dia da Defesa Nacional 2018, 51,9% dos jovens tinham um consumo binge²⁷ e 33,9% de embriaguez²⁸ nos últimos 12 meses entre os jovens de 18 anos, valores esses muito superiores aos identificados para a população adulta (9,7% e 5,4%, respetivamente), revelando-se preocupante esta tendência nacional no que se refere ao consumo de álcool.

O terceiro problema identificado no âmbito da saúde, encontra-se relacionado com a insuficiente capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários.

Ainda que, neste momento, o Centro de Saúde de Ponte de Lima tenha médico de família para todos os utentes, à exceção das pessoas que não têm documentos e que por esse motivo não lhes foi atribuído de médico de família, os atores locais identificaram, em sede de questionário, a insuficiente resposta por parte dos serviços de saúde, destacando o tempo de espera para consultas, bem como a inexistência de alguns serviços de saúde acessíveis, nomeadamente nas zonas rurais do Município. As limitações existentes ao nível da rede de transportes públicos poderão condicionar o acesso a serviços de saúde que se encontrem mais distantes do concelho, ou até mesmo entre as freguesias do próprio concelho e o acesso a estes serviços, existindo o condicionamento não só dos itinerários, como dos horários dos mesmos.

Outra das situações referidas pelos atores, prende-se com a existência de pessoas em situação de isolamento social, sem suporte familiar, idosas ou com um nível de dependência elevado que necessitam de acompanhamento aos serviços de saúde, visto que o acesso aos mesmos está condicionado pela sua situação de saúde e social.

Para além destes fatores, a situação pandémica provocada pelo Covid-19 veio agravar o acesso às unidades e aos serviços/cuidados de saúde, verificando-se um

²⁷ Binge – Consumo de 4 ou mais copos (sexo feminino) ou 6 ou mais copos (sexo masculino) de uma qualquer bebida alcoólica na mesma ocasião

²⁸ Embriaguez – Ficar a cambalear, dificuldade em falar, vomitar não recordar o que aconteceu.

congestionamento das linhas de contacto telefónico; restrição do acesso às unidades de saúde; sobrecarga dos serviços e aumento do tempo de espera para aceder aos serviços e cuidados de saúde.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre as principais necessidades e problemas nesta área, assim como algumas recomendações para possível intervenção.

Tabela 60 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da "Saúde"

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Respostas insuficientes na área da saúde mental face às necessidades	Incapacidade de resposta pelas entidades locais	– Aumento das respostas a nível territorial, descentralizadas e de fácil acesso às populações com vista ao tratamento; – Abertura formal de unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental para a população adulta, infância e juventude; – Fomentar equipamentos com respostas para esta população (ocupação diária, residencial, apoio domiciliário, etc.); – Promover uma ação concertada no âmbito da intervenção em saúde mental, em articulação com Saúde, Autarquia, Instituições do concelho, que atuem ao nível da prevenção, monitorização e acompanhamento – Realização de iniciativas no âmbito da "educação para a saúde" / "literacia em saúde"
	Aumento do n.º de pessoas com perturbações mentais e do comportamento Fatores potenciadores da doença mental: isolamento, índice envelhecimento, consumo de estupefacientes, vulnerabilidade económica, ...	
Aumento do n.º de pessoas com CAD	Desemprego de longa duração	– Investimento em programas de prevenção e promoção da saúde / literacia em saúde – Investimento em programas de Redução de Risco Minimização de Danos – Requalificar e ajustar respostas às características da população mais vulnerável – Aposta na diferenciação de Tratamentos e Acessibilidade
	Aumento de situações de maior vulnerabilidade social	
	Aumento da violência e criminalidade	
Dificuldade no acesso a cuidados de saúde	Constrangimentos decorrentes da pandemia	– Implementação de soluções de proximidade e contacto não-presencial, em articulação com atores locais e órgãos autárquicos; – Promover a articulação entre entidades com intervenção no território que possam realizar o acompanhamento a consultas / outras diligências na área da saúde – Reforço da rede de transportes públicos entre concelhos
	Pessoas idosas ou mais dependentes sem suporte familiar / ou social	
	Insuficiente rede de transportes públicos	
	Insuficiente capacidade de resposta dos serviços primários face às necessidades da população	

9.2 Ação Social, Famílias e Comunidade

Grande parte das problemáticas identificadas no *workshop* de diagnóstico realizado com as/os parceiras/os do CLAS e complementadas com o questionário *online*, enquadram-se numa área transversal ao desenvolvimento social do território – “Ação Social, Famílias e Comunidade”.

A Ação Social, Famílias e Comunidade assume um eixo de intervenção prioritário, o qual é indissociável dos restantes, e não pode ser entendido sem ter em consideração domínios como a educação, a saúde, a habitação, o emprego e a segurança, entre outros. Assim, as alterações demográficas, políticas, sociais, económicas, culturais e tecnológicas que se fazem sentir de forma acelerada na nossa sociedade, encontram-se também refletidas nas famílias.

A compreensão das problemáticas associadas a esta dimensão é fundamental para que se possa intervir nas causas que conduzem a desigualdades sociais e que impactam o bem-estar e a qualidade de vida da população residente no território.

Os atores sociais identificaram duas situações onde é necessário um maior investimento/ reforço na intervenção e acompanhamento das famílias do território:

- Famílias em situação económica frágil ou precária;
- Desenvolvimento e/ou reforço de competências parentais;

Seguidamente serão desenvolvidos os problemas/necessidades identificadas, apresentando, sempre que possível, evidências que as fundamentem e que permitam uma melhor compreensão das mesmas.

Dificuldades económicas das Famílias

O projeto “Portugal Desigual”, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, resulta da análise de dados da pobreza e das desigualdades, referentes aos anos 2021 e 2022, ao nível nacional, dados divulgados pelo INE a partir do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2022 (ICOR). Segundo este estudo, a taxa de pobreza desceu 2 pontos percentuais (pp), passando de 18,4% em 2020 para 16,4% em 2021. Neste último ano, 197 mil pessoas saíram da situação de pobreza comparativamente com os dados de 2020, no auge da Pandemia. O dado mais impressionante tem a ver com a redução ocorrida na taxa de pobreza das crianças e dos jovens, que em 2021 se fixou em 18,5%, valor mais baixo registado neste grupo etário desde 2003.

Também os indicadores de desigualdade de acordo com o coeficiente de Gini²⁹ registaram um desagravamento de 1 pp, fixando-se no valor de 32%. Salienta-se que a região Norte, em 2021, apresenta o segundo valor mais baixo, 31,2% o que é positivo.

Tabela 61 – Coeficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente (%) por Local de residência (2021 e 2020)

Território	2021	2020
Portugal	32	33
Norte	31,2	31,5
Centro	31,5	33,3
Área Metropolitana de Lisboa	31,4	32,7
Alentejo	30,8	30,8
Algarve	31,8	31
Região Autónoma dos Açores	34,8	33
Região Autónoma da Madeira	32,4	31,1

Fonte: INE - Inquérito às condições de vida e rendimento (ICOR 2022)

A comparação dos valores de 2021 e de 2022 dos 13 indicadores de privação material e social, demonstra quais as situações em que a privação das famílias é mais fortemente sentida, constituindo uma informação sobre as condições de vida da população que é complementar à obtida através dos indicadores de pobreza monetária. Entre os indicadores que traduzem uma situação de vulnerabilidade material e social mais elevada em 2022, salientam-se os 5 seguintes:

Tabela 62 – Indicadores de privação material e social - perceção das famílias (%)

Indicadores de vulnerabilidade social e material	2021	2022
Sem capacidade para manter uma casa adequadamente aquecida	16,4	17,5
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou peixe, pelo menos, de 2 em 2 dias	2,4	3
Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa	36,6	37,2
Impossibilidade de substituição do mobiliário usado	37,9	36,3
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor da linha de pobreza	31,1	29,9

Fonte: INE - Inquérito às condições de vida e rendimento (ICOR 2022)

²⁹ Coeficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente (%) - é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família.

Foram selecionados estes indicadores de privação material e social porque são aqueles que, de uma forma mais imediata, refletem os efeitos da subida dos preços dos bens e serviços sobre as condições de vida das famílias.

Ainda que o ICOR 2022 se tenha realizado no primeiro semestre do ano, antes da forte aceleração da inflação na segunda metade de 2022, o aumento da percentagem de famílias que declaram não terem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida ou, o aumento do número de pessoas que viviam sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe pelo menos de 2 em 2 dias, são sinais de alerta sobre os efeitos muito negativos que a queda do rendimento real, provocado pelo aumento dos preços dos bens de primeira necessidade, pode gerar nas condições de vida das famílias, em particular daquelas em situação mais vulnerável. Saliente-se ainda que 6,1% dos inquiridos pelo INE revelam possuir atrasos, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações, créditos, etc.

O indicador referente ao atraso de pagamento regular relativo a despesas com a sua residência principal, evidência ainda mais a vulnerabilidade destas famílias no acesso ao direito básico da habitação, consagrado na Constituição da República Portuguesa. Entre a perda do rendimento real, a especulação imobiliária e o aumento de custos para aceder a habitação, muitas famílias submetem-se a condições habitacionais precárias (sobrelotação, inexistência de condições básicas, isolamento e aquecimento desadequado, etc). Como resposta a estas situações de precariedade nas condições habitacionais, o município está a implementar a Estratégia Local de Habitação, tentando através deste mecanismo melhorar as condições das habitações, bem como assegurar o acesso a uma habitação adequada.

Adicionalmente, a intensidade da pobreza (que avalia quão pobres são os pobres) diminuiu 5,4 pp, de 27,1% para 21,7%. Esta diminuição traduz uma melhoria significativa da situação económica das famílias e dos indivíduos mais pobres.

A diminuição da incidência da pobreza refletiu-se em todos os **grupos etários**. A taxa de pobreza da população idosa diminuiu 3,1 pp passando de 20,1% em 2020 para 17% em 2021. A incidência da pobreza das crianças e jovens reduziu-se em 1,9 pp atingindo em 2021 o valor de 18,5%, mas, o nível de pobreza das crianças e dos jovens mantém-se ainda acima do valor conjunto nacional (16,4%). Apesar da evolução do nível de pobreza ocorrida nestes dois grupos etários ser muito positiva, estes ainda se mantêm

muito vulneráveis face às diferentes dimensões do problema da pobreza, o que gera grandes preocupações.

A análise incidência da pobreza **por tipo de família** permite identificar os núcleos familiares mais vulneráveis à pobreza monetária. Em 2021 assistiu-se à redução da taxa de pobreza de quase todos os grupos sociais analisados, sendo essa diminuição de 2,4 pp nas famílias sem crianças e de 1,7 pp nos agregados familiares com crianças.

As **famílias monoparentais** e as **famílias com 3 ou mais crianças** dependentes apresentaram as taxas de pobreza mais elevadas (28% e 22,7%, respetivamente), confirmando, desta forma que, apesar da melhoria registada, estes dois grupos permanecem como as tipologias de famílias mais vulneráveis às dimensões da pobreza.

Os **desempregados** são também considerados um grupo social extremamente vulnerável à pobreza. A incidência da pobreza, apesar de ter diminuído 3,1 pp face a 2020, é das mais elevadas entre a população portuguesa (43,4%). O desemprego permanece um dos principais fatores de pobreza.

Por sua vez, a proporção da **população empregada que vive em situação de pobreza** diminuiu de 11,2% para 10,3%. A existência de uma percentagem ainda significativa de indivíduos que apesar de terem emprego não conseguem evitar viver em situação de pobreza, constitui um dos fatores mais preocupantes da situação social do país.

A incidência da pobreza nos **reformados** foi a registou maior diminuição, passando de 18,1% em 2020 para 14,9% em 2021, um valor inferior ao do total da população residente no país (16,4%).

Por fim, a quebra na incidência da pobreza em Portugal em 2021 traduziu-se de forma desigual **nas diferentes regiões do país**. As **regiões Norte, Centro, Lisboa e Alentejo** registaram uma diminuição da taxa de pobreza, com particular destaque para a região Centro, onde este indicador teve uma descida acentuada (4,3 pp). O **Algarve** foi a única região do continente onde a incidência da pobreza registou um ligeiro aumento, resultante da maior intensidade e persistência da crise económica nesta região durante a Pandemia. As regiões autónomas dos **Açores** e da **Madeira** permanecem como as mais pobres do país, com taxas de pobreza superiores a 25%. Nos dois arquipélagos, a incidência da pobreza também aumentou em 2021, fixando-se em 25,1% nos Açores e em 25,9% na Madeira.

No que concerne o Concelho de Ponte de Lima, os atores locais auscultados identificaram alguns dos principais indicadores de vulnerabilidade das famílias apoiadas pelas entidades e organizações que intervêm com as mesmas. Estes partilharam a perceção comum de que a situação pandémica veio agravar as situações de vulnerabilidade já existentes, bem como, despoletar novas situações de fragilidade económica e social. As entidades que intervêm com famílias que se encontram em situação de risco (ou em situação de maior vulnerabilidade económica e social) identificaram determinantes comuns às mesmas, que atingem a população de forma transversal:

- **Baixos rendimentos**, devido a condições de trabalho precárias, baixos salários, pensões ou subsídios de valores reduzidos;
- **Desemprego**, resultando frequentemente em situações de fragilidade e carência económica, bem como, possível impacto na saúde física e mental;
- **Isolamento social**, nomeadamente pessoas idosas, que devido às limitações de contacto social, se encontram em situação de maior fragilidade, também pela dificuldade em aceder a serviços;
- **Dimensão do agregado familiar**, que sendo famílias numerosas ou monoparentais, poder-se-ão encontrar em situação de maior fragilidade económica;
- **Rede de apoio familiar inexistente ou insuficiente**, são exemplo, pessoas que vivem sós, com baixos rendimentos, algumas das quais com psicopatologia e/ou com comportamentos de dependência / consumos. Podem também incluir-se os cuidadores informais, que devido a falta de apoio na tarefa de cuidar se encontram mais vulneráveis quer economicamente, quer física, psicológica e socialmente.
- **Falta de capacidade de respostas das IPSS e apoios sociais do Estado**, nomeadamente, às famílias mais carenciadas.

Desenvolvimento/ reforço das competências parentais

Entende-se que a parentalidade pode representar quatro dimensões: assumir a responsabilidade do exercício efetivo do papel; otimizar o crescimento e o desenvolvimento da criança; integrar a criança na família e agir de acordo com os comportamentos esperados de alguém que é mãe/pai (*International Council of Nurses*, 2011).

A dimensão competência remete para o conjunto de conhecimentos teóricos ou práticos que uma pessoa domina, de requisitos que preenche e são necessários para um dado fim e como uma qualidade de quem é capaz de resolver determinados problemas ou de exercer determinadas funções (Cardoso, Silva e Marín, 2015). Importa salientar que existem duas sub-dimensões a considerar: competência e competências.

Aplicando os conceitos à esfera parental, entende-se por competências parentais, o conjunto de conhecimentos, de comportamentos e de atitudes que facilitam e otimizam o desempenho do papel parental, garantindo o potencial máximo de crescimento e desenvolvimento da criança (Cardoso, Silva e Marín, 2015). Ainda no âmbito da parentalidade, os conhecimentos e os comportamentos parentais podem ser entendidos como: a compreensão do desenvolvimento da criança e a familiaridade com as tarefas parentais, relacionadas com as decisões em torno dos cuidados, com a capacidade de avaliar e de interpretar os comportamentos da criança, com o desempenho das tarefas parentais e com a interação com a criança (Ribas & Bornstein, 2005; Ribas, Moura & Bornstein, 2007).

A negligência parental surge desta forma associada à falta de conhecimento ou competência parental para educar, supervisionar e responder às necessidades dos filhos menores (Camilo e Garrido, 2013).

De acordo com a perceção dos atores sociais, a falta ou fragilidade das competências parentais, sociais e pessoais tem-se refletido no aumento de casos violência doméstica e de situações de negligência, além do pouco envolvimento que os pais têm no percurso educativo dos menores, o que tem reforçado uma atitude de desvalorização da educação pelos próprios, culminando até em situações de insucesso, absentismo e abandono escolar.

As situações de negligência de crianças e jovens continuam a ser algumas das principais situações de perigo sinalizadas em Portugal. No ano 2022, 30,5% das medidas de promoção e proteção das crianças e jovens aplicadas nas CPCJ, foram devido a situações de negligência e 27,4% foram devido a situações de violência doméstica (Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2022). Na CPCJ de Ponte de Lima as situações acompanhadas por Negligência de diversos tipos aumentaram entre 2020 e 2021, sendo a segunda problemática mais prevalente entre os processos acompanhados.

A causa com maior expressão nos casos acompanhados foi a Exposição a Comportamentos que Podem Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da

Criança, designadamente, violência doméstica. Em 2022, segundo os dados da CPCJ de Ponte de Lima foram registados no território 93 crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos, representando 7% dos crimes desse ano e acompanhadas 83 crianças e jovens expostas a situações de violência doméstica.

De acordo com Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) do Gabinete de Atendimento à Família de Ponte de Lima, em 2022, realizaram um total de 600 atendimentos, acompanharam 67 clientes (58 do sexo feminino e 9 do sexo masculino), a sua maioria com idade entre os 41 e os 50 anos de idade, de nacionalidade portuguesa, casados, pessoas com o 4º ano e com o 12º ano de escolaridade.

Ainda que não se tenha dados detalhados para explicar as causas das situações de violência doméstica e de negligência de diversos tipos, existem fatores que por si só podem ser potenciadores ou compensatórios destas formas de negligência parental. Seguidamente destacamos os fatores que podem potenciar situações de negligência parental:

- Fragilidade económica das famílias (escassez de recursos financeiros e materiais; dificuldade em suprir as necessidades básicas). É importante referir que a pobreza não tem relação direta com a negligência, esta surge sim associada a fatores de risco decorrentes da situação de pobreza, que aumentam a experiência de situações geradoras de stress e de desgaste psicológico;
- Condições de habitação desadequadas;
- Instabilidade no emprego ou desemprego;
- Isolamento social;
- Baixa inserção sociocultural;
- Exposição a situações de violência doméstica;
- Abuso de substâncias por parte dos cuidadores (são considerados como indutores de padrões de interação negativos, baixos níveis de competência parental e problemas graves de saúde);
- Psicopatologia dos cuidadores;
- Ambientes caóticos (ambientes organizados e com rotinas padronizadas tendem a promover o desenvolvimento de competências cognitivas adequadas).

As práticas parentais negligentes podem também ser prevenidas ou mitigadas, pela existência de fatores compensatórios e que potenciam os pontos fortes das famílias, nomeadamente:

- Promoção de adequado desempenho parental;
- Suporte social (formal ou informal) – tem como função “amortecer” os sentimentos de stress experienciados pelos pais;
- Estrutura familiar (maior probabilidade de ocorrerem práticas negligentes em famílias monoparentais e numerosas; ativação da relação inter-geracional);
- Ambiente familiar organizado (com definição de rotinas);
- Padrões de vinculação segura com o cuidador principal;
- Características da personalidade da própria criança (capacidade de autorregulação, gestão de emoções e resolução de problemas).

Segundo os atores sociais, a falta de competências parentais e sociais não é exclusiva das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade económica, no entanto, referem como estando associados a comportamentos aditivos e dependências, isolamento social, carências económicas, precaridade de emprego e salários baixos, a rotinas desajustadas que se refletem ao nível da educação e da gestão familiar e doméstica, a exposição a situações de violência doméstica (87 situações sinalizadas à CPCJ no ano 2022, primeira causa de sinalização) e as baixas expectativas que têm sobre o percurso escolar dos seus filhos, o que se encontra em linha com os fatores de risco já referidos.

No âmbito da intervenção é crucial ter um olhar sobre as competências e potencialidades existentes nas famílias, não descurando os fatores de risco existentes. Se evidenciarmos uma perspetiva fundada na ideia de disfuncionalidade, encontraremos mais facilmente um cenário pessimista. As famílias podem enfrentar crises sucessivas, mais ou menos duradoras no tempo, mas vão conseguindo seguir em frente com mais ou menos facilidade e sucesso (Dinis, Ribeiro e Francisco, 2014).

Seguindo o modelo preconizado no âmbito do desenvolvimento social e da intervenção social, será tão mais bem-sucedida a intervenção que promover o desenvolvimento e capacitação dos indivíduos, colocando à sua disposição serviços e recursos que possam ser potenciadores de mudança.

As perspetivas ecológicas contribuíram para que os serviços centrados na família diversificassem o tipo de intervenções considerando diversos níveis de influências contextuais que interagem entre si, e com as características da criança, na construção dos seus percursos (Melo e Alarcão, 2009).

Outros exemplos de intervenções centram-se em programas de intervenção intensiva para a preservação da família, programas compreensivos e multimodais, programas de treino de competências parentais, intervenções de suporte social, programas de prevenção focados na família e que visam o seu fortalecimento, entre outros.

As pistas de intervenção referidas pelos atores sociais, enquadram-se no modelo de capacitação das famílias, pelo que sugerem maior apoio às famílias através de políticas públicas específicas e às instituições que as acompanham, estratégias que potenciem um trabalho em rede e multidisciplinar (educação, saúde, emprego), de forma a promover um acompanhamento regular e concertado entre instituições.

Tabela 63 – Necessidades e/ou problemas identificados na dimensão "Ação Social, Famílias e Comunidade"

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Dificuldades económicas das famílias	Aumento de famílias em situação de grande vulnerabilidade social	– Reforço de verbas de apoio direto (para rendas, água, luz, gás, medicação); – Aumento da capacidade de intervenção das instituições em RH e em apoios financeiros; – Maior articulação entre instituições e serviços
	Situação económica difícil pela subida da inflação e subida dos preços dos bens de primeira necessidade	
	Baixos salários, empregos precários	
	Capacidade insuficiente das Respostas Sociais	
	Famílias com dificuldades de acesso a habitação adequada e condigna	– Implementar a ELH – Alargar os apoios do programa municipal de arrendamento, "Centro com Vida"
Investir no desenvolvimento e reforço de competências parentais	Exposição a situações de violência doméstica e negligência como primeira e segunda causas de sinalizações de crianças e jovens na CPCJ de Ponte de Lima, respetivamente	– Promoção de uma intervenção integrada, multidisciplinar que potencie as competências das famílias e que previna / contribua para mitigar os fatores de risco em situações de negligência parental; – Reforço do acompanhamento dos técnicos que estão a intervir nos diferentes sectores. – Maior articulação entre entidades e aposta na criação de sinergias entre eles
	Baixa participação dos encarregados de educação na vida escolar dos/das seus/suas educandos/as.	

9.3. Transportes e Mobilidade

As acessibilidades do território e a mobilidade da população são fatores chave para contrariar o isolamento e permitir o acesso a bens e serviços que influenciam a qualidade de vida das populações. A mobilidade é assim, nos dias de hoje, um aspeto com grande influência e que abrange diferentes áreas da vida pessoal e profissional, da dinâmica económica de um território, bem como a sua atratividade.

Um bom planeamento da mobilidade deve *'garantir a todos os cidadãos opções de mobilidade que permitam o acesso a destinos e serviços; melhorar a segurança rodoviária; reduzir a poluição atmosférica e sonora, as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e o consumo de energia; melhorar a eficiência e a relação custo-eficácia do transporte de pessoas e bens; contribuir para melhorar a atratividade e a qualidade do ambiente urbano e do design urbano para os benefícios dos cidadãos, da economia e da sociedade como um todo.'*³⁰

Os avanços tecnológicos, em diferentes domínios, permitem hoje uma maior competitividade dos territórios. O lugar e o tempo ganharam outra relevância quando a tecnologia nos permite trabalhar de qualquer lugar. Essa que é hoje uma possibilidade em alguns setores de atividade, que foi acelerada pela recente situação pandémica e que pode ser uma oportunidade relevante a ser aproveitada pelos territórios do interior.

Atendendo a estes aspetos, consideraram as/os parceiras/os do CLAS a mobilidade como um fator relevante na qualidade de vida no concelho, seja para acesso a bens e serviços, seja para acesso ao mercado de trabalho e formação e que, deveria por isso mesmo ser encarada como prioritária na intervenção já que influencia muitas outras áreas e domínios de intervenção do CLAS.

Nesta área os problemas apontados foram:

1. Rede de transportes públicos insuficiente e desadequados face às necessidades da população e ao território (trajetos, horários, condições dos mesmos e acessibilidades);
2. Necessidade de melhorar a acessibilidade a edifícios/serviços, assim como ao nível do espaço público (passeios), para pessoas com mobilidade reduzida.

³⁰ <https://www.imt->

[ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/MobilidadeeTransportes/Paginas/PMUS%E2%80%9393PlanosdeMobilidadeUrbanaSustent%C3%A1vel.aspx](https://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/MobilidadeeTransportes/Paginas/PMUS%E2%80%9393PlanosdeMobilidadeUrbanaSustent%C3%A1vel.aspx)

Como já analisado anteriormente neste diagnóstico, a maioria da população residente no concelho utiliza o transporte individual (72,1%), seguindo-se o transporte coletivo (16,5%) para deslocações pendulares entre emprego ou escola, não se apresentando o modo pedonal como uma hipótese tida como viável pelos residentes, sendo apenas 11,1% da população que se desloca desta forma.

Estes dados estão alinhados com as necessidades apontadas pelos atores locais, que identificam a necessidade do veículo próprio para que a população, sobretudo dos locais mais periféricos, possa aceder a serviços e ao mercado de trabalho, uma vez que a rede de transportes públicos nem sempre é uma alternativa viável, uma vez que são diminutos, com horários sobretudo pensados para o meio escolar e com trajetos nem sempre adequados às necessidades. Estes fatores, agregados ao envelhecimento da população, leva a um acentuar da situação de isolamento da população em meio rural. Assim, além da realidade do meio mais urbano do território, Ponte de Lima necessita, dado o seu território tão disperso, de manter a ligação entre o rural e o urbano, para que todo o espaço do concelho seja um “espaço útil para viver” e que toda a sua população tenha um acesso mais igualitário aos vários serviços, independentemente da sua localização.

Apresenta-se em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre as principais necessidades e problemas nesta área, assim como algumas recomendações para possível intervenção.

Tabela 64 – Necessidades e/ou problemas identificados na dimensão “Transportes e Mobilidade”

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Transportes públicos insuficiente e desadequados face às necessidades	Horário dos transportes públicos ajustado ao horário e calendário escolas, sem ter em conta necessidades do mercado de trabalho; Veículos com falta de condições, sobretudo para pessoas com mobilidade reduzida ou dificuldade de locomoção;	- Realizar um levantamento das necessidades existentes; - Implementar uma resposta local de transporte (ex: transporte a pedido ou porta a porta); - Descentralizar os serviços públicos, nomeadamente através de veículos móveis (itinerância) ou rotatividade nas JF; - Exercer pressão na CIM Alto Minho, quando se verifica o não cumprimento/desvio do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS Alto Minho 2020).
Deficiente acessibilidade a edifícios/serviços	Pessoas com mobilidade reduzida ou com crianças com dificuldade de aceder a edifícios e/ou serviços	- Levantamento dos serviços públicos sem acessibilidade adequada e posterior intervenção; - Campanhas de sensibilização para a importância das acessibilidades e correta ocupação do espaço público.

9.4. Isolamento geográfico e social

As características geográficas do Concelho de Ponte de Lima, território com 302,25 km², organizado em 39 freguesias, leva a que o isolamento geográfico, mas também social seja uma realidade em algumas regiões do território, dada a sua dispersão e com um relevo nem sempre facilitador de acessibilidades fáceis. Associado a este aspeto, e tal como no restante território nacional, Ponte de Lima tem vindo, durante as últimas décadas, a diminuir a sua população residente, contudo, tal como já foi referido anteriormente, registou-se um aumento da população com 65 ou mais anos, passando de 8575 em 2001, para 10200 em 2022. Verifica-se ainda que o Índice de Envelhecimento também tem vindo a aumentar, o que evidencia a disparidade entre o número de crianças e jovens e o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

O isolamento social e geográfico associado sobretudo a uma população mais velha é para os *stakeholders* presentes quer nos *workshops* quer no questionário *online*, como uma área de reflexão e intervenção.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade, e Portugal não é exceção, sendo o segundo país da União Europeia, com maior percentagem de pessoas idosas (23%, em 2021) logo depois da Itália (23,7) (Pordata).

O envelhecimento populacional advém quer do declínio da fecundidade, quer do aumento da longevidade, fatores que se têm vindo a alterar nas sociedades ocidentais, quer por fatores sociais e do mercado de trabalho, quer pelo próprio desenvolvimento da área da saúde e melhoria na qualidade de vida das populações. Nos últimos anos, tem-se registado uma queda da natalidade, com visível decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) e aumento da população idosa (65 e mais anos de idade).

O número de pessoas com idade igual ou superior a 75 anos também tem vindo a aumentar, o que traduz igualmente maior longevidade da população. Em Portugal, entre 2012 e 2022, a maior variação percentual registou-se na faixa etária entre os 95 e 99 anos (79,9%) seguida da faixa etária com 100 ou mais anos (77,4). Em Ponte de Lima, foi também na população com mais idade (85 ou mais anos) que se verificou uma maior variação positiva entre 2011 e 2021:44,3.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, a esperança de vida à nascença em Portugal para o triénio 2020-2022 era de 80,96 anos (em média). No espaço de uma década, verificou-se um aumento de 1,18 anos de vida para o total da população.

Em 2022, 2,4 milhões de pessoas em Portugal tinham mais de 65 anos (cerca de 23,8% da população total). Segundo as projeções do INE, o agravamento do envelhecimento demográfico irá manter-se durante 40 anos. Prevê-se que, até 2080, o número de jovens irá diminuir de 1,4 milhões, em 2017, para 0,9 milhões, o número de idosos aumentará para 2,8 milhões, o índice de envelhecimento mais do que duplicará (passando de 147 para 317 idosos, por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões de Portugal (INE, Projeções de População Residente 2015-2080).

Tabela 65 – Indicadores de população (Portugal)

	2012	2022
Taxa bruta de natalidade	8,5‰	8,0‰
Índice de envelhecimento	129,6%	183,5%
Índice de longevidade	49,3%	48,7%
Taxa de fecundidade	36,3‰	38‰

Fonte: Pordata

O envelhecimento da população é um fator que tem implicações em diferentes domínios, como a saúde, proteção social e no próprio mercado de trabalho, mas foi no domínio do isolamento social que a mesma foi associada pelos atores sociais locais, pois é nesta população que mais se verifica e que mais exposta e vulnerável está.

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS) (2017-2025). Um dos Eixos Estratégicos da ENEAS assenta na “promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia”. Para garantir a satisfação das necessidades de saúde e sociais das pessoas idosas é fundamental que existam no território estruturas, equipamentos e serviços adequados a essas mesmas necessidades. As respostas para pessoas idosas devem também privilegiar a sua inserção social e comunitária, garantindo sempre que possível a permanência das pessoas no seu domicílio e meio familiar e social.

Os equipamentos com respostas destinadas à população idosa estão distribuídos por várias freguesias do território, pertencendo maioritariamente à rede solidária.

De acordo com a Carta Social (consultada em março 2024), o concelho apresenta 4 tipologias de respostas sociais para pessoas idosas, com Acordos de Cooperação com o ISS, I.P.: Centro de Convívio (3 equipamentos), Centro de Dia (7 equipamentos), Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, ERPI (12 equipamentos) e Serviço de Apoio Domiciliário, SAD (13 equipamentos).

Tabela 66 – Respostas sociais para pessoas idosas no Concelho de Ponte de Lima (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas			
	Centro de Convívio	Centro de Dia	SAD	ERPI
Ponte de Lima (concelho)	3	7	13	12

Fonte: Carta Social (consultada em março 2024)

Atualmente, a ocupação nos equipamentos, considerando o número total de vagas das referidas respostas sociais e incluindo quer o setor social, quer o setor privado, encontra-se ainda com capacidade de resposta, não se registando a ocupação total em nenhuma das respostas existentes, ainda que seja na resposta social de ERPI que se verifica uma maior taxa de ocupação (91,7%). Destaca-se ainda que, das 38 vagas por ocupar em ERPI, de acordo com a carta social, 63% (24 vagas) são de uma instituição particular, o que pode dificultar o acesso a esta resposta, nomeadamente por dificuldades económicas em suportar o custo da mesma.

Tabela 67 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no Concelho de Ponte de Lima (N.º e %)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas							
	Centro de Convívio		Centro de Dia		SAD		ERPI	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Ponte de Lima (concelho)	70	43	230	141	492	379	460	422
		61,4%		61,3%		77%		91,7%

Fonte: Carta Social (consultada em março 2024)

Importa ainda destacar que existe no concelho uma Unidade que pertence à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, a Unidade de Longa Duração e Manutenção (também ela integrada em um equipamento da rede), e que não sendo exclusiva para pessoas idosas é também ela uma resposta importante para esta população. Esta Unidade é uma resposta prestada pela Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, no Centro Comunitário de Arcozelo, tendo a capacidade para integrar

30 utentes (28 através da RNCCI e 2 utentes a título privado) verificando-se atualmente que a unidade está com a ocupação máxima. Esta unidade, não tendo como principal propósito a integração de pessoas idosas, mas toda a população adulta que seja referenciada pelo Serviço Nacional de Saúde, pretende contribuir, numa perspetiva integrada, para o processo ativo de recuperação e manutenção global dos seus utentes, através da prestação de cuidados de saúde e de apoio social.

A área “Isolamento geográfico e social” foi identificada como prioritária de intervenção quer ao nível do inquérito *online*, quer posteriormente nos workshops presenciais.

O isolamento da população, sentido maioritariamente pela população idosa, segundo os atores locais, embora não seja exclusiva, agravou-se durante o período da pandemia com consequências exponenciais para a sua saúde física e mental, mas que é agravada em muito, quer pela dispersão populacional pelo vasto território, quer pela deficiente rede e cobertura de transportes públicos (já identificada também como área de intervenção prioritária) e pela fraca rede de suporte social e familiar.

Destacam-se como principais causas associadas ao aumento de situações de isolamento da população idosa no concelho:

- A falta de rede de suporte familiar, devido à saída da população em idade ativa para outros concelhos com maior oferta de trabalho, e melhor acesso à habitação, o que tem igualmente contribuído para a desertificação de algumas zonas do concelho;
- A fragilidade da rede de transportes públicos e da própria rede viária que condiciona o acesso e a mobilidade das pessoas entre as várias freguesias do concelho e, por consequente, o acesso a serviços que apenas se encontram disponíveis em determinadas zonas do território (principalmente na sede do concelho) (ex.: serviços públicos, respostas sociais, recreativas, entre outras);

No ano de 2021, dos 19 108 residentes que detinham pelo menos uma dificuldade, 8162 tinham mais de 65 anos, representando 42,7% desta população, o que acentua a necessidade de uma maior rede de suporte para esta população. Acresce ainda o dado que, em 2021, existiam em Ponte de Lima 11,19% de agregados domésticos unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos.

No âmbito da ação da GNR, esta identifica um total de 335 pessoas em situação de vulnerabilidade, destacando-se 19 pessoas a viverem sozinhas e isoladas e 107 a

viverem sozinhas. Como medida preventiva, tem a GNR ações de sensibilização junto desta população, tendo realizado 873 ações entre 2019 e agosto de 2023.

Para além das ações de sensibilização da GNR, destaca-se no território a existência do **Projeto "Envelhecimento Ativo"**, promovido pela Unidade de Cuidados Continuados na Comunidade de "Saúde mais Perto" do Centro de Saúde de Ponte de Lima, realiza dinâmicas de grupo com o objetivo de auxiliar para uma vida social mais ativa, evitando o isolamento e a solidão.

Em síntese, as características do território e as dinâmicas sociais contribuem para o isolamento social e geográfico em que, sobretudo a população mais idosa, vive. O isolamento social e geográfico desta população é agravado pelas dificuldades de acesso e mobilidade e pela insuficiência de redes de suporte familiar e social.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área.

Tabela 68 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito do "Isolamento geográfico e social"

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
Isolamento social sobretudo das pessoas idosas	Fragilidade da rede de transportes públicos e da rede viária	- Melhorar a rede de transportes públicos, ao nível de percursos, horários e acessibilidades; - Realizar melhorias nos transportes para que possam ser adaptados a pessoas com incapacidades/ mobilidade reduzida; - Reforçar a necessidade junto da comunidade intermunicipal de garantir aquando da contratação dos transportes de que os mesmos estejam adaptados às dificuldades de mobilidade decorrentes do envelhecimento da população.

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
	Falta de rede de suporte familiar	– Realizar o mapeamento de situações de isolamento social de pessoas idosas no concelho; – Constituir e dinamizar uma equipa de reflexão, que avalie e defina possíveis respostas de intervenção, principalmente para pessoas idosas que se encontram em situação de isolamento; – Reforçar programas itinerantes de promoção de envelhecimento ativo; – Implementar projetos de apoio aos cuidadores informais; – Aumentar a dinamização da rede de voluntariado em projetos de visita a idosos; – Implementação de medidas que promovam a fixação da população em idade ativa no concelho.

9.5. Reforço e Capacitação do 3º setor

Face aos problemas sociais cada vez mais complexos que a sociedade ocidental hoje enfrenta, sentidos a nível global, mas refletidos ao nível local, as/os parceiras/os do CLAS, enquanto atores sociais no terreno, mostraram preocupação com abrangência e capacidade de adaptação da sua atuação. Apontando, nesta área as seguintes necessidades:

1. Áreas a descoberto sem resposta social - alojamento de emergência (situações de desalojados, violência, etc.); GAF (Gabinete de Apoio à Família) ou CAFAP; CLAIM
2. Áreas com respostas aquém as necessidades reais – nomeadamente ERPI's; respostas na área da deficiência (crianças e adultos); saúde mental; comportamentos aditivos; creches; CATL; horários das respostas existentes
3. Reforço da capacitação das entidades (formação em novas problemáticas - decorrentes da pandemia e não só; áreas de planeamento, gestão e angariação de fundos; elaboração de candidaturas e projetos, etc.)
4. Necessidade de aprofundar o trabalho em rede/colaboração;

Ainda que sem dados que nos permitiriam aferir das competências dos atores sociais em presença no território, nos vários domínios de intervenção e atuação, foi notória a preocupação dos atores locais no que se refere não só à componente da capacitação como da comunicação e trabalho em rede, denotando-se a necessidade de uma maior articulação entre os diferentes atores da rede, por forma a otimizar recursos, concertar e melhorar a intervenção social.

Para além deste trabalho mais interno, dentro da própria rede social, foi notória a identificação de necessidade de alargamento e/ou implementação de respostas sociais no território. Para uma análise mais cuidada apresentamos em seguida as respostas sociais no território, sua capacidade e taxa de ocupação de acordo com a Carta Social, cruzando com as necessidades identificadas pelos atores nos vários momentos de recolha de dados.³¹

³¹ Esta análise será aprofundada na Carta Social de Ponte de Lima, a ser elaborada.

► Crianças e jovens**Tabela 69** – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima na área de Crianças e Jovens (nº, capacidade, utentes e % de ocupação)

Resposta social	N.º de equipamentos/ Respostas	Capacidade	Utentes	% de ocupação
Centro de Atividades de Tempos Livres	1	60	60	100%
Creche	6	279	275	99,6%
Educação Pré-escolar	19	1228	947	77%

Fonte: Carta Social, consultada em março 2024

Ao nível da infância e juventude, verifica-se que as respostas existentes, estão com taxas de ocupação bastante altas, verificando-se inclusivamente que o CATL não tem mais capacidade de acolher crianças e, ao nível das creches, são poucas as vagas existentes no território atualmente. Estes dados corroboram a necessidade identificada pelos atores locais, os quais referem que a resposta de creche é insuficiente, bem como a resposta de CATL, já que a mesma é direcionada para crianças até aos 10 anos, manifestando os atores locais preocupação para as crianças e jovens a partir do 2º ciclo. A entrada na adolescência traz necessidade de espaços diferentes, não padronizados, e que os parceiros do CLAS identificaram como necessários.

No que se refere à resposta social de Creche, e tal como já referido anteriormente, encontram-se 2 equipamentos em fase de construção e 2 em fase de projeto, estando prevista a criação de mais 200 vagas no total. Ainda no que se refere a esta resposta social, o edifício onde funciona a Creche de Ponte de Lima da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, encontra-se na fase final da sua requalificação, o que irá possibilitar a criação de mais 45 lugares em creche, para além dos 96 lugares já existentes.

O crescente volume processual na CPCJ de Ponte de Lima, nos últimos 4 anos, deixa antever a necessidade de respostas a nível de jovens em risco e de acompanhamento das famílias, até porque a maioria dos casos sinalizados é em crianças a partir dos 11 anos.

Ponte de Lima tem, como vemos, respostas ao nível da infância até aos 10 anos, mas após essa idade e para situações de perigo ou necessidades específicas, como portadores de deficiência, não há quaisquer respostas no território.

► Pessoas idosas

Tabela 70 – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima na área das Pessoas Idosas (nº, capacidade, utentes e % de ocupação)

Resposta social	N.º de equipamentos/ respostas	Capacidade	Utentes	% de ocupação
Centro de Convívio	3	70	43	61,4%
Centro de Dia	8	230	141	61,3%
Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)	12	460	422	91,7%
Serviço de Apoio Domiciliário	13	492	379	77%

Fonte: Carta Social, consultada em março 2024

Tal como já referenciado neste documento, o envelhecimento e isolamento da população mais velha é uma realidade que se tem vindo a acentuar, na região e no concelho, sendo os equipamentos de apoio a esta faixa etária de importância determinante.

As/os parceiras/os do CLAS apontaram como necessidade o aumento das vagas em ERPI. Da análise da tabela anterior percebemos que a ERPI é a resposta social que apresenta uma maior taxa de ocupação (91,7%), realçando-se que a maioria das vagas existentes se encontra disponível no setor privado, o que impossibilita o acesso a esta resposta de parte da população devido aos seus insuficientes rendimentos para suportarem a mesma.

Quanto às restantes respostas sociais da área de idosos, as respostas de Centro de Dia e Centro de Convívio apresentam ainda capacidade de acolher mais utentes e, o Serviços de Apoio Domiciliário, que se apresenta como uma resposta de significativa

importância, por permitir o acompanhamento do idoso em casa, apresentava uma taxa de ocupação de 77%.

Estes dados levam-nos a considerar que, excluindo a resposta de ERPI, as respostas existentes têm capacidade de resposta, contudo podem não ser as mais adequadas para as necessidades da população com mais de 65 anos, face às alterações sociais existentes e as patologias crescentes que se verificam, por exemplo ao nível da neurológico.

► Pessoas Adultas com deficiência

Tabela 71 – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima para pessoas adultas com deficiência (nº, capacidade, utentes e % de ocupação)

Resposta social	N.º de equipamentos/ respostas	Capacidade	Utentes	% de ocupação
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	2	50	50	100%
Lar Residencial	1	17	17	100%

Fonte: Carta Social, consultada em março 2024

As respostas sociais na área das pessoas com deficiência também foram apontadas pelas/os parceiras/os do CLAS como limitadas face às necessidades sentidas. Ao consultar a carta social, verifica-se que as respostas existentes no território estão com a sua capacidade totalmente completa, não existindo capacidade para acolher novos utentes, reforçando essa necessidade identificada pelos atores.

► Pessoas em situação de dependência

Tabela 72 – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima para pessoas em situação de dependência (nº, capacidade, utentes e % de ocupação)

Resposta social	N.º de equipamentos/ respostas	Capacidade	Utentes	% de ocupação
Equipa de cuidados continuados integrados	1	20		
Unidade de Longa Duração e Manutenção	1	28	29	

Fonte: Carta Social, consultada em março 2024

No que respeita às pessoas em situação de dependência, verificamos que a Unidade de Cuidados Integrados existente, não apresenta dados sobre o nº de utentes integrados atualmente.

Quanto à Unidade de Longa Duração e Manutenção, existe, no Concelho de Ponte de Lima, apenas uma Unidade a qual já excedeu a sua capacidade, revelando desta forma a necessidade premente desta resposta no território.

► Pessoas com doença de foro mental/psiquiátrico

A saúde mental foi apontada pelas/os parceiras/os do CLAS como uma área de enorme carência de respostas e sentida como uma área urgente de intervenção. Esta necessidade vinha já a ser sentida como uma área relevante e a situação pandémica recente veio acentuar essa necessidade. Uma necessidade ainda pouco materializada em números e estudos, mas muito sentida na intervenção do dia a dia dos atores sociais.

Os dados disponíveis relativos às respostas sociais nesta área, concretizam essa necessidade, verificando-se a inexistência de respostas sociais concelhias, as quais são identificadas como necessárias.

► Família e Comunidade

Tabela 73 – Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima na área da Família e Comunidade (nº, capacidade, utentes e % de ocupação)

Resposta social	N.º de equipamentos/ Respostas	Capacidade	Utentes	% de ocupação
Ajuda alimentar a carenciados	1	493	467	94,7%
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social	2	1300	1237	95,2%

Fonte: Carta Social, consultada em março 2024

De entre as várias respostas de apoio às famílias e comunidade em geral, verifica-se a existência de apenas 2 tipologias de respostas no território: ajuda alimentar e atendimento e acompanhamento social. No total estas respostas têm mais de 1700 utentes e, apesar de estarem com uma ocupação acima dos 90%, existe ainda alguma capacidade de resposta.

Nas respostas a problemáticas mais específicas como a vítimas de IHV/SIDA, as pessoas com toxicod dependência, as vítimas de violências doméstica e as pessoas sem abrigo, as/os parceiras/os do CLAS referiram as “dependências” como uma área a descobrir.

A verdade é que de entre as respostas possíveis para estas áreas específicas, Ponte de Lima não tem qualquer resposta específica.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre as principais necessidades e problemas nesta área, assim como algumas recomendações para possível intervenção.

Tabela 74 – Necessidades e/ou problemas identificados na problemática do Reforço e Capacitação do 3.º Setor

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Áreas a descobrir sem resposta social – nomeadamente alojamento de emergência (situações de desalojados, violência, etc.); GAF (gabinete de apoio à família) ou CAFAP;	Problemas identificados sem respostas no território	– Implementação de medidas previstas no PMIND e/ou reforço das medidas a implementar – Articulação entre os atores locais para criação de respostas ao nível da saúde mental nas áreas da prevenção e promoção – Articulação entre os atores locais para criação de espaços e projetos dirigidos às/os adolescentes do concelho – Candidaturas para alargamento de acordos nas entidades existentes – Criação de novas respostas/equipamentos
Áreas com respostas aquém as necessidades reais – nomeadamente ERPI's; respostas na área da deficiência (crianças e adultos); saúde mental; comportamentos aditivos; creches; CATL; horários das respostas existentes	Taxa de ocupação elevada ou total em algumas respostas sociais existentes; Respostas desajustadas para as necessidades (horários e problemáticas)	– Exercer <i>advocacy</i> junto das entidades competentes por forma a estabelecer protocolos de cooperação para o aumento de vagas participadas; – Efetuar um levantamento sobre real necessidade de alargamento de horários de algumas respostas sociais
Capacitação de entidades	—	– Levantamento das necessidades formativas das/os técnicas/os da rede social e educativa e implementação de programa de formação concelhio nas áreas identificadas

Necessidade de aprofundar o trabalho em rede/colaboração	—	– Criar um plano de comunicação adequado à realidade atual do trabalho em parcerias: com formas de trabalho híbrido – Criar protocolos entre as entidades e plataformas de suporte para partilha de dados – Avaliar o impacto dos projetos decorrentes do PDS e implementar melhorias decorrentes dessa avaliação – Promover um evento reflexivo sobre a sustentabilidade do 3.º setor, com apresentação de boas práticas – Levantamento e partilha de informação de formas de financiamento das instituições do 3.º Sector, – Estudar e ensaiar formas de sustentabilidade alternativas aos acordos com tradicionais com a Segurança Social
---	----------	---

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

Agrupamento de Escolas de Freixo. Projeto Educativo 2022-2025

Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima. Projeto Educativo 2022-2026

Agrupamento Vertical de Escolas António Feijó. Projeto Educativo 2017-2021

Agrupamento Vertical de Escolas António Feijó. Projeto Educativo 2021-2025

Calheiros, M. M. (2006). A construção social do mau-trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Câmara Municipal de Ponte de Lima (2020). Estratégia Local de Habitação de Ponte de Lima.

Câmara Municipal de Ponte de Lima (2023). Plano de transportes escolares 2023- 2024.

Camilo, C. & Garrido, M. (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*. 3 (XXXI), 245-268.

Cardoso, A., Silva, A. & Marín, H. (2015). Competências parentais: construção de um instrumento de avaliação. *Revista de Enfermagem Referência*, série IV, 4, 11-20.

Cardoso, J. (2016). Parque habitacional não ocupado em Portugal: Análise e proposta de ação. Instituto Superior Técnico.

Carvalho, A. (2015). Associativismo e Participação – O Caso da Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira. Dissertação de Tese de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra.

CIM Alto Minho/ Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2015). Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Ponte de Lima. Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens 2022-2026

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Ponte de Lima. Relatório Anual de Atividades 2018.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Ponte de Lima. Relatório Anual de Atividades 2019.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Ponte de Lima. Relatório Anual de Atividades 2020.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Ponte de Lima. Relatório Anual de Atividades 2021.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Ponte de Lima. Relatório Anual de Atividades 2022.

Conselho Nacional de Saúde. *Sem mais tempo a perder – Saúde mental em Portugal: um desafio para a próxima década*. Lisboa: CNS, 2019.

Coordenação Nacional para a Saúde Mental (2008). Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016. Lisboa: Ministério da Saúde.

Delgado, A. (1996). *Grandes síndromes en pediatría: Maltrato en el niño*. Bilbao: Imprenta Boan.

Dinis, C., Ribeiro, M.T. & Francisco, R. (2014). Promoção de competências parentais: adesão das famílias involuntárias. In M. T. Ribeiro, P. T. Matos & H. R. Pinto (Eds.), *Mediação Familiar: Contributos de investigações realizadas em Portugal* (pp. 110-124). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Ed.

Direção Geral da Saúde (2013). Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2022). Plano Nacional de Saúde 2030. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2017). *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025: Proposta do grupo de trabalho interministerial*.

Direção Geral da Saúde (2017). Programa Nacional para a Saúde Mental 2017. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2019) – Comunicado sobre Mortalidade Infantil. Lisboa: DGS.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2015). *Desafios e Mudanças*. IHRU.

Melo, A. & Alarcão, M. (2009). Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: Proposta de um Modelo Global de Organização. *Psicologia & Sociedade*, 21 (1), 55-64.

Ministério da Administração Interna. Boletim Estatístico Criminal Mensal 19-23.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento (2017). *Relatório de Portugal: Terceiro ciclo de revisão e avaliação da*

implementação do Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento (MIPAA). MTSS.

Observatório das Migrações (2018). Imigração em Números – Relatório Estatístico Anual 2022.

Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação – Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação (2017).

Ribas Jr., R. & Bornstein, M. (2005). Parenting knowledge: Similarities and differences in brazilian mothers and fathers. *Interamerican Journal of Psychology*, 39 (1), 5-12.

Ribas Jr., R., Moura, M. & Bornstein, M. (2007). Cognitiones maternas acerca da maternidade e do desenvolvimento humano: Uma contribuição ao estudo da psicologia parental. *Revista Brasileira de Crescimento & Desenvolvimento Humano*, 17 (1), 104-113.

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências: Rede de referenciação/ articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (2013).

UNESCO, Education for All 2000-2015: achievements and challenges; EFA Global Monitoring Report, 2015; Summary.

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E., Unidade de saúde pública. Plano Local de Saúde Alto Minho 2014-2016

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E. Plano para a Igualdade 2022

Viegas, J. M. L. (2004). Implicações Democráticas das Associações Voluntárias: o Caso Português numa Perspetiva Comparativa europeia. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: Celta, pp. 33-50.

Websites consultados:

- <https://www.cm-pontedelima.pt/>
- <https://bicsp.min-saude.pt/>
- <https://sefstat.sef.pt/>
- <https://ec.europa.eu/eurostat>
- <https://www.ine.pt>

- www.cartasocial.pt
- <https://www.podata.pt>
- <http://www.inr.pt>
- <https://www.sns.gov.pt/>
- <https://www.bportugal.pt>
- <https://infoeuropa.eurocid.pt>
- <https://www.portaldahabitacao.pt>
- <http://www.cns.min-saude.pt/2019/12/16/sem-mais-tempo-a-perder-saude-mental-em-portugal-um-desafio-para-a-proxima-decada/>
- https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2018/04/RETRATO-DA-SAUDE_2018_compressed.pdf
- <https://www.ordemenfermeiros.pt/arquivo/colegios/Documents/RedeReferenciacaoArticulacaoProblemasLigadosAlcool.pdf>
- <https://www.dgert.gov.pt/medidas-de-emprego>
- https://www.sicad.pt/PT/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Paginas/detalhe.aspx?itemId=207&lista=SICAD_ESTUDOS&bkUrl=/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos
- https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/estatisticas-apav
- <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/pobreza-e-desigualdade-estao-aumentar>
- <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=dados-trimestrais-de-crimes-de-violencia-domestica-3-trimestre-de-2023>
- <https://www.cig.gov.pt/portal-violencia-domestica/>

11. ANEXOS

Anexo I – Questionário de perceções das organizações parceiras